

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

ROBERTA AMARAL DE ANDRADE

**LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MADEIREIRA NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: ANÁLISE DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO
E FAMILIAR (MFCF) EM UMA PERSPECTIVA DE CAMPO DE AÇÃO
ESTRATÉGICA (CAE)**

São Carlos
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

ROBERTA AMARAL DE ANDRADE

LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MADEIREIRA NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: ANÁLISE DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO
E FAMILIAR (MFCE) EM UMA PERSPECTIVA DE CAMPO DE AÇÃO
ESTRATÉGICA (CAE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

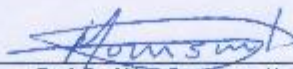
Orientação: Prof. Dr. Mario Sacomano Neto

São Carlos
2017




Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Roberta Amaral de Andrade, realizada em 21/02/2017:



Prof. Dr. Mano Sacomano Neto
UFSCar



Prof. Dr. Silvio Eduardo Alvarez Candido
UFSCar



Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro
UFMA

À Luzia Santos da Silva
Mulher guerreira, semente de seringueira,
e seiva da floresta.
(Em memória)

AGRADECIMENTOS

Começo a escrever estes agradecimentos em busca de leveza, ainda durante o processo de análise dos dados da minha pesquisa. Faço isso, lembrando-me das palavras do meu orientador, Mario Sacomano Neto, que me encorajou a “ir com calma” e realizar tarefas simples, quando as complicadas parecessem impossíveis. Agradeço ao professor Mario, cujas palavras, que me fazem escrever agora, tem o mesmo tom dado à sua orientação: leveza, entusiasmo, e sobretudo dedicação. Agradeço também a todos(as) os(as) professores(as) e funcionários(as) do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP/UFSCar), sempre tão amáveis e solícitos(as) em meus questionamentos; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me auxiliar nesses dois anos com uma bolsa de mestrado do seu Programa de Demanda Social.

Agradeço às amigas que, mesmo sem notar a diferença entre um eucalipto e uma castanheira, se tornaram especialistas em manejo florestal, por cederem aos meus apelos de revisão de um ou outro parágrafo; leitura de ou outro artigo; discussão de uma ou outra questão: minha “amiga-irmã” Fernanda, Marisa Vieira, Damaris Serigatto e Anna Mortara. Aos integrantes do Núcleo de Estudos em Sociologia e Finanças (NESEFI), e colegas do PPGEP pelas reflexões e companhia, em especial ao André Oliveira, Silvio Candido e Marcelo do Carmo. Agradeço aos amigos que tornaram meu retorno à São Carlos, depois de tantos anos, uma alegria: Livia Meira, Fabiana Avellar, Heloise Segnini e Ricardo Jaoude.

Devo um agradecimento especial aos ex-colegas de trabalho do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que abriram as “porteiras” da Amazônia, e me ajudaram a ver com olhar cuidadoso, as questões socioambientais de sua imensa floresta. À Maria José Gontijo, Ailton Dias, Manuel Amaral, “padim” Josinaldo Aleixo, “mestre” Joedson Quintino: minha admiração e gratidão! Aos amigos e amigas de Brasília, Rondônia, Pará e Amazonas, e aos internacionais do México e da Argentina, que me ajudaram durante a jornada da coleta de dados e na participação em congressos, cedendo-me suas casas, seu tempo, seus ouvidos, entre tantas outras coisas, durante meses de viagem: agradeço e espero algum dia poder retribuir à altura o acolhimento recebido.

Aos companheiros e companheiras “do Amazonas”: Aurelio Diaz (espanhol), Marcelo Horta (mineiro); em especial aos do GT Madeira, Valdeson Vilaça, Manoel do Élcio”, Chiquinho “do Pôr-do-Dol”; e da RESEX do Rio Ituxi, Pastor Antonio, Francisco Duarte (“Chicão”) e Silvério. Aos irmãos e irmãs da floresta, de Lábrea, Boca do Acre, Pauini, Manicoré, Novo Aripuanã e Humaitá, cujas histórias de vida e desejo de transformação, também me transformaram e me inspiram diariamente: meu agradecimento!

Agradeço ao meu pai, Antonio Tadeu, por me fazer duvidar desde pequena, me levando ao caminho do conhecimento; e me encorajar, fazendo acreditar que seria capaz de fazer e ser qualquer coisa. E à minha mãe, Patricia, por me fazer enxergar meus limites, entender a parte humana da super-heroína que todas as mulheres tentam carregar; e a beleza de apenas aceitar, quando não se pode entender. É nessas duas pessoas que me espelho, e desse equilíbrio que me movo, diariamente. Agradeço principalmente à minha “cara metade de olhar”, Juan, que desempenhou todos os papéis acima e mais um: o da paciência, durante essa jornada de dois anos, que, pela distância, pareceram uma eternidade.

RESUMO

O manejo florestal comunitário e familiar (MFCF), isto é, a exploração planejada e racional dos recursos florestais por comunidades tradicionais e agricultores familiares, é tido como uma das estratégias contra o desmatamento na Amazônia. Mesmo apresentando uma série de desafios, diversas associações comunitárias da região vêm buscando a aprovação de “Planos de Manejo Florestal Sustentável” (PMFS), documento exigido na primeira etapa do MFCF. Assumindo a ocorrência dos processos de obtenção de um PMFS em um campo de ação estratégica (CAE), no presente trabalho desenvolvemos dois estudos de caso (YIN, 2001), a partir dos processos conduzidos por associações comunitárias de Lábrea (AM). Um CAE é “uma arena socialmente construída onde os atores, dotados de diferentes recursos, disputam por vantagens para alcançar os seus objetivos” (FLIGSTEIN; McADAM, 2011). Através das “lentes teóricas” dessa abordagem, buscamos compreender os elementos que influenciaram os resultados contrastantes obtidos na ação: uma exitosa, com um PMFS aprovado; e outra não exitosa. Assim, nosso objetivo foi analisar e comparar os processos e, especificamente, nos propusemos a: (a) analisar a influência de outros campos e do Estado; (b) identificar os atores incumbentes e desafiantes; (c) identificar os recursos e a habilidade social. Os estudos de caso tiveram caráter exploratório e orientação longitudinal. Coletamos os dados através de observação participante; análise documental, e entrevistas semiestruturadas, sendo esta última a principal fonte de dados. Entrevistamos 26 pessoas, dentre atores governamentais, não governamentais e das associações em questão, entre 2015 e 2017. Utilizamos a abordagem teórica de CAEs como orientadora da análise dos dados, relacionando-os aos seus principais conceitos. Argumentamos que o campo em análise trata-se do sub-campo da produção madeireira em Lábrea, parte de um campo econômico em transformação, e influenciado por um campo ambiental emergente. Argumentamos que os processos foram influenciados por três elementos principais: a presença de estruturas de governança; de atores socialmente hábeis; e as redes. Entendemos que a situação do campo e a presença de estruturas de governança, possibilitou a ação de atores socialmente hábeis no caso exitoso; e a inexistência de estruturas de governança, no caso não exitoso, deixou a iniciativa vulnerável à atuação de atores socialmente hábeis de forma oposta à legalização da produção madeireira. Sugerimos a análise da gênese do MFCF e um estudo de redes como análises complementares.

Palavras-chave: Campos de ação estratégica. Manejo florestal. Associações comunitárias. Legalização. Produção de madeira. Amazônia.

ABSTRACT

Community forest management (CFM), the planned and rational use of forest resources by traditional communities and family farmers, is regarded as one of the strategies to tackle deforestation in the Amazon region. Even with challenges, community associations in the region seek to approve "Sustainable Forest Management Plans" (SFMP), a document required in the first stage of CFM. Assuming that the process of obtaining the SFMP occurs in a "strategic action field" (SAF) (FLIGSTEIN; McADAM, 2011), this work performed two study cases (YIN, 2001) from processes conducted by community associations in the municipality of Lábrea in the State of Amazonas. A strategic action field (SAF) is a "socially constructed arena in which actors with varying resources endowments vie for advantages to achieve their objectives" (FLIGSTEIN, McADAM, 2011). Through the "theoretical lens" of the SAF approach, we sought to understand the elements that influenced the contrasting results obtained in the action: a successful one, with the approval of a SFMP; and an unsuccessful one. Our main objective was to analyze and compare these two processes and, specifically, we proposed to: (a) analyze the influence of other fields and the State; (b) identify incumbent and challengers actors; (c) identify resources and social skill. The case studies had an exploratory and longitudinal orientation. Data were collected through participatory observation; document analysis, and semi-structured interviews, the latter being the main data source. Twenty six people among governmental, nongovernmental and actors from the associations aforementioned were interviewed between 2015 and 2017. The theoretical approach of SAF was used as a guideline for data analysis. We argue that the field under analysis is the subfield of timber production in Lábrea, part of an economic field in transformation, and influenced by an emerging environmental field. Thus, we understand that the processes were influenced by three main elements: the presence of internal governance structures; socially skilled actors; and networks. We understand that the situation of the field and the presence of governance structures enabled the action of socially skilled actors in the successful case; and the absence of governance structures in the unsuccessful one left the process vulnerable to the performance of socially skilled actors in the opposite direction of timber production legalization. We suggest the analysis of the genesis of CFM and a network study as a complementary analysis.

Key words: Strategic action fields. Forest management. Community associations. Legalization. Timber production. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Percurso do MFS (círculo verde) do campo cultural ao campo econômico onde confronta com a exploração madeireira convencional (círculo vermelho).	31
FIGURA 2- Rede de suposições básicas que caracterizam o debate subjetivo-objetivo dentro da ciência social.....	39
FIGURA 3 – GT Madeira, participantes e estudos de caso selecionados.	42
FIGURA 4 - Município de Lábrea, áreas protegidas e desmatamento.....	51
FIGURA 5 – Representação dos campos cultural, ambiental e estatal influenciando o campos econômico em questão (A); e a inter-relação entre os campos aludida como uma “boneca russa”.	77
FIGURA 6 – Configuração do campo em análise antes (A) e depois (B) da influência do Estado em Lábrea.	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Produção de produtos madeireiros e não madeireiros no Brasil.....	32
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Principais conceitos da abordagem de CAEs.....	28
QUADRO 2 - Características gerais da pesquisa	37
QUADRO 3 – Etapas do delineamento e condução dos estudos de caso.	40
QUADRO 4 – Palavras-chave e combinações utilizadas na revisão de literatura.	43
QUADRO 5 – Lista de entrevistados	46
QUADRO 6 – Conceitos teóricos, de observação indireta e direta usados na análise.....	48
QUADRO 7 - Principais desafios da etapa do desenvolvimento do MFC e recursos necessários para superá-los.....	49
QUADRO 8 - Caracterização geral dos casos.....	61
QUADRO 9 - Recursos em domínio e mobilizados nos casos em análise.	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALAP Área sobre Limitação Administrativa Provisória
- APADRIT Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
- APEMOL Associação das Pequenas Moveleiras de Lábrea
- ASMADEL Associação das Pequenas Serrarias de Lábrea
- ATEF Assistência Técnica e Extensão florestal
- ATER Assistência Técnica e Extensão rural
- AUTEX Autorização de exploração
- CAE Campo de Ação Estratégica
- CCDRU Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
- CNPT Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
- CNS Conselho Nacional das Populações Extrativistas
- CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente
- COPROD Coordenação de Produção e Uso
- CPT Comissão Pastoral da Terra
- CR Coordenação Regional
- CSF Conservation Strategy Fund
- DOF Documento de Origem Florestal
- EIR Exploração de Impacto Reduzido
- FBOMS Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- FLONA Floresta Nacional
- GT Grupo de Trabalho
- GTA Grupo de Trabalho Amazônico
- IBAMA Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis
- ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil

IFT Instituto Floresta Tropical

IN Instrução Normativa

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAAM Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MFC Manejo Florestal Comunitário

MFCF Manejo Florestal Comunitário e Familiar

MFS Manejo Florestal Sustentável

MMA Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

NGI Núcleo de Gestão Integrada

OAV Operação Arco Verde

ONG Organização não governamental

PA Projeto de Assentamento

PAE Projeto Agroextrativista

PAF Projeto de Assentamento Florestal

PAS Plano Amazônia Sustentável

PAV Programa Assentamentos Verdes

PDA Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento

PDLS Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável

PMCF Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

PMFS Plano de Manejo Florestal Sustentável

PMFSPE Plano de Manejo Florestal Sustentável Familiar e de Pequena Escala

PMV Programa Municípios Verdes

POA Plano Operacional Anual

PPCDAm - Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX Reserva Extrativista

SDS Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SFB Serviço Florestal Brasileiro

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SR Superintendência Regional

STTRL Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea

TAC Termo de Ajustamento de Conduta

TCU Tribunal de Contas da União

TD Título de Domínio

UC Unidade de Conservação

UIG Unidade Interna de Governança

UnB Universidade de Brasília

WWF World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Apresentação.....	16
Caracterização do problema.....	17
Justificativa	18
Objetivos	19
Organização da dissertação.....	19
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA	21
1.1. Teoria de Campos	21
1.1.1. Campos de Ação Estratégica (CAEs)	24
1.2. Manejo florestal: da comunidade acadêmica às comunidades amazônicas.....	30
1.2.1. Produção madeireira na Amazônia	32
1.2.2. Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF)	34
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	37
2.1. Classificação da pesquisa.....	38
2.2. Coleta de dados	42
2.3. Análise de dados	47
CAPÍTULO 3 – ESTUDOS DE CASO	51
3.1. Contextualização.....	51
3.2. Processo de obtenção do PMFS: o caso ribeirinho.....	62
3.2.1. A madeira e o PMFS.....	62
3.2.2. O ICMBio e a legislação sobre MFC.....	64
3.2.3. Inserção no GT Madeira e conflitos internos.....	65
3.3. Processo de obtenção do PMFS: o caso dos assentados.....	67
3.3.1. A madeira e o PMFS.....	67
3.3.2. O INCRA e a legislação sobre MFCF	68
3.3.3. Inserção no GT Madeira e conflitos internos.....	70
3.4. Domínio e mobilização de recursos.....	72
CAPÍTULO 4 – FLORESTA OU CAMPO? A LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MADEIREIRA EM UM CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA	77
4.1. Análise do campo.....	78
4.1.1. O papel do Estado	82
4.1.1.1. GT Madeira: uma unidade interna de governança?	82
4.1.1.2. Estruturas de governança: caso ribeirinho	85

4.1.1.3. Estruturas de governança: caso dos assentados	90
4.2. Análise da ação	95
4.2.1. “Capacidade organizacional” e mobilização de recursos	95
4.1.2. Caso ribeirinho.....	96
4.1.3. Caso dos assentados.....	99
4.1.3. Recursos simbólicos e quadros	101
4.1.4. Parcerias para o MFCF	103
Considerações finais	105
REFERÊNCIAS	108
GLOSSÁRIO	123
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

Apresentação

O desmatamento na Amazônia vem continuamente ganhando destaque, devido à tendência mundial de incorporação da dimensão ambiental nas esferas econômica e política. Dentre os países inseridos no bioma, o Brasil ocupa posição estratégica: são 4.196.493 de km² de território amazônico, que expandidos pelo conceito político de “Amazônia Legal” somam aproximadamente cinco milhões de km² (60% do território nacional), distribuídos em nove Estados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2016a; 2016b). A taxa de desmatamento anual no país, que apresentou um decréscimo a partir de 2004, passando de 27.772 km², naquele ano, a 4.571 km², em 2012, voltou a aumentar nos anos subsequentes: foram 5.891, 5.012 e 5.831 km² de área desmatada, em 2013, 2014 e 2015, respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE, 2015).

Em contraposição a esse cenário, a maior parte das áreas ainda conservadas na Amazônia encontra-se caracterizada como “áreas protegidas”, das quais a maioria são “florestas comunitárias”, isto é, habitadas e/ou utilizadas por povos e comunidades tradicionais e grupos familiares. Estas representam aproximadamente 50% das florestas públicas brasileiras (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, 2016). Nesse contexto, o manejo florestal comunitário e familiar (MFCF), ou seja, a exploração planejada e racional dos recursos florestais realizada por comunidades tradicionais e agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária (AMARAL NETO et al., 2013), é tido como uma das estratégias de conservação na Amazônia. Essa atividade foi incorporada à legislação e à política brasileira como forma de aliar conservação e alternativas de produção e geração de renda. Mesmo com um cenário adverso, diversos grupos vêm trabalhando para implementar o MFCF, buscando também a legalização da produção madeireira, mas obtendo êxito apenas em casos pontuais.

Este é o caso de associações do município de Lábrea (AM), que ao longo de cinco anos, buscaram a aprovação de “Planos de Manejo Florestal Sustentável” (PMFS), documento exigido na primeira etapa do manejo florestal para a produção madeireira. O município, que tem nesta atividade um dos principais vetores do desmatamento, entrou em 2007 na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como um dos dez que mais desmatavam na região (BRASIL, 2007b; INPE, 2015). Por essa razão, em 2010, o governo federal realizou uma série de ações locais através do Plano de Ação para a Prevenção e

Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Um dos resultados foi a formação do Grupo de Trabalho (GT) Madeira, um coletivo de organizações que tinha como objetivo o fornecimento de madeira legal no município. Em 2014 duas das associações participantes do GT obtiveram a aprovação de PMFS em seus territórios.

Caracterização do problema

Buscamos aqui, elucidar que elementos influenciaram os resultados do processo de obtenção de PMFS pelas associações comunitárias em questão, tendo no GT Madeira o ponto de partida do presente estudo, a partir do qual elaboramos algumas proposições iniciais. Por um lado, após as ações do PPCDAm, havia um discurso governamental de que o Estado estava promovendo a realização do MFCF em Lábrea. Por outro, como participantes do processo, a nossa primeira proposição era a de que o GT Madeira teria exercido um papel central na obtenção dos PMFS, através também da ação das organizações não governamentais que constituíam o coletivo, influenciando diretamente os resultados obtidos. O que nos levou a esse pensamento foi o fato de que duas associações já vinham tentando obter o documento há alguns anos, conseguindo apenas em 2014, enquanto participavam do coletivo. Nesse sentido, e sendo o contexto o mesmo, contudo, por que uma das associações participantes não teria obtido êxito?

Sendo o processo não exitoso justamente aquele referente a um assentamento da reforma agrária, nossa segunda proposição era a de que ele não teria avançado principalmente devido a problemas de “organização social”. Esse sentido foi construído tanto pelo senso comum quanto a partir de estudos sobre o MFCF (AMARAL; AMARAL NETO, 2000; HAJJAR et al, 2011; PAGDEE; DAUGHERTY; KIM, 2006), que apontam esse como um dos principais desafios encontrados no MFCF e, em especial, em assentamentos. Elementos como a modalidade individual de organização dos lotes nesses territórios, e a predominância de uma cultura de produção agrícola, poderiam ter impacto sobre a organização para a produção madeireira através do MFCF. De forma oposta, o processo exitoso foi desenvolvido em uma unidade de conservação (UC), com características normalmente consideradas favoráveis ao MFCF. Ainda assim, neste caso a obtenção de um PMFS durou quase dez anos.

Apesar das proposições iniciais não se mostrarem totalmente infundadas, o estudo que realizamos possibilitou aprofundá-las, ajudando na compreensão dos processos, como desenvolvemos adiante.

Justificativa

Diversos estudos empíricos no mundo todo se dedicaram a elucidar os desafios do MFCF (HAJJAR et al., 2011; PAGDEE, KIM, DAUGHERTY, 2006), destacando as exigências legais e a burocracia governamental, que tornam muitas iniciativas inviáveis (WALDHOFF, VIDAL, 2015). Amaral Neto et al. (2008) apontam também para a indefinição fundiária; a falta de assistência técnica qualificada e de acesso a crédito compatível com a atividade; a fragilidade na organização social; e limitação de acesso a mercados. No entanto, mesmo conhecidos e documentados, suas causas não são explicadas além das evidências.

A complexidade do MFCF, no entanto, parece difícil de ser traduzida pelos estudos de políticas florestais, onde teorias institucionalistas e análises racionalistas tem grande popularidade (ARTS, 2012; DE JONG; ARTS; KROTT, 2012). Babili et al. (2015) e Fréchette e Lewis (2011) destacam a “gestão de bens comuns”¹ de Ostrom (1990) (incluído os recursos florestais dos quais tratamos aqui), como uma das principais abordagens utilizadas em análises na área florestal. Uma das críticas a essa orientação teórica, no entanto, é a ênfase da abordagem na estabilidade das instituições como um fator condicionante, em detrimento de uma reflexão sobre a dinâmica institucional (BABILI et al, 2015).

Assim, quando a mudança é a questão, as análises que predominam possuem sua capacidade explicativa questionada por diversos autores (BABILI et al., 2015; FRÉCHETTE; LEWIS, 2011; HUSAIN, 2009; SOTIROV; MEMMLER, 2012; WONG, 2013). Além disso, outros estudos indicam que para garantir o manejo eficaz dos recursos, lógicas institucionais alternativas a partir do institucionalismo sociológico e discursivo devem ser pensadas (MARCH; OLSEN 1989, CLEAVER 2002, SCHMIDT, 2008, apud BABILI et al., 2015). Diante disso, adotamos a teoria de campos, especificamente a abordagem dos Campos de Ação Estratégica (CAEs) (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) no presente estudo.

A teoria de campos considera o espaço social amplo, baseado em elementos que conferem força e poder dentro de determinado universo (BOURDIEU, 1985). Ao olhar para a obtenção de PMFS pelas associações a partir por essa perspectiva, assumimos que existem causas estruturais por detrás dos processos, que podem se revelar com o auxílio de ferramentas teóricas (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Por sua vez, considerar uma ação em

¹ Os “bens comuns” ou “*Common pool resources*” (CPRs) referem-se a “um sistema de recursos naturais ou artificiais, que é suficientemente grande para torná-lo caro (mas não impossível) em excluir potenciais beneficiários para obter benefícios de sua utilização” (OSTROM, 1990; apud BACCHIEGGA; FERREIRA, 2014; p. 56-57; tradução nossa).

um “campo de ação estratégica” (CAE) significa dizer que ela ocorre numa arena socialmente construída onde atores, dotados de diferentes recursos, disputam por vantagens para alcançar seus objetivos (FLIGSTEIN; McADAM, 2011).

Ainda que a principal influência da teoria de campos seja aquela proposta por Pierre Bourdieu, a abordagem dos CAEs, elaborada por Fligstein e McAdam (2012) traz aspectos do construtivismo social e da teoria institucional para entender os fatores que garantem a estabilidade ou possibilitam a mudança nos campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Lançam mão, assim, dos estudos de movimentos sociais, teoria de redes, teoria institucional, e os trabalhos de Bourdieu (1984), Bourdieu e Wacquant (1992) e Giddens (1979, 1984). A principal afinidade com o trabalho de Bourdieu reside na identificação de campos como arenas sociais em disputa, e, conseqüentemente, do poder como elemento-chave da sua estruturação e lógica (FLIGSTEIN, 2011).

As principais contribuições, em oposição àquele, são: maior foco nos atores coletivos, e sua ação na estruturação do campo; admitir tanto a competição quanto a cooperação como fundamentais, incluindo a análise de como certos atores conseguem mobilizar outros, na busca de soluções para problemas comuns; o foco na emergência e transformação do espaço social; e uma visão sobre a relação entre os campos como elemento essencial na estabilidade dos mesmos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Assim, a abordagem de CAEs, tenta explicar não apenas a estabilidade, mas também como ocorre a mudança institucional pela ação social.

Objetivos

Elaboramos o presente trabalho, com o objetivo de analisar e comparar os processos de obtenção de PMFS por duas associações comunitárias no município de Lábrea (AM). Especificamente, nos propusemos a: (a) analisar a influência de outros campos e do Estado; (b) identificar os atores incumbentes e desafiantes; (c) identificar os recursos e a habilidade social.

Organização da dissertação

Além desta introdução, dividimos a dissertação em quatro capítulos. No capítulo 1 apresentamos a teoria utilizada, e seus principais conceitos, orientadores da análise. Através de uma revisão de literatura, traçamos também uma breve reconstituição histórica do manejo florestal, destacando fatos importantes e atores envolvidos. Mostramos o caminho

percorrido, da comunidade acadêmica às comunidades amazônicas, através da incorporação pela legislação brasileira e das discussões sobre o manejo florestal comunitário familiar (MFCE). Em seguida, no capítulo 2, apresentamos e descrevemos detalhadamente a metodologia utilizada para auxiliar a tarefa a que nos propusemos com a pesquisa.

No capítulo 3, desenvolvemos dois estudos de caso, um para cada processo analisado. Fazemos primeiramente uma análise do contexto, resgatando a história da produção madeireira no município de Lábrea até o momento em que ocorre a ação, destacando, da mesma forma que no capítulo anterior, fatos e atores que a influenciaram. Em seguida, descrevemos os processos de obtenção dos PMFS pelas duas associações, e os comparamos a partir do domínio e mobilização de recursos para superar os desafios encontrados.

Finalmente, no capítulo 4, através das lentes dos Campos de Ação Estratégica (CAEs), analisamos os resultados apresentados no capítulo anterior, de forma a identificar os atores, suas posições e recursos, trazendo os elementos que influenciaram a ação. Tentamos estabelecer uma relação entre os casos apresentados e o desenvolvimento histórico do manejo florestal, apresentado anteriormente, fazendo também, algumas reflexões mais amplas sobre os resultados. Por último, concluímos trazendo as principais conclusões do estudo e algumas possibilidades de aprofundamento.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Teoria de Campos

A noção de “campo” é advinda das ciências exatas, na área da física eletromagnética, e foi adaptada nas ciências sociais através do trabalho de uma série de outros pesquisadores ao longo do século passado. Foi na área da psicologia social, através de teóricos da “Gestalt theory” (Wertheimer, Koffka, and Köhler), e posteriormente, com Kurt Lewin (1936), que fundou as suas bases. Com o intuito de determinar porque percepções à distância tinham efeito sobre outras, os teóricos da Gestalt predicavam que não se poderia entender como um organismo sente o ambiente sem dar atenção ao campo da percepção como um todo (MARTIN, 2003). Kurt Lewin expandiu essa ideia, focando o conceito de campo como “*a totality of coexisting facts which are conceived of as mutually dependent [...]*” (MARTIN, 2003; p. 16), apontando que o comportamento seria derivado da junção de personalidade e ambiente. No entanto, o trabalho de Lewin inseria a noção de campo num contexto meramente psicológico.

A aderência do conceito de campo na sociologia se deu para tentar representar as regularidades sociais amplas nas sociedades, que também poderiam ser visualizadas como “quase” organismos, sistemas ou estruturas. Foi facilitada pela ideia de “esferas de valor”, caracterizada como “*an ensemble of relationships between actors antagonistically oriented to the same prizes or values*” (MARTIN, 2003; p. 20). Complementarmente, Pierre Bourdieu fez a junção entre a análise de estruturas objetivas (mundo social) com a análise subjetiva da posição (relações sociais), considerando, além das relações, as trajetórias individuais das pessoas como elemento fundamental no campo. O autor introduziu o conceito de campo como “[...] *a set of objective, historical relations between positions anchored in certain forms of power (or capital) [...]*” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; p. 16), com regras específicas e objetos em disputa (BOURDIEU, [1983], 2003).

Bourdieu utilizou, de forma interdependente, conceitos como os de capital e *habitus* para explicar a ação e as regularidades sociais do campo. O capital é “*accumulated labor [...] which, when appropriated on a private, i.e., exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor*” (BOURDIEU, 1986; p. 46). Ele seria, assim, utilizado pelos agentes para garantir-lhes vantagens competitivas, e definir sua posição. O autor reconhece diversas formas de capital, sendo os principais o econômico, o social, e o cultural, além do capital simbólico. Cada campo tem os seus capitais específicos, e as tentativas de conversão de capitais entre campos

podem incorrer em taxas de conversão (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). O *habitus*, por sua vez, “[...] consists on a set of historical relations ‘deposited’ within individual bodies in the form of mental and corporeal schemata of perception, appreciation and action” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; p.16). Ele é estruturante e estruturado pelo campo, e fornece explicação sobre a ação e mudança, mas limitam-se aos aspectos cognitivos da ação individual. Em outras palavras, ele representa uma disposição para agir, socialmente construída, que não passam pela consciência de quem age.

Essa abordagem constitui-se na principal influência e na mais desenvolvida teoria de campos, unindo diversas disciplinas (psicologia, antropologia, economia, etc.) e sendo utilizada em estudos de temas variados (cultura, religião, arte, política, entre outros) (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; VALLE, 2007). No entanto, como mostra Martin (2003), ela não é a única. Muitos estudos neo-institucionalistas tem como foco o problema da construção de ordens sociais de nível intermediário, isto, é, os campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Hall e Taylor (2003) admitem o neo-institucionalismo como uma perspectiva teórica não unificada, distinguindo-a em três vertentes, de acordo com suas diferentes visões sobre o mundo político: a histórica, a racional e a sociológica. Elas possuem em comum a busca pela elucidação do papel desempenhado pelas instituições e determinação de resultados sociais e políticos, mas apresentam visões diferentes sobre a relação entre instituição e comportamento, e na explicação sobre o surgimento e modificação das instituições (HALL; TAYLOR, 2003).

Em sua vertente sociológica, DiMaggio e Powell (1983) elaboraram o conceito de “campo organizacional” buscando entender novas formas de burocratização e racionalização nas organizações, e a grande similaridade entre elas. Os autores argumentaram que as novas formas e práticas organizacionais encontradas à época dependiam menos da competição e da necessidade de eficiência, sendo direcionadas pela estruturação de campos organizacionais, caracterizados como “*those organizations that, in the aggregate, constitute a recognized area of institutional life: key suppliers, resource and product consumers, regulatory agencies, and other organizations that produce similar services or products*” (DIMAGGIO; POWELL, 1983; p. 148). Seus pressupostos em relação à teoria de campos dizem respeito à importância da escolha de quem são os atores relevantes dentro de um campo, e à necessidade da existência de ligações entre eles, para se considerar a existência de um campo; assumindo, além disso, a sua estabilidade como um fato dado.

Fligstein e McAdam (2012), por sua vez, trabalharam com a abordagem de Bourdieu e do neo-institucionalismo, oferecendo uma análise crítica e incorporando outros

elementos. Os esforços dos autores foram principalmente na tentativa de unir aspectos do construtivismo social e da teoria institucional, com o entendimento dos fatores que garantem a estabilidade e possibilitam a mudança nos campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Assim, lançando mão de elementos presentes nos estudos de movimentos sociais, teoria de redes, teoria institucional, Bourdieu (1984), Bourdieu e Wacquant (1992) e Giddens (1979, 1984), elaboraram uma abordagem abrangente, a dos “campos de ação estratégica” (CAEs) (FLIGSTEIN; McADAM, 2011; p. 3), que são

a meso-level social order where actors (who can be individual or collective) interact with knowledge of one another under a set of common understandings about the purposes of the field, the relationships in the field (including who has power and why), and the field's rules.

Do neo-institucionalismo, incorporaram a visão do nível “meso” da construção de ordens locais, a dinâmica entre grupos “desafiantes e responsáveis”, e a ideia de empreendedores institucionais². No entanto, criticando o modelo de ação tanto das vertentes racional quanto da sociológica, afirmaram que elas não concedem às pessoas a possibilidade de criar os seus mundos sociais (FLIGSTEIN, 2007). Especificamente em comparação à visão de DiMaggio e Powell (1983), a abordagem de CAEs contrasta com o que os autores apontam como suas duas principais limitações: pensar apenas sobre os campos já existentes, tornando-se difícil evidenciar que tipo de rupturas tipicamente catalisa a ação; e subestimar o papel do poder nos campos, principalmente aqueles em estruturação, mas mesmo nos já estáveis. Fligstein (2007) reconhece, no entanto, que o institucionalismo histórico seria consistente com o aspecto da ação que procura ressaltar, através das capacidades de mobilização dos atores, com o conceito de habilidade social³ (GIDDENS, 1984).

Os autores ressaltam também a afinidade de sua abordagem com o trabalho de Bourdieu, centralmente na identificação de campos como arenas sociais em disputa, e, conseqüentemente, do poder como elemento-chave da estruturação e lógica de qualquer campo (FLIGSTEIN, 2011). Algumas diferenças, no entanto, permitem a distinção entre as abordagens. Como os autores expõem, as principais contribuições de seu trabalho, em relação

² Fligstein (2007) usa o termo de empreendedores sociais e atores com desempenhos hábeis (GIDDENS, 1984) intercambiavelmente ao longo de seu trabalho, como atores que “criam sentidos”. Adota, no entanto, o conceito de atores socialmente hábeis, desenvolvido a partir do primeiro, mas com bases no interacionismo simbólico.

³ Segundo Fligstein (2007; p.72), “a possibilidade de mudança política requer que os institucionalistas históricos levem em consideração a natureza da crise atual, as possíveis ideias para solucionar a crise, quem eram os desafiantes e os responsáveis e como as ideias foram utilizadas pelos empreendedores políticos para unir os desafiantes e mudar as políticas”.

ao de Bourdieu, são: maior foco nos atores coletivos e sua ação na estruturação do campo; admitir tanto a competição quanto a cooperação como fundamentais, incluindo a análise de como certos atores conseguem mobilizar outros, na busca de soluções para problemas comuns; o foco na emergência e transformação do espaço social; e uma visão menos “camocêntrica”, elaborando a relação entre os campos, como elemento essencial na estabilidade dos mesmos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Admitindo-se uma preocupação maior com o processo de mudança⁴ no presente estudo, optou-se assim, pela utilização da abordagem teórica dos CAEs. Além disso, como afirma Bonikowski (2015), a teoria de campos de Bourdieu é suficientemente aberta para a inclusão de novos conceitos, que podem dar conta de aspectos limitantes de sua teoria. Da mesma forma, Fligstein e McAdam (2012; p.184) entendem que “*the theory of strategic action fields is a flexible set of concepts and relationships that apply across a large number of settings*”. Seus elementos centrais são discutidos a seguir.

1.1.1. Campos de Ação Estratégica (CAEs)

Os três principais componentes da abordagem dos CAEs são: (i) a noção de campo, como ordens sociais de nível ‘meso’, que constituem a base da vida política e organizacional moderna, na economia, sociedade civil e Estado; (ii) uma visão onde os campos tem relações e são modelados historicamente por outros campos; e (iii) as considerações sobre como os atores moldam e mantém a ordem existente em determinado campo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Emergência, estabilidade e transformação

Como já mencionado, uma das principais distinções entre a abordagem de CAEs e aquelas nas quais ele se baseia é que a preocupação principal reside não em explicar a estabilidade no campo, mas a sua emergência e transformação (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Para isso busca entender a interação entre os distintos campos; a ação, através do conceito de habilidade social e categoriza os campos em “tipos ideais”, como emergentes, estáveis ou em transformação (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Do neo-institucionalismo empresta a ideia de que parte da dinâmica da sociedade moderna provém de relações entre

⁴ É importante ressaltar que, assumir a preocupação com a mudança não significa afirmar que o objeto de estudo se insere num campo em transformação (ver item 2.1.1), considerando que, como afirma Fligstein (2013) a mudança sempre está presente nos campos.

grupos desafiantes e responsáveis; de sua luta para estabelecer e montar campos; e das consequências, intencionais ou não, causadas por tais lutas em campos adjacentes (FLIGSTEIN, 2007).

Os CAEs são compostos por “desafiantes”, “incumbentes” e, por vezes, “unidades de governança”. Os incumbentes são os atores que exercem grande influência e são capazes de manter e orientar o campo de acordo com suas visões e interesses. Os desafiantes, por sua vez, reconhecem a dominância dos primeiros, e, ainda que ocupem posições menos privilegiadas, podem estabelecer articulações, visões e posições alternativas. Já as unidades de governança, são responsáveis pela supervisão do cumprimento das regras do campo e facilitam a harmonia do sistema (FLIGSTEIN, 2011). Assumindo que os campos raramente estão organizados a partir de realidades consensuadas, e o conflito está sempre presente, a abordagem de CAEs, oferece uma perspectiva de classificação dos campos, baseado nas oportunidades e restrições à ação dos atores: (i) emergentes; (ii) estáveis; e (iii) em transformação.

Um campo emergente é um CAE ocupado por um ou mais grupos que se orientam uns aos outros, mas sem uma ordem estável que torne as relações rotineiras (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Aqui, tudo está em jogo: desde os objetivos do campo, passando pelos atores participantes, suas respectivas ações e posições. Um campo estável, por sua vez, é aquele onde os principais atores são capazes de se reproduzir no campo durante um período razoavelmente longo de tempo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Nele, os principais atores são capazes de se reproduzir no campo durante um período razoavelmente longo de tempo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Isso é realizado a partir de concepções de controle, que são os significados coletivos compartilhados que orientam e estabilizam as relações (FLIGSTEIN, 2013), e as unidades internas de governança, as organizações responsáveis pela supervisão do cumprimento das regras do campo, facilitando a harmonia do sistema (FLIGSTEIN, 2011).

Quando as relações entre atores se desestabilizam, e as concepções de controle não mais fornecem valores para legitimar os princípios do campo, ou seja, quando há uma crise, o campo pode ser considerado em transformação. Se as crises ocorrem em um período delimitado de intensa contestação, podem resultar em episódios de contenção, ou seja, situações onde as regras e relações de poder se colocam à disputa (FLIGSTEIN, 2013). A solução aos conflitos entre os atores, segundo Fligstein (2013), podem ser solucionadas de

três formas táticas, conforme apontadas por Max Weber, em suas teorizações sobre a ordem: coercitiva, competitiva ou cooperativamente.

A coerção implica ameaças, que podem ser tanto violência física quanto a retenção de recursos dos quais dependem certos atores. Os recursos também orientam a competição, que ocorre sem violência, mas direcionam os perdedores e ganhadores. Estes últimos são aqueles que, nesta posição, irão controlar os seus fluxos. Em contraste, na cooperação, existe a construção de coalizões políticas, com o objetivo de proporcionar recursos aos membros da coalizão (FLIGSTEIN, 2013). Para isso, o conceito de habilidade social trazido por Fligstein e McAdam (2012) torna-se um elemento central, como explorado a seguir.

Ação no campo

A ação no campo remete ao debate sociológico entre determinismo e voluntarismo⁵, ou, agência e estrutura (ASTLEY; DE VEN, 2005; FLIGSTEIN, 2007). É nele que reside um dos principais elementos da abordagem. Fligstein e McAdam (2012; p. 46) o situam nos microfundamentos do campo, trazendo à tona o conceito de “habilidade social”, definido como a capacidade “de induzir cooperação por meio da criação de significados compartilhados e identidades coletivas”. Enquanto o *habitus* (BOURDIEU, WACQUANT; 1992) limita-se aos aspectos cognitivos da ação individual, a habilidade social enfatiza a capacidade de convencimento dos atores, no sentido de orientar a ação dos outros.

Com este conceito, os autores propõem uma “teoria sociológica da ação”, retomando as raízes do “interacionismo simbólico” (GIDDENS, 1984; GOFFMAN, 1963). Seus pressupostos dizem respeito à ideia da construção de identidades e significados coletivos a partir da interação entre os atores (FLIGSTEIN, 2007; FLIGSTEIN; McADAM, 2012), com o conceito de quadro (GOFFMAN, 1974), “uma série de conceitos e perspectivas teóricas que organizam as experiências e guiam a ação dos indivíduos, grupos e sociedades” (FLIGSTEIN, 2013). Opõe-se à abordagem da escolha racional neo-institucionalista – que sugere que instituições são resultado das interações de atores racionais individuais em situações

⁵ “Do ponto de vista da orientação voluntarista, indivíduos e instituições são agentes autônomos, proativos e autodirigidos; os indivíduos são vistos como a unidade básica de análise e fonte de mudança da vida organizacional. Já a orientação determinista não focaliza os indivíduos, mas sim as propriedades estruturais do contexto em que a ação se desenrola, e um comportamento individual é visto como determinado por restrições estruturais que proporcionam estabilidade e controle absoluto à vida organizacional, e a elas reativo” (ASTLEY; DE VEN, 2005; p. 54).

semelhantes a jogos de regras e recursos fixos -; e aos institucionalistas sociológicos, que imprimem um mundo social “obscuro” que requer interpretações, e suas podendo ou não ter consequências (FLIGSTEIN, 2007).

Nos CAEs, a ação segue a necessidade de adequação social, mas envolve a estratégia consciente e, assim, sem resignar-se à estrutura, dá-se uma maior margem de espaço para a agência (SWARTZ, 2014). No entanto, como afirmam Fligstein e McAdam (2012), ela é condicionada pela situação do campo, pelo lugar ocupado pelos atores, e em relação à ação de outros grupos. O conceito de habilidade social, dessa forma, explica a ação dos atores relacionada à diferentes condições de poder e incerteza.

Nos grupos desafiantes, ela se evidencia em casos onde existem oportunidades de transformação, mas podendo também estar presente em grupos incumbentes, para a reprodução social ou na contestação da dominância de outros grupos (FLIGSTEIN, 2007). Além disso, através dele, maior centralidade é dada à ação coletiva, e, nesse sentido, tenta explicar as formas de cooperação e articulação entre as pessoas e grupos, e compreender suas interações. (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

Diante disso, em um campo emergente, os atores sociais hábeis são fundamentais, e podem ajudar na produção da ordem de duas formas. A primeira, através da imposição dos grupos mais numerosos ou poderosos. Neste caso, eles encontram uma forma de aplicar os recursos e regras existentes na produção das novas ordens locais, convencendo seus partidários a cooperar e encontrando meios de acomodação entre grupos (FLIGSTEIN, 2007). A segunda, pelo “empreendedorismo institucional”, ou seja, através da produção de quadros culturais completamente novos, construção de identidades que unem os grupos, e do desenvolvimento de novas instituições (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). No entanto, eles podem também falhar, como destaca Fligstein (2007, p. 70), “se ninguém puder reivindicar os recursos com força suficiente e não houver possibilidade de desenvolver quadros em comum”.

Já em um campo estável, Fligstein e McAdam (2012) sugerem que a habilidade social se apresenta em grupos incumbentes, reproduzindo o seu poder e defendendo o status quo. Nos desafiantes, criando nichos e explorando o que o sistema lhes dá, de forma a manter o grupo unido e as possibilidades de desafio vivas. Nessa situação, ela pode ter menor importância, uma vez que, os recursos e as regras estão favoráveis aos grupos incumbentes, existindo poucas oportunidades de mudança aos desafiantes (FLIGSTEIN, 2007).

Contudo, diante de uma crise, ou seja, em campos em transformação, existe uma maior chance de novas visões e ações inovadoras serem realizadas pelos atores sociais

hábeis de grupos desafiantes, ainda que aqueles dos grupos dominantes tentem manter o status quo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Aqui, a dinâmica é similar a dos campos emergentes, e, por isso, o foco integral da análise é essencial, de forma a não sobrevalorizar a sua figura, e desconsiderar o valor dos recursos mobilizados na ação (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

QUADRO 1 - Principais conceitos da abordagem de CAEs.

Conceitos-chave	Definição
Incumbentes e desafiantes	Incumbentes são os atores que exercem grande influência e são capazes de manter e orientar o campo de acordo com suas visões e interesses. Desafiantes são atores que reconhecem a dominância dos incumbentes, e, ainda que ocupem posições menos privilegiadas, podem estabelecer articulações, visões e posições alternativas.
Concepções de controle, unidades internas de governança (UIG), crises e episódios de contenção	As concepções de controle são os significados coletivos compartilhados que orientam e estabilizam as relações, e as unidades internas de governança são organizações responsáveis pela supervisão do cumprimento das regras do campo, facilitando a harmonia do sistema. Quando as relações entre atores se desestabilizam, e as concepções de controle não mais fornecem valores para legitimar os princípios do campo, há uma crise . Quando as crises proporcionam um período delimitado de intensa contestação, podem resultar em episódios de contenção , onde as regras e relações de poder se colocam à disputa.
Campos próximos e distantes	Campos próximos são aqueles com ligações recorrentes e cujas ações afetam rotineiramente o campo em questão. Campos distantes são aquelas cujas ligações estão ausentes ou são insuficientes para influenciar o campo em questão. O Estado é considerado um sistema de CAEs, que se distingue de outros por definir as regras de coletividades espacialmente delimitadas.
Emergência estabilidade e transformação	Emergência, estabilidade e transformação são tipos ideias de dinâmicas de um CAE. Um campo emergente é um CAE ocupado por um ou mais grupos que se orientam uns aos outros, mas sem uma ordem estável que torne as relações rotineiras. Um campo estável é aquele onde os principais atores são capazes de se reproduzir no campo durante um período razoavelmente longo de tempo. O campo pode ser considerado em transformação quando há uma crise.
Habilidade social	Capacidade de induzir cooperação por meio da criação de significados compartilhados e identidades coletivas”. Os atores sociais hábeis são capazes de reorientar ou criar novos quadros , definidos como “uma série de conceitos e perspectivas teóricas que organizam as experiências e guiam a ação dos indivíduos, grupos e sociedades”.

Fonte: Fligstein (2011; 2013); Fligstein e McAdam, (2012); Goffman (1974).

Os recursos de um campo, por sua vez, são utilizados pelos atores para garantir-lhes vantagens competitivas, podendo representar fatores diferenciais de sucesso ou fracasso (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; FLIGSTEIN; McADAM, 2011). Bourdieu (1985) define os agentes pela sua posição relativa no espaço social, estabelecida a partir de processos de diferenciação e distribuição. A posição de um agente em determinado campo é definida pela posição que ele ocupa em diferentes campos, ou seja, na distribuição de poder ou capital ativo em cada um deles. Assim, num primeiro plano, os agentes são distribuídos de

acordo com a quantidade de capital que possuem, e, em segundo, de acordo com a composição do capital, isto é, dos pesos relativos de seus ativos (BOURDIEU, 1985).

De acordo com Fligstein e McAdam (2012), Bourdieu e Giddens se assemelham quanto a visão de que os atores agem para reproduzir as suas posições e usam as estruturas sociais (regras e recursos do campo) para isso, e a abordagem de CAEs também reconhece a importância da posição e distribuição dos recursos (capitais) (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; p. 180-181; tradução nossa):

A posição que ocupamos em um campo tem um enorme efeito na forma como expressamos a nossa capacidade de agência. [Atores estratégicos hábeis] vão utilizar o que o sistema lhes dá e usar como recurso. Em um campo emergente, o valor desses recursos pode não ser aparente e as dependências de recursos pode não ser clara. Aqui, mais uma vez, os atores estratégicos hábeis irão usar o que estiver disponível para mobilizar a ação coletiva. Assim, a sua posição numa estrutura emergente será fundamental para suas realizações.

No entanto a capacidade de usar esses fatores a seu favor e mobilizar a ação coletiva, também faz parte da equação. Nesse sentido, a habilidade social pode ser considerada um “lubrificante” da ação, e também entendida como um recurso potencial em todos os atores (FLIGSTEIN; 2007; FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Além disso, a situação do campo subsidia os tipos de dinâmicas possíveis: os recursos podem ter pouca ou muita influência nos resultados da ação, ou até mesmo serem indefinidos, no caso de campos emergentes. De acordo com Fligstein (2007; p.63):

Uma vez existentes, as instituições tanto capacitam quanto coagem os atores sociais. Atores privilegiados podem utilizar as instituições para reproduzir sua posição. Os atores podem usar as instituições existentes para fundar novas arenas de ação. Atores sem recursos são, na maioria das vezes, coagidos por instituições, mas, em certas circunstâncias, podem utilizar as regras existentes de forma não planejada para criar novas instituições.

Dessa forma, nos CAEs as regras preexistentes de interação e distribuição de recursos agem como fontes de poder e, quando combinadas com um modelo de ação servem como a base na qual as instituições são construídas e reproduzidas pelos atores, e em como eles fracassam ou obtêm sucesso para isso. Ele proporciona uma abertura para a cooperação entre pesquisadores empiricamente e teoricamente orientados, no entendimento da transformação social (FLIGSTEIN, 2007), sendo por essa razão as lentes teóricas utilizadas na análise deste trabalho, que apresentamos nos próximos capítulos. Antes, contudo, passemos a conhecer sobre o desenvolvimento do MFCE, nosso tema de estudo.

1.2. Manejo florestal: da comunidade acadêmica às comunidades amazônicas

As ciências florestais surgiram no século XVIII, na Europa, com o objetivo de gerar conhecimento e aumentar a produtividade e lucratividade do uso dos recursos florestais, focada, assim, no manejo e na economia florestal (DE JONG; ARTS; KROTT, 2012). Nos países tropicais, por sua vez, o conceito de manejo florestal sustentável (MFS), surgiu associado à silvicultura tropical, uma adaptação da silvicultura desenvolvida na região europeia (HIGUCHI, 2010). Segundo Higuchi (2010), as primeiras atividades de silvicultura tropical ocorreram na América no início do século XX, e foram intensificadas após a segunda guerra mundial. Ainda que uma definição inequívoca e universalmente aceita de MFS permanece indefinida, ele vem sendo adotado amplamente por atores governamentais, não governamentais e econômicos (HUMPHREYS, 1999).

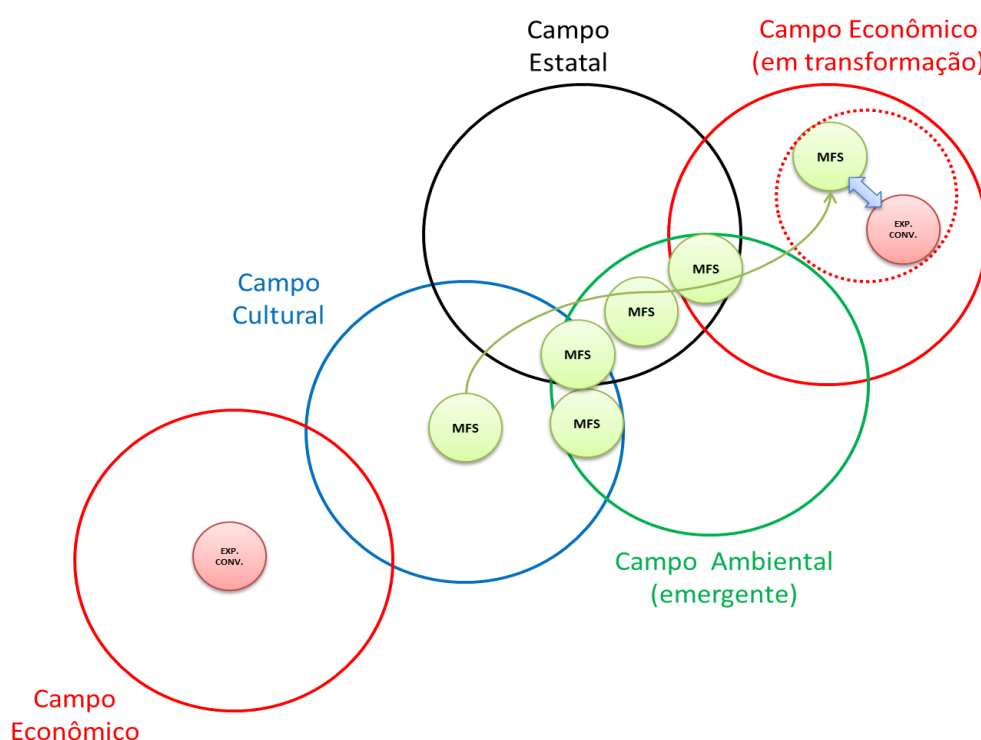
Internacionalmente, o MFS ganhou força na década de 90, no contexto da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, a “Eco-92”. Devido à preocupação com as altas taxas de desmatamento e deficiências na gestão florestal em países tropicais, formou-se o conceito de “governança florestal global”⁶ ou “governança global sobre florestas” (“*global forest regime*”), caracterizado por princípios, normas, regras, procedimentos e programas convergentes sobre a gestão da interação entre as pessoas e os recursos florestais (HUMPHREYS, 1999; RAYNER et al., 2010; apud WIERSUM et al., 2013). Orientado pela premissa da conservação e uso sustentável das florestas, o MFS tornou-se um instrumento da “boa” governança florestal.

Uma característica importante da governança global sobre florestas é a de que, diferentemente de outros tipos de governança ambiental, ela não se estrutura ao redor de uma convenção legal única. Isso fez com que instrumentos “não vinculativos”, ou seja, de caráter facultativo, ganhassem importância, refletindo compromissos políticos em detrimento dos legais (HUMPHREYS, 1999). Não obstante, ainda que a orientação não vinculativa pareça ter sido uma opção deliberada dos Estados, Humphreys (1999) destaca que esses instrumentos são capazes de orientar a atuação e expectativas dos atores, e que estes enfatizaram a necessidade da existência de princípios orientadores.

⁶ Ressalta-se que, assim como os conceitos de “manejo florestal”, “desenvolvimento” e “governança”, o conceito de “governança florestal” também é flutuante (ARTS; BUIZER, 2009).

O MFS no Brasil foi impulsionado na mesma época, acompanhando o movimento internacional, e somado ao contexto interno de expansão da exploração florestal da região centro-sul do país. A exaustão dos recursos florestais da Mata Atlântica ocasionou o deslocamento da atividade para o norte, especialmente na floresta Amazônica, que desde a década de 60, já recebia especial atenção dos legisladores brasileiros (HUMMEL, 2001). Nesse contexto, o MFS, incorporado à legislação já no primeiro Código Florestal⁷ de 1965, na tentativa de disciplinar a exploração das florestas nativas, foi regulamentado em 1994⁸ (HIGUCHI, 2010; HUMMEL, 2001). Em termos da abordagem teórica adotada no presente estudo, o caminho percorrido pelo MFS pode ser entendido pela relação entre campos, representados na figura 1.

FIGURA 1 – Percurso do MFS (círculo verde) do campo cultural ao campo econômico onde confronta com a exploração madeireira convencional (círculo vermelho).



Fonte: elaboração própria.

Desenvolvido na comunidade acadêmica, isto é, no “campo cultural” (círculo azul), foi incorporado pelo Estado brasileiro no “campo estatal” (círculo preto), e influenciado

⁷ Art. 15, da lei nº 4.471, de 15 de setembro de 1965 (revogada pela Lei nº 12.651/2012) (BRASIL, 1965).

⁸ Decreto nº 1.282, de 19 de outubro, de 1994 (revogado pelo Decreto nº 5.975/2006) (BRASIL, 1994).

por um “campo ambiental” emergente (círculo verde), confrontando-se, posteriormente, com a exploração madeireira convencional, no “campo econômico” da produção de madeira na Amazônia. O “Plano de Manejo Florestal Sustentável” (PMFS), por sua vez, documento técnico que contém as diretrizes e procedimentos para a administração da floresta de acordo com o MFS⁹, começou a ser exigido para a sua realização em todo o país, alguns anos antes, em 1986, quando eram então designados como “Planos de Manejo Florestal de Rendimento Sustentado” (HUMMEL, 2001)¹⁰. Atualmente, a aprovação de um PMFS continua como parte das exigências legais para o acesso ao recurso florestal madeireiro¹¹ de florestas nativas, tanto em áreas públicas como privadas.

1.2.1. Produção madeireira na Amazônia

Quando falamos sobre exploração de recursos florestais, dado a abrangência do tema, é importante que especifiquemos do que se trata. Dentre todos os produtos florestais possíveis, o foco do presente trabalho incide sobre a produção de madeira, atividade que possui realidades distintas de acordo com a origem da matéria prima: silvicultura (plantios florestais) ou extrativismo vegetal de florestas nativas¹². A importância econômica da produção madeireira pela silvicultura pode ser evidenciada nos números oficiais absolutos: em 2014, a atividade produziu 146.530.657 m³ de madeira em tora, representando 90,6% do total nacional, sendo, contudo, a maior parte destinada à indústria de celulose e papel (IBGE, 2014). Enquanto essa produção foi equivalente a R\$ 15,9 bilhões, o extrativismo vegetal no mesmo ano gerou R\$ 3,2 bilhões com a produção madeireira, representando, respectivamente, 83% e 17% da produção de R\$ 19,1 bilhões (tabela 1).

Tabela 1 – Produção de produtos madeireiros e não madeireiros no Brasil.

	Silvicultura	Extrativismo vegetal	Total
Madeireiros	R\$ 15,9 bilhões	R\$ 3,2 bilhões	R\$ 19,1 bilhões
Não madeireiros	R\$ 216 milhões	R\$ 1,4 bilhões	R\$ 1,6 bilhões
Total	R\$ 16,1 bilhões	R\$ 4,6 bilhões	

Fonte: IBGE (2014).

⁹ Decreto n° 5.975, de 30 de novembro de 2006 (BRASIL, 2006a).

¹⁰ Portaria IBDF n° 486/86; Lei n° 7.511/86 (HUMMEL, 2001).

¹¹ A outra forma de acesso é a autorização de desmatamento (“corte raso”), para uso alternativo do solo (HUMMEL, 2001).

¹² No extrativismo vegetal incluem-se também outros produtos, segundo suas formas de aproveitamento, classificados nos seguintes grupos: borrachas; gomas não elásticas; ceras; fibras; produtos tanantes; produtos oleaginosos; produtos alimentícios; produtos aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes e madeira. (IBGE, 2014).

Os dados do IBGE (2014) apontam que a quantidade de madeira produzida no extrativismo, e o valor gerado por seus produtos, são muito inferiores aos da silvicultura, mas se destacam quando comparados aos demais produtos. Apontam também que, dos quatro principais Estados produtores, responsáveis por 80,7% da produção do país, três se encontram na Amazônia (Pará, Rondônia e Mato Grosso) (IBGE, 2014). No entanto, apesar de importantes, estes dados não revelam a realidade da atividade madeireira extrativista em sua integralidade, por ter a ilegalidade como base, sendo um dos principais vetores de desmatamento. Por esse motivo, somado ao contexto de ajuste estrutural das finanças dos países produtores, incentivados a aumentar as suas receitas, a legalização da produção madeireira tornou-se alvo de preocupações nos debates sobre governança florestal, (WIERSUM et al., 2013).

Wiersum et al. (2013) destaca que as políticas de legalização da produção madeireira são orientadas pela demanda¹³, e adicionam critérios normativos aos critérios financeiros tradicionais, na tomada de decisões relativas à compra pelos países importadores. Assim, políticas de compra de madeira atuam como estimulantes para o desenvolvimento de mecanismos de legalização da atividade madeireira nos países produtores, sendo sobrepostas ao quadro político nacional, e regulamentando a gestão florestal (WIERSUM et al., 2013).

As principais características do setor florestal, e notadamente da produção madeireira na região Amazônica, se relacionam diretamente com a lógica do desmatamento. Dentre elas, destacam-se: (a) a predominância do mercado nacional, ilegal e de relações informais; (b) baixa produtividade e agregação de valor, predominando a produção de madeira serrada (sem beneficiamento); (c) e práticas insustentáveis, como a grande produção de resíduos (LIMA; SANTOS; HIGUCHI, 2005; VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014; HUMMEL et al., 2010). Medina, Pokorny e Campbell (2009) destacam também o exercício de poder de atores externos sobre as comunidades, como obstáculo ao desenvolvimento de sistemas próprios de gestão e uso florestal. Isso é especialmente verdade no caso da produção de madeira, pois a negociação do produto com madeireiros representa uma forma comum de geração de renda a partir do valor das florestas (MEDINA; POKORNY; CAMPBELL, 2009).

¹³ Van Heeswijk e Turnhout (2013) diferenciam duas tendências principais na orientação das políticas internacionais de legalização da produção madeireira: uma voltada ao neoliberalismo e modernização ecológica, enfatizando instrumentos de voluntarismo, participação e “marketização”; e outra tendência onde o Estado continua sendo um poderoso ator.

Tendo em vista tais características, os instrumentos internacionais não vinculativos, elaborados para disciplinar o uso de madeira oriunda dos países tropicais parecem ter pouca influência para mudar esse cenário. Assim, enquanto alguns autores destacam a influência desses instrumentos na normatização da atividade (HIGUCHI, 2010), outros atentam ao fato de que o seu cumprimento continua sem acontecer¹⁴ (HIGUCHI, 2010). Historicamente, o Estado brasileiro optou por ações de comando e controle (HUMMEL et al, 2010). Um fato importante, e contrastante a esse cenário é que, no contexto Amazônico, 50% do território são florestas comunitárias, isto é, habitadas e/ou utilizadas por povos e comunidades tradicionais e grupos familiares (SFB, 2016), que tem no agroextrativismo a sua principal atividade econômica. Assim, além de ser uma estratégia contra o desmatamento, o MFS praticado por esses grupos, isto é, o MFCF é impulsionado como forma de aliar produção e renda, e possui características e políticas específicas.

1.2.2. Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF)

As políticas e normas desenvolvidas pelos governos para a gestão das florestas, tradicionalmente estiveram focadas na administração do setor florestal, apresentando uma estrutura corporativista, dominada por profissionais do governo e da indústria (WESTOBY, 1989, apud WIERSUM et al., 2013). O comprometimento com o novo paradigma de um sistema de governança florestal global, no entanto, passou a considerar a existência de valores, significados e interesses dos diferentes atores envolvidos na gestão das florestas (FRÉCHETTE; LEWIS, 2011). Dessa forma, o entendimento de uma “boa” governança florestal fundamentou-se na necessidade do envolvimento das várias partes interessadas, nos processos de tomada de decisão e na gestão e uso da floresta, com especial atenção ao acesso equitativo dos diferentes atores (WIERSUM et al., 2013).

Segundo Wiersun et al. (2013), a importância conferida ao processo de globalização da gestão florestal, devido à preocupação com a perda desses ecossistemas, veio acompanhado também do reconhecimento aos processos de governança locais, e da necessidade do desenvolvimento de formas descentralizadas de gestão. Assim, globalização e “localização” caminharam juntos, conferindo uma característica multiescalar aos sistemas de governança e promovendo uma variedade de parcerias entre atores (LEMOS; AGRAWAL,

¹⁴ Higuchi (2006) apud Higuchi (2010) destaca que os PMFS aprovados de 1997 a 2004 contribuíram com apenas 17% do total de madeira produzida.

2006; VISSEREN-HAMAKERS; GLASBERGEN, 2007). Mais além de um sistema de governança florestal global, o que se desenvolveu a partir daí, foi um “complexo de sistemas florestais fragmentados”, caracterizados por formas híbridas de regulação e controle, apresentando como distintivo o foco nas necessidades e dependências das comunidades sobre os recursos florestais (WIERSUM et al., 2013). O manejo florestal comunitário e familiar (MFCF), a exploração planejada e racional dos recursos florestais realizada por comunidades tradicionais e agricultores familiares, insere-se nesse contexto, então:

- a) a partir do reconhecimento da importância da descentralização e do envolvimento das comunidades na gestão e conservação florestal;
- b) e como política florestal orientada à conciliação da geração de renda e manutenção dos meios de vida das comunidades (“*livelihoods*”) e o combate ao desmatamento, estimulando a legalização da produção comunitária de recursos florestais.

Nesse sentido, como aponta Baviskar (2001), o manejo florestal pode ser entendido como o resultado das práticas políticas de grupos com diversos interesses e habilidades que afetam as disposições dos recursos florestais. Assim, dado que as comunidades e grupos familiares constituem apenas uma parte deles, o autor acrescenta outros atores importantes envolvidos, tais como o Estado, a indústria, agências doadoras, atores de desenvolvimento rural (“*rural development practitioners*”), ambientalistas, ativistas sociais e políticos, e homens e mulheres moradores e adjacentes às florestas (“*women and men living in and around forests*”). Alguns autores agregam e conferem destaque às instituições de ensino e pesquisa e organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e (CARNEIRO, 2007; HUMMEL, 2001).

No Brasil, essas últimas são de especial importância, pois, como expõe Carneiro (2007), influenciaram na regulação estatal da atividade de exploração florestal. Em 1998, essas organizações tomaram a liderança nas discussões sobre MFCF na Amazônia, definindo o marco do manejo florestal praticado por comunidades, reunindo pela primeira vez, os seus principais atores para discutir problemas da implementação de PMFS¹⁵ (AMARAL NETO et al., 2013). Como afirmam Amaral Neto et al. (2008), essas discussões

¹⁵ Segundo Amaral Neto et al. (2013), o PFMC (Decreto nº 6.874/2009), foi fruto de demanda da sociedade civil, cujo processo de articulação e discussão se iniciaram na ocasião.

foram importantes para “alavancar um processo de articulação interinstitucional¹⁶ que influenciou a expansão das iniciativas de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira” (AMARAL NETO et al., 2008).

Porém, embora atualmente o MFCF esteja presente na maioria dos estados amazônicos, sendo foco de demandas para políticas públicas, ele ainda apresenta inúmeros desafios. Dentre eles, destacam-se as exigências legais e a burocracia governamental, que tornam muitas iniciativas inviáveis (WALDHOFF; VIDAL, 2015). Outros estudos apontam também para a indefinição fundiária; a falta de assistência técnica qualificada e de acesso a crédito compatível com a atividade; a fragilidade na organização social; e limitação de acesso a mercados (AMARAL NETO et al., 2008; HAJJAR et al., 2011; PAGDEE, KIM, DAUGHERTY, 2006). Ainda que estes desafios sejam conhecidos e bem documentados, a compreensão de suas causas para além das evidências não é tarefa comum dessas pesquisas.

Por essa razão, nos propusemos neste estudo, a considerar um espaço social amplo, através da perspectiva teórica de campos, especificamente dos campos de ação estratégica (CAEs) (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Ao olhar comparativamente, por essa perspectiva, para a obtenção de PMFS por duas associações comunitárias inseridas num mesmo contexto, mas diferentes em uma série de outros aspectos, tentamos entender os elementos que influenciaram os resultados observados. Assumimos, e tentamos desvendar, assim, as causas por detrás dos processos, que podem se revelar com o auxílio de ferramentas teóricas. No próximo capítulo apresentamos a metodologia que nos auxiliou nessa tarefa.

¹⁶ Formou-se um grupo de trabalho, o GT-MFC, composto por 22 organizações da Amazônia, que se constituiu no principal espaço de discussão e formulação de demandas para o MFC (AMARAL et al., 2013).

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Abordagens teórico-empíricas como a que realizamos aqui são defendidas por Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990) apud Mariz et al. (2005) como as que reúnem condições efetivas para a construção do conhecimento científico nos estudos sobre organizações. Sem entrar no mérito sobre tal afirmação, acreditamos no potencial desse tipo de abordagem, em oposição a um “empirismo abstrato” (MORGAN; SMIRCICH, 1980). Destacamos, contudo, que “ela exige recursos metodológicos consistentes, capazes de alicerçar a base empírica, seja previamente orientada por uma teoria, seja para construí-la” (MATRIZ et al., 2005; p. 3). Além disso, na produção de conhecimento científico de forma geral, diversos elementos são necessários para a qualidade de uma pesquisa, como a confiabilidade e a validade interna e externa dos constructos (YIN, 2001).

Neste capítulo, apresentamos assim, os pressupostos que guiaram a pesquisa, além de uma descrição detalhada dos procedimentos realizados que deram origem aos resultados apresentados do capítulo 3. Sintetizamos as características gerais da pesquisa (quadro 2), para ser recorrido quando necessário, para facilitar a compreensão metodológica.

QUADRO 2 - Características gerais da pesquisa

Estrutura conceitual-teórica	Teoria de Campos: Campos de Ação Estratégica (CAEs)		
Paradigma ontológico	Abordagem qualitativa. Realidade subjetiva e múltipla.		
Paradigma epistemológico	Posição intermediária no “ <i>continuum</i> ” de Morgan e Smirich (1980). Realidade como “um campo contextual de informação” (macrofundamentos do campo); “um campo de discurso simbólico” (microfundamentos do campo).		
Paradigma metodológico	Abordagem teórico-empírica.		
Estratégia de pesquisa	Estudo de Caso	Tipo	Exploratório
		Número	Dois (casos múltiplos)
		Unidade de análise	Holística (uma): associações comunitárias
		Recorte	Longitudinal
		Crítérios de seleção	- Participação no GT Madeira - Função similar na cadeia produtiva - Resultados contrastantes
Coleta de dados	Teste piloto	Entrevistas	Semiestruturadas. Subsídio para o ajuste de conteúdo e forma.
		Análise documental	- Pré-coleta: orientação da análise (elaboração de proposições)
		Observação participante	- Pré-coleta: orientação da análise (elaboração de proposições).
	Múltiplas fontes de evidência	Revisão de literatura	- Revisão teórica - Revisão de pesquisa empírica
		Entrevistas	Semiestruturadas
		Análise documental	- Pós-coleta: triangulação de dados
		Observação participante	Triangulação de dados.
Estratégia analítica	Baseada em	Estrutura	- Definição dos constructos de análise;

	proposições e orientada pela abordagem teórica	conceitual-teórica	- Identificação de atores e fatos importantes (baseado nas proposições); - Elaboração de uma narrativa. - Identificação de variáveis e associação aos constructos. - Elaboração de sentido aos processos analisados.
		Comparação entre os casos	Caracterização geral dos casos
			Estratégia descritiva: organização dos dados em cada caso.
		Elaboração de conclusões	Parâmetros teóricos: análise dos recursos. Confirmação, refutação e/ou elaboração de (novas) proposições.

Fonte: elaboração própria

2.1. Classificação da pesquisa

Paradigmas ontológicos, epistemológicos e metodológicos

Para a utilização da abordagem dos CAEs, Fligstein e McAdam (2012) entendem não haver a necessidade de uma forte delimitação filosófica e metodológica, como apontado anteriormente, que ela se configura em “*a flexible set of concepts and relationships that apply across a large number of settings*” (p. 184). Assim, os seus conceitos são facilmente utilizáveis por distintas vertentes filosóficas, tendo nessa generalização uma virtude. Ainda assim, nos propusemos a classificar a pesquisa como inclinada à um ou outro paradigma ontológico, epistemológico e metodológico, de forma a permitir possíveis e desejáveis discussões nesse sentido.

De acordo com a classificação que aqueles autores fazem, a partir dos pressupostos filosóficos da ciência e da utilização de técnicas de pesquisa social, o presente estudo insere-se em uma perspectiva “realista” da filosofia da ciência, utilizando técnicas qualitativas. Isso significa dizer que os conceitos tem como objetivo orientar a elaboração de sentido aos processos analisados, e que assumimos uma preocupação maior com o contexto, a fim de explicar fenômenos históricos concretos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Dessa perspectiva, poder-se-ia entender, conforme sugerido por Mariz et al. (2005), que a utilização exclusiva de técnicas qualitativas definiria que nossos pressupostos ontológicos, isto é, em relação à forma e à natureza da realidade que analisamos, se baseia também exclusivamente em uma realidade subjetiva e múltipla. Isto é em parte verdade, devido ao foco de nossa análise; porém, não ignoramos a existência de uma realidade objetiva. Ainda que tenhamos trabalhado apenas com dados qualitativos, entendemos que os resultados do presente estudo poderiam beneficiar-se também, por exemplo, de dados quantitativos, como defendido por Byrman (1995) apud Mariz et al. (2005). Compartilhamos,

assim, da visão de Fligstein e McAdam (2012) e Guba e Lincoln (1994) de que ambos os métodos podem servir à distintos paradigmas de pesquisa.

Quando às questões epistemológicas, por sua vez, que dizem respeito à natureza da relação entre sujeito e objeto pesquisado (MARIZ et al., 2005), nossos pressupostos nos colocariam numa posição intermediária no “*continuum*” proposto por Morgan e Smircich (1980) (figura 2). Ao utilizar como base a teoria de campos, assumimos que existem causas estruturais por detrás dos processos analisados que podem ser apreendidas através de ferramentas teóricas (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Nesse sentido, temos a realidade como “um campo contextual de informação” (MARIZ et al., 2005; MORGAN; SMIRCICH, 1980), que tentamos apreender pelo mapeamento do contexto, tanto do MFCF, no capítulo anterior, quanto o da produção madeireira em Lábrea, no capítulo seguinte.

Ao mesmo tempo, o foco da análise na ação, adotando especificamente como lentes teóricas a abordagem dos CAEs, nos aproxima de uma visão da realidade como “um campo de discurso simbólico” (MARIZ et al., 2005; MORGAN; SMIRCICH, 1980). Durante a realização da pesquisa, tentamos estabelecer um constante processo reflexivo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) e utilizar as técnicas de forma recursiva. Com esse intuito, mantivemos, por exemplo, anotações de campo, com impressões, descrições e observações a serem levadas em consideração, utilizado na triangulação dos dados (MIGUEL, 2010; YIN, 2001).

FIGURA 2- Rede de suposições básicas que caracterizam o debate subjetivo-objetivo dentro da ciência social

	Abordagem subjetivista ←			→ Abordagem objetivista		
Pressupostos ontológicos	Realidade como projeção da mente humana	Realidade como construção social	Realidade como domínio do discurso simbólico	Realidade como um campo contextual de informação	Realidade como um processo concreto	Realidade como uma estrutura concreta
Pressupostos sobre a natureza humana	Homem como espírito puro, consciência, essência	Homem como construtor social; criador simbólico	Homem como ator, usuário simbólico	Homem como processador de informações	Homem como uma adequação (“ <i>adptator</i> ”)	Homem como reativo (“ <i>responder</i> ”)
Posição epistemológica	Obtenção de “insights” fenomenológicos, revelações	Entender como a realidade social é criada	Entender padrões do discurso simbólico	Mapear contextos	Estudar sistemas, processos e mudança	Construir uma ciência positivista
Metáforas beneficiadas	transcendental	Jogo de linguagens, realizações, texto	Teatro, cultura	Cibernética (“ <i>cybernetic</i> ”)	Organismo	Máquina
Métodos de pesquisa	Exploração da subjetividade pura	Hermenêutica	Análise simbólica	Análise de contexto “ <i>Gestalt</i> ”	Análise histórica	Experiências em laboratório, <i>surveys</i>

Fonte: traduzido de Morgan e Smirich (1980).

Se por um lado, nos encontramos numa posição intermediária quanto aos paradigmas ontológicos e epistemológicos, com limites um tanto difusos, por outro, metodologicamente adotamos uma estratégia de pesquisa bem delimitada: o estudo de caso (YIN, 2000). O estudo de caso é definido por Yin (2001; p. 32) como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, indicado “especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Enquanto estratégia de pesquisa, Merrim (1998) apud Mariz et al. (2005) apontam a sua utilização no direcionamento dos resultados, recomendando-o “para se obter um entendimento aprofundado da situação e do significado para aqueles envolvidos”.

A versatilidade da estratégia representa ao mesmo tempo a sua fortaleza e a sua fraqueza: contribui para a grande disseminação de seu uso em estudos organizacionais, como relatado por diversos autores (MIGUEL, 2010; YIN, 2001); mas pode levar ao desvio de seus princípios originais, correndo o risco de torná-la meramente um rótulo metodológico, como apontado por outros (MARIZ *et al.*, 2005; KETOKIVI; CHOI, 2014). Por essa razão, delineamos e conduzimos os estudos de caso a partir das etapas propostas por Miguel (2010), de forma a garantir o rigor metodológico necessário. O quadro 3 constitui-se em uma tentativa¹⁷ de capturar estaticamente, para fins de entendimento, as etapas do processo, quais sejam: (1) definição de uma estrutura conceitual-teórica; (2) planejamento dos casos; (3) condução de um teste piloto; (4) coleta dos dados; (5) análise dos dados; (6) relatório.

QUADRO 3 – Etapas do delineamento e condução dos estudos de caso.

ETAPAS	ATIVIDADES
Definição da estrutura conceitual-teórica	- Mapear a literatura - Delinear as proposições
Planejamento dos casos	- Selecionar a(s) unidade(s) de análise e contatos - Escolher meios para coleta e análise dos dados - Desenvolver um protocolo de pesquisa
Condução de um teste piloto	- Testar procedimentos de aplicação - Verificar qualidade dos dados - Fazer os ajustes necessários
Coleta dos dados	- Registrar os dados - Limitar os efeitos do pesquisador
Análise dos dados	- Reduzir os dados - Produzir uma narrativa
Elaboração de relatório	- Desenhar implicações teóricas - Prover estrutura para replicação

Fonte: adaptado de Miguel (2010)

¹⁷ Ressaltamos aqui o entendimento de que o processo de pesquisa não é linear, sendo marcado por idas e vindas, principalmente quando trata-se de um processo reflexivo como o que tentamos estabelecer.

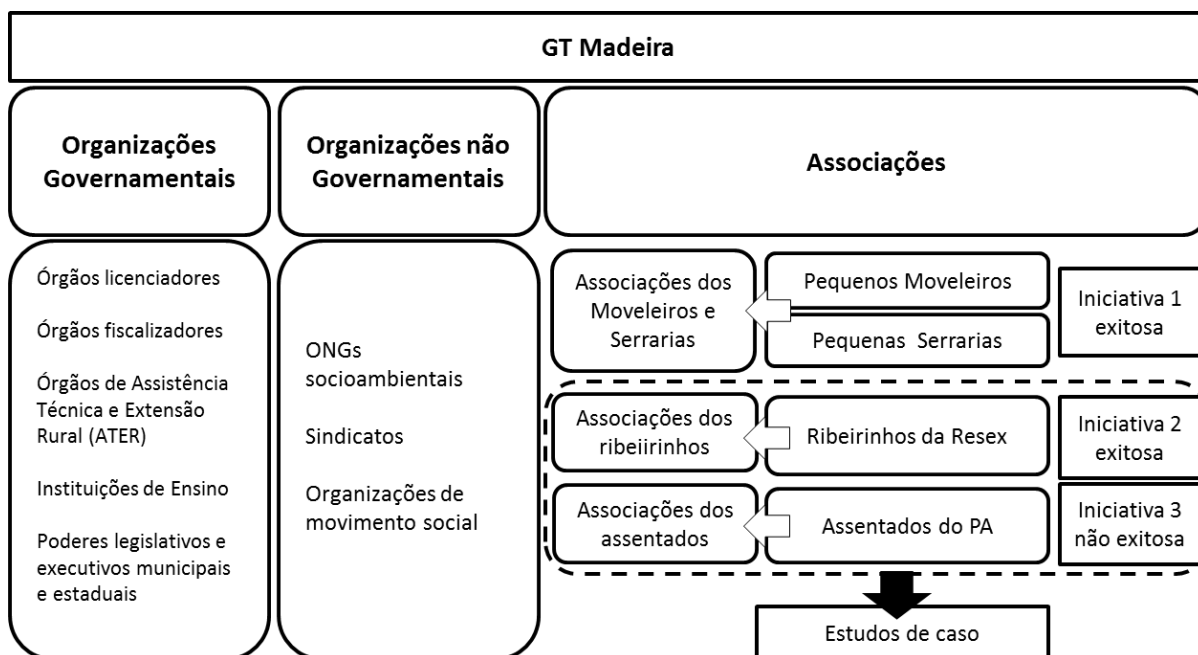
Tendo como fim último o da compreensão do fenômeno (abordagem explicativa), os estudos de caso foram desenvolvidos aqui com caráter exploratório isto é, de forma a gerar ideias e questões para a “interpretação de particularidades, comportamentos dos indivíduos e descrição e compreensão de fatos e fenômenos” (VOSS, 2009). Dessa forma, elaboramos uma pergunta de pesquisa abrangente, tornando as variáveis desconhecidas: que elementos teriam influenciado os resultados do processo de obtenção de PMFS pelas associações? No presente estudo, especificamente, focamos principalmente em cobrir lacunas das pesquisas teóricas, mas acreditamos também que, ao operacionalizar a teoria, subsidiamos a discussão sobre lacunas empíricas.

Planejamento dos estudos de caso

Desenvolvemos dois estudos de caso (estudo de casos múltiplos), um para cada processo analisado, com recorte longitudinal e holístico, isto é, a partir de uma única unidade de análise (MIGUEL, 2010; YIN, 2001): as associações participantes do GT Madeira. Desenvolvemos um protocolo contendo os procedimentos e as regras gerais da pesquisa (anexo A), cujas orientações se ajustaram ao longo da mesma, como consequência natural do seu desenvolvimento (MIGUEL, 2010; VOSS, 2009).

Os critérios de seleção dos casos foram dois: (i) associações que se encontravam numa mesma posição funcional na cadeia produtiva da madeira (produtores de matéria-prima); (ii) e que apresentaram resultados contrastantes – uma com um PMFS aprovado e a outra não (figura 3). O primeiro foi designado “caso ribeirinho”, da associação representativa de uma Reserva Extrativista (RESEX), e o segundo, “caso dos assentados”, da associação representativa de um Projeto de Assentamento (PA).

FIGURA 3 – GT Madeira, participantes e estudos de caso selecionados.



Fonte: elaboração própria

Primeiramente realizamos uma análise do contexto, resgatando a história da produção madeireira no município de Lábrea até o momento em que ocorreu a ação, destacando, da mesma forma que no capítulo anterior, os fatos e atores que a influenciaram. Em seguida, descrevemos os processos de obtenção dos PMFS pelas duas associações, e os comparamos a partir do domínio e mobilização de recursos para superar os desafios encontrados (ver item 2.3).

2.2. Coleta de dados

Revisão de literatura

Ao iniciar a pesquisa, na tentativa de procurar pelo conhecimento já produzido acerca do nosso tema de estudo, uma questão elementar surgiu: qual era exatamente o tema de estudo? A obtenção de um PMFS, ao mesmo tempo em que é um dos desafios relatados na literatura sobre MFCE, também faz parte da exigência legal para a produção de madeira. O manejo florestal, por sua vez, é um conceito mais amplo, no qual a obtenção de um PMFS consiste em apenas uma pequena parte, e abrange outros produtos que não apenas o

madeireiro¹⁸. Dessa forma, analisar os processos de obtenção dos PMFS por associações comunitárias, não correspondia automaticamente a analisar o “MFCF para a produção madeireira”, e esse foco poderia restringir as percepções sobre a realidade.

Posteriormente, tal reflexão se mostrou legítima, quando durante as entrevistas, o termo “manejo florestal” se confundiu por vezes com o próprio PMFS, por outras com as regras técnicas para o cumprimento da legislação. Esse foi um dos indícios que nos fez confiar na escolha teórica para a análise, pois confirmou que tratávamos sobre um objeto com múltiplos significados, passível de manipulação e disputa pelos atores. Diante daquela questão, no entanto, nessa etapa da pesquisa optamos por utilizar uma combinação sistemática de palavras-chave (em inglês e português) entre áreas multidisciplinares de conhecimento, aplicada a parte teórica e ao objeto (quadro 4).

QUADRO 4 – Palavras-chave e combinações utilizadas na revisão de literatura.

Palavras-chave	Teoria	Objeto de pesquisa
Inglês	Field Theory; strategic action field; social skill; Fligstein; Bourdieu.	Logging; “forest management”; “timber production”; “timber legalization”; forestry; “forestry/forest law”; “forestry/forest legislation”; Brazil.
Português	Teoria de campos; campo de ação estratégica; habilidade social; Fligstein; Bourdieu.	“Manejo florestal”; “produção de madeira”; “produção madeireira”; “exploração florestal”; “exploração madeireira”; “legislação florestal”; Brasil.

Fonte: elaboração própria.

Assim, relacionada à parte teórica nos detivemos ao material encontrado do referencial teórico escolhido, a teoria de campos. Quanto ao objeto de pesquisa, aprofundamos nas contribuições trazidas pelos estudos de políticas florestais, com foco na legalização do manejo florestal. As pesquisas foram realizadas em duas plataformas de bases de dados, o “Portal de Periódicos da CAPES” e o Scopus. Ainda que contida na primeira, a segunda plataforma foi utilizada para confirmação dos resultados. Foram encontrados 719 trabalhos, filtrados pela relevância ao estudo, através dos títulos e resumos, estes quando aqueles se apresentaram insuficientes para seleção. Apenas aqueles que traziam contribuições relevantes em seus resumos foram efetivamente analisados.

¹⁸ “Manejo florestal” é um termo comumente utilizado de forma genérica, para uma série de procedimentos técnicos com características notadamente distintas, além de poder ser de uso múltiplo, para produção madeireira ou de produtos não madeireiros.

Entendemos, porém, que a solução que demos poderia ser configurada como um subterfúgio, à semelhança da anedota de Abrahm Kaplan, em que procurávamos “obstinadamente a chave perdida embaixo do lampião, com o pretexto de que naquele local estava mais claro” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON 1999). De fato, encontramos uma grande diversidade de estudos que não contribuíram diretamente com os objetivos da pesquisa. Entretanto, eles foram utilizados na elaboração de uma breve revisão histórica (LUNA, 1999), apresentada no capítulo 3, com o objetivo de recuperar a evolução do manejo florestal, complementada, em parte, com alguns dados primários, de entrevistas e observação participante.

Elaboramos as outras duas revisões “principais” (enquanto orientadoras da pesquisa), a partir de alguns trabalhos pontuais. Utilizamos três trabalhos da área de política florestal, Arts (2012), De Jong, Arts e Krott (2012) e Weber (2012) como referência para a elaboração de uma revisão empírica, com o objetivo de explicar como o problema vem sendo tratado do ponto de vista metodológico (LUNA, 1999). Para a elaboração da revisão teórica, utilizamos os trabalhos de Bourdieu e Wacquant (1992), Dimaggio e Powell (1983), Fligstein (2007); Fligstein e McAdam (2011; 2012), e Martin (2003).

Além disso, os resultados e reflexões que suscitaram nessa etapa, serviram para situar os pesquisadores em relação à própria pesquisa, e de forma a construir empiricamente o objeto (BOURDIEU; WAQCUNANT, 1992). Dessa forma, pudemos confrontar os resultados das revisões, e as proposições que elaboramos, com o que encontramos em campo; além das metodologias utilizadas comumente na área com as lentes dos Campos de Ação Estratégica (CAEs) (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Observação participante e análise documental

Utilizamos a técnica da observação participante para observar o domínio dos significados subjetivos das interações entre os atores (MORGAN; SMIRCICH, 1980). Ela ocorreu primeiramente entre 2010 e 2014, em nossa condição como colaboradores de uma das ONGs ativamente atuante no processo. Além de suscitar as inquietações iniciais para o início da pesquisa, parte das percepções desenvolvidas naquele momento orientaram as proposições e um primeiro direcionamento da análise. Num segundo momento, entre 2015 e 2016, utilizamos a técnica ao longo da participação de eventos e condução das entrevistas. Essas atividades ocorreram num período total de trinta dias, dentre os quais dez em junho de 2015, e o restante em julho de 2016, sendo mantido um registro diário das observações e percepções.

A análise documental, da mesma forma, subsidiou a coleta de dados em campo em um primeiro momento. Posteriormente, utilizamos na triangulação dos dados, para corroborar informações e amparar a análise. Experimentamos as principais dificuldades dessa técnica, conforme relata Yin (2001), de negação deliberada e difícil recuperação das fontes. Entretanto, consideramos esse fato como parte dos resultados, aproveitando-os na análise. Os documentos analisados incluíram registros das atividades desenvolvidas no âmbito do GT Madeira, entre 2010 e 2014¹⁹ (atas de reuniões e relatórios das organizações envolvidas) e a legislação pertinente para o manejo florestal em casa caso analisado.

Entrevistas

As entrevistas foram a principal fonte de dados da pesquisa, e realizadas de forma semiestruturada, para favorecer a espontaneidade das respostas. Com exceção de uma, realizada por Skype, conduzimos todas pessoalmente, nos municípios de Lábrea (AM), Humaitá (AM), Manaus (AM), Belém (PA), Porto Velho (RO) e Brasília (DF), entre julho e agosto de 2016, totalizando 26 entrevistas (quadro 5). Apenas uma entrevista foi conduzida posteriormente, em 2017, quando pudemos ter acesso à entrevistada. Fizemos uma primeira seleção dos entrevistados, de forma a contemplar o máximo de representantes de organizações que participaram dos processos, mas ajustadas a partir de indicações dos primeiros. O número de entrevistas foi definido pelo ponto de saturação (BERTAUX, 1980), quando não eram adicionadas informações novas e relevantes aos objetivos da pesquisa.

Elaboramos um roteiro (anexo B), de forma que os entrevistados relatassem o processo de obtenção dos PMFS a partir de três eixos: (i) “o campo”, englobando a história e o envolvimento do entrevistado com a produção de madeira, a partir do qual registramos os sentidos dados e acontecimentos importantes; (ii) “a organização”, onde investigamos sua origem, desenvolvimento, atuação e relação com outros atores; (iii) “a legalização”, tratando sobre acontecimentos, atores e relações importantes no processo de obtenção dos PMFS.

¹⁹ Esses anos correspondem aos de criação do GT Madeira e da aprovação dos PMFS, respectivamente.

QUADRO 5 – Lista de entrevistados

	Entrevistado(a)	Instituição	Local e Data
1	Adelson Arruda de Lima	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea (STTRL)	Lábrea (AM) 18 de julho de 2016
2	Ana Luiza Violato Espada	Instituto Floresta Tropical (IFT)	Entrevista por Skype 26 de julho de 2016
3	Antonio Monteiro Duarte	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)	Lábrea (AM) 13 de julho de 2016
4	Antonio Vasconcelos de Souza	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)	Lábrea (AM) 16 de junho de 2015
5	Carlos Eduardo Nascimento dos Santos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Brasília (DF) 11 de agosto de 2016
6	Domingos de Assis Lopes	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Lábrea (AM) 22 de julho de 2016
7	Edmilson Ferreira Maciel	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)	Lábrea (AM) 13 de julho de 2016
8	Francisco Cosme Rodrigues	Associação Terra Jubilar	Lábrea (AM) 19 de julho de 2016
9	Francisco Laurindo da Costa	Associação dos Pequenos Moveleiros de Lábrea (APEMOL)	Lábrea (AM) 25 de julho de 2016
10	Francisco Monteiro Duarte	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)	Lábrea (AM) 14 de julho de 2016
11	Heraldo Rocha da Silva	Associação Terra Jubilar	Lábrea (AM) 25 de julho de 2016
12	Jeizel Lopes de Freitas	Associação das Pequenas Serrarias de Lábrea (ASMADL)	Lábrea (AM) 16 de julho de 2015
13	Jerfferson Lobato dos Santos	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Manaus (AM) 07 de julho de 2016
14	Joedson da Silva Quintino	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Lábrea (AM) 16 de julho de 2016
15	Josinaldo Aleixo	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Porto Velho (RO) 11 de julho de 2016
16	Leonardo Marques Pacheco	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Brasília (DF) 16 de agosto de 2016
17	Ludmilson Barros Maciel	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)	Lábrea (AM) 15 de junho de 2015
18	Manoel Brito Lima	Associação dos Pequenos Moveleiros de Lábrea (APEMOL)	Lábrea (AM) 17 de junho de 2015
19	Manuel Amaral Neto	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Belém (PA) 04 de julho de 2016
20	Marcelo Horta Messias Franco	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Lábrea (AM) 19 de julho de 2016
21	Nivaldo Oliveira de Albuquerque	Associação Terra Jubilar	Lábrea (AM) 21 de julho de 2016
22	Ronaldo Pereira Santos	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Manaus (AM) 06 de julho de 2016
23	Sebastião Braga da Penha	Câmara de Vereadores de Lábrea	Lábrea (AM) 21 de julho de 2016
24	Thaia Cacciamalli	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Brasília (DF) 11 de julho de 2016
25	Valdeson Vilaça	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)	Humaitá (AM) 18 de julho de 2016.
26	Elenilce Maria Menezes de Lima	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Manaus (AM) 24 de março de 2017.

Fonte: elaboração própria

Um dos desafios que experimentamos na condução das entrevistas residiu na interpretação dos eventos pelos atores envolvidos. Em um primeiro momento, no entanto, as opiniões e interpretações de alguns entrevistados subsidiaram a análise das proposições da pesquisa, aproximando-os de “informantes”, como sugerido por Yin (2001). Posteriormente, através da utilização de múltiplas fontes de evidências, corroboramos os dados, minimizando o viés. Esse é um cuidado necessário em estudos de caso no geral, de forma a permitir a técnica de triangulação (MIGUEL, 2010; VOSS, 2009; YIN, 2001).

Além disso, devido a nossa inserção anterior nos processos, posicionamento e relação mais estreita com alguns atores, algumas entrevistas puderam ser gravadas, enquanto outras demandaram maior informalidade, assemelhando-se a uma conversa informal. Essas considerações também constaram como parte do processo de análise.

2.3. Análise de dados

A análise dos dados teve caráter interpretativo e utilizamos a estrutura teórico-conceitual como orientadora. Como estratégia analítica geral, nos baseamos nas proposições teóricas formuladas previamente, ajudando-nos a colocar foco sobre algumas questões (MIGUEL, 2010; YIN, 2001). Em um segundo momento os conceitos da abordagem de CAEs orientaram a formulação de significados e explicações. A construção de explicação em estudos exploratórios, como observa Yin (2001), não tem como objetivo concluí-lo, sendo normalmente considerada como parte do processo de geração de hipóteses para novos estudos. Nesse sentido, a estratégia que utilizamos serviu para a confirmação, refutação das proposições iniciais e também para a elaboração de novas proposições.

Operacionalização da abordagem teórica

Para a operacionalização da abordagem teórica dividimos os conceitos segundo Minayo (2008) em “conceitos teóricos”, “conceitos de observação indireta” e conceitos de observação direta (quadro 6). Os primeiros dizem respeito aos que compõem e estruturam o discurso da pesquisa, permanecendo no nível da abstração (MINAYO, 2008). Consideramos os conceitos teóricos, assim, como equivalentes aos constructos operacionais, ou, como definido por Freitas (1994; p. 103), “elaborações ideativas (intencionais) criadas ou adotadas com determinada finalidade científica, de modo consistente e sistemático”.

Os conceitos de observação indireta são “os que fazem a relação do contexto da pesquisa com os conceitos de observação direta” (KAPLAN, 1972; apud MINAYO, 2008;

p.20). Estes últimos, por sua vez, sendo aqueles que definem os termos trabalhados em campo e nas análises documentais.

QUADRO 6 – Conceitos teóricos, de observação indireta e direta usados na análise.

Conceitos teóricos (constructos)	Conceitos de observação indireta	Conceitos de observação direta
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Campos próximos ✓ Campos distantes ✓ Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redes (natureza, dependência, intensidade) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relações (existência ou não)
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Campo estável ✓ Campos emergentes ✓ Campos em transformação 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concepções de controle (existência ou não) ✓ Unidades internas de governança (existência ou não) ✓ Episódios de contenção (existência ou não) ✓ Crises (existência ou não) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relações (estabilidade ou instabilidade)
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Habilidade social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estratégias (coerção, competição e cooperação). ✓ Quadros (criação, manutenção e reorientação).
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incumbentes ✓ Desafiantes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Posição 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recursos (domínio e mobilização) ✓ Quadros (dominantes e concorrentes)

Fonte: elaboração própria.

É importante ressaltarmos aqui que, além de se inter-relacionarem, como pode ser observado, pensamos em tal operacionalização em termos de “níveis progressivos de abstração” (FREITAS, 1994). Isso significa que os mesmos conceitos podem ser categorizados de diferentes formas, dependendo dos objetivos da análise. Em uma pesquisa mais subjetivista no *continuum* de Morgan e Smircich (1980), um possível foco sobre a operacionalização dos “quadros” na ação poderia fazer deste um conceito teórico, em detrimento de observação direta, por exemplo. Em nosso caso, aprofundamos o olhar sobre o domínio e mobilização dos recursos para fins de comparação entre os casos, como explicamos a seguir.

Comparação entre os casos

Como parte do objetivo da pesquisa, nos detivemos mais detalhadamente na forma de comparação entre os casos. Quanto à estrutura das informações, enquanto que na análise do contexto comum aos casos, elaboramos uma narrativa (MIGUEL, 2010), optando pela disposição das informações em ordem cronológica; para o desenvolvimento dos casos, nos valemos de uma estrutura descritiva dos processos, organizada por tópicos, para facilitar a comparação. Além disso, caracterizamos os casos a partir de dois atributos: o domínio dos recursos importantes do campo e a mobilização dos recursos não dominados.

Consideramos “recursos importantes”, aqueles necessários para superar os quatro principais desafios na obtenção de um PMFS, denominada por Hajjar et al. (2011) como a “etapa de desenvolvimento do MFCF”: (i) regularização fundiária; (ii) aquisição de conhecimento; (iii) “capital adequado”; e (iv) capacidade organizacional. Complementarmente, identificamos tais recursos e os associamos a cada desafio (quadro 7), com base em estudos sobre o MFCF (AMARAL NETO et al., 2008; HAJJAR et al., 2011; PAGDEE, KIM, DAUGHERTY, 2006).

QUADRO 7 - Principais desafios da etapa do desenvolvimento do MFC e recursos necessários para superá-los.

DESAFIO	Regularização fundiária	Aquisição de conhecimento	Capital adequado	Capacidade organizacional
RECURSOS	- Recursos fundiários - Recursos florestais - Recursos legais	- Conhecimento e habilitação profissional - Entendimento sobre a burocracia	- Recursos econômicos para a elaboração de um PMFS	- Lideranças - Redes

Fonte: elaboração própria

O desafio da “regularização fundiária” se relaciona ao reconhecimento formal da terra e seu direito de uso em nome dos atores. Como recursos necessários para superar este desafio, atribuímos os recursos legais (legislação e instrumentos específicos para sua implementação); os recursos fundiários (como a posse da terra e modalidade fundiária); e os recursos florestais, tendo em vista que nestes últimos reside o fim último do manejo. Para superar o desafio de “aquisição de conhecimento”, por sua vez, dois recursos são necessários (HAJJAR et al., 2011): conhecimento técnico e habilitação profissional, de acordo com a legislação; e o entendimento da burocracia necessária para a aprovação de um PMFS.

Quanto ao capital “adequado”²⁰, os recursos são econômicos, sendo aqueles necessários para investimento em infraestrutura, equipamentos e atividades para a elaboração de um PMFS, incluindo a contratação de um profissional habilitado para tal, caso necessário. Por fim, a “capacidade organizacional” é definida por Hajjar et al. (2011) como a capacidade das comunidades se organizarem para o MFCF. Embora os autores não detalhem os recursos envolvidos nesse desafio, identificam a presença de lideranças como recurso para superá-lo. Somado a isso, identificamos as redes, também como outro recurso importante. Essa análise

²⁰ O autor utiliza o termo “capital” no sentido econômico; e o termo “adequado” pode ser entendido como forma de atribuir um caráter genérico ao primeiro, pois os recursos relativos à elaboração de um PMFS variam radicalmente de acordo com cada situação.

de recursos serviu para estabelecer parâmetros iniciais de comparação entre os casos analisados, aprofundada posteriormente com a operacionalização da abordagem de CAEs.

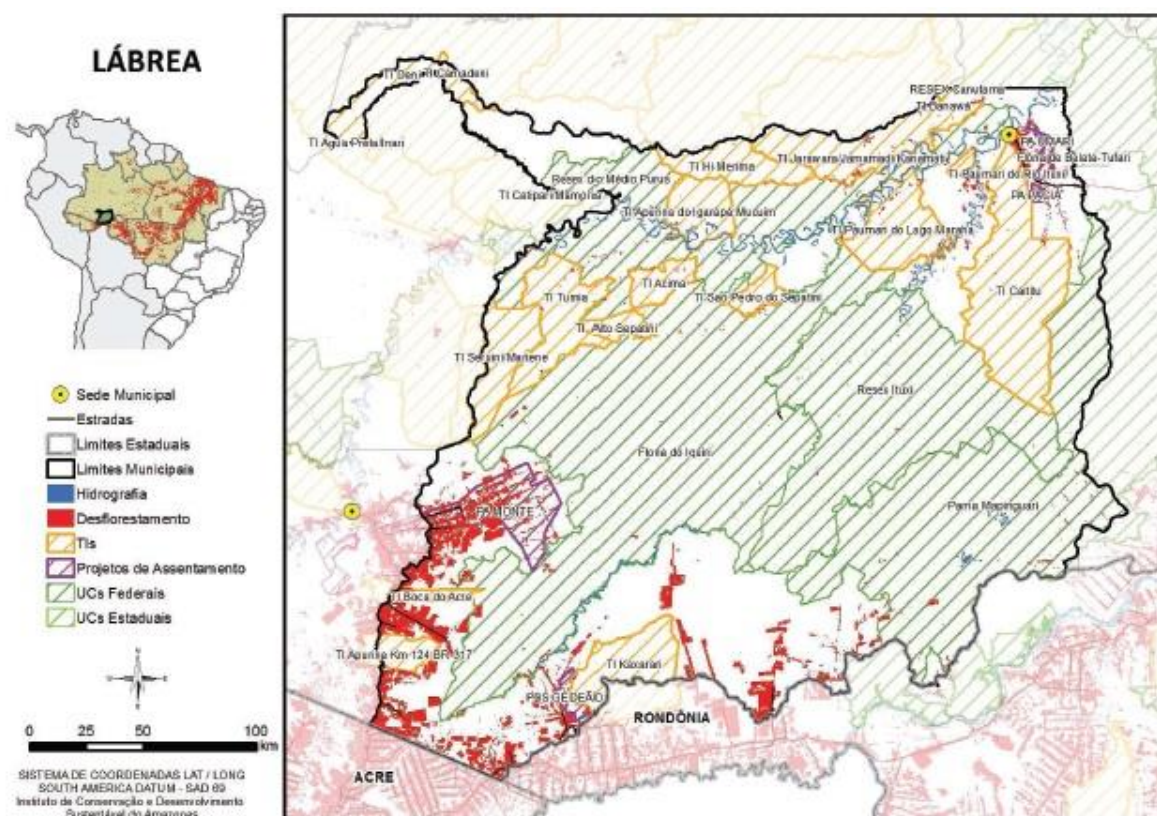
Dentre nossas limitações metodológicas, as principais foram a fragilidade do assunto, que acreditamos ter dificultado - e por vezes impedido – o acesso a informações importantes, quando não alteradas conscientemente pelos entrevistados; e a dificuldade de acesso a informação no caso dos assentados, devido à nossa pouca inserção anterior nesse processo. Tendo previamente essas limitações como probabilidade, a principal forma de contorná-las foi através da triangulação de dados. Foi a partir da metodologia aqui apresentada que chegamos aos resultados que apresentamos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 – ESTUDOS DE CASO

3.1. Contextualização

Na região sul do Estado do Amazonas, localiza-se Lábrea (figura 4), município incluído na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como um dos dez que mais desmatam na Amazônia Legal. Em 2007, ele já se destacava como 13º na lista, sendo o único representante do estado do Amazonas (BRASIL, 2007b; INPE, 2015). A atividade madeireira em Lábrea é um dos principais vetores de desmatamento, contudo, pode ser concebida de duas maneiras contrastantes. A primeira, inserida nos números do desmatamento, refere-se àquela desenvolvida no sul do município, associado à exploração ilegal e predatória, por grandes empreendimentos e assentamentos da reforma agrária à beira das estradas.

FIGURA 4 - Município de Lábrea, áreas protegidas e desmatamento.



Fonte: Carrero et al. (2013).

Os números do desmatamento relacionado à atividade madeireira aí, se somam aos relacionados a conversão do uso do solo em assentamentos da reforma agrária. Em evidente contraste, na sede do município - localizada às margens do rio Purus e da BR-230 (a “Transamazônica”), sem vias de acesso ao sul -, a atividade pode ser associada a um contexto de economia local e geração de renda. Nesse caso, a madeira provém principalmente da

Transamazônica, em áreas de assentamento ou não, e de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação), às margens do rio Purus, e é beneficiada por pequenos empreendimentos, que oferecem uma maior diversidade de produtos, vinculando-se à economia local.

Para ilustrar esse contraste com números, em levantamento realizado em 2014, Vianna, Andrade e Gimenez (2014) estimaram a produção de no mínimo, 78.000 m³²¹ de madeira no sul de Lábrea, de maneira ilegal, e 58.871,63 m³, de forma legalizada, abastecendo apenas duas serrarias, que empregam juntas aproximadamente 100 funcionários. Na sede, a atividade conta com o envolvimento de aproximadamente 7% da população economicamente ativa do município na atividade. Aí, 43 empreendimentos beneficiadores²² de madeira trabalham com uma produção estimada em 8.689,29 m³, muito inferior ao do sul de município (VIANNA; ANDRADE; GIMENEZ, 2014). Associada a este contexto, está a segunda concepção da atividade madeireira, como uma possibilidade da implementação do MFCE, em uma região onde a maior parte da área encontra-se conservada e em áreas protegidas, sob uso comunitário. O cenário da atividade madeireira em Lábrea, no entanto, nem sempre foi assim.

“Antes o Purus não tinha dono”²³

A história da produção madeireira em Lábrea começou na década de 70, com grandes empresas de fora explorando um grande volume de madeira em tora, que era principalmente beneficiada em outros municípios, para exportação. Era um sistema de exploração rudimentar, executado a base de muito desperdício, e inserido em um sistema social diferente do atual. Algumas serrarias se instalaram no município, e utilizavam mão de obra local, formada basicamente pelos ribeirinhos às margens do rio Purus. Desde essa época, a madeira sempre foi uma atividade complementar na renda dessas pessoas, sendo suas principais atividades produtivas relacionadas ao extrativismo de produtos não madeireiros, como relata um vereador de Lábrea, que também trabalhou com madeira (PENHA, 2016):

Tinha um potencial muito grande na várzea do [rio] Purus. No [rio] Ituxi e no [rio] Pacia não, porque era terra firme. Na década de 70 começou a derrubada de madeira na várzea pelas ‘multinacionais’.

²¹ Devido à dificuldades inerentes ao estudo e acesso a esse tipo de informação, os autores estimaram a produção baseado no cruzamento de informações fornecidas por informantes chave e informações oficiais, fornecidas pelo órgão licenciador da atividade no Estado do Amazonas.

²² Pequenas serrarias, movelarias e estaleiros.

²³ Penha (2016).

Ainda que as empresas beneficiassem e vendessem a madeira, eram os “patrões” e “regatões” que dominavam localmente a cadeia produtiva. Eles forneciam o material para os ribeirinhos extraírem a madeira em tora, e se encarregavam do transporte até as serrarias locais ou em outros municípios. Personagens antigos da história antiga da ocupação da Amazônia, os “patrões”, ou “coronéis de barranco”, donos da terra e dos recursos, que tinham influência e poder político, dominavam os ribeirinhos através de um sistema de dívidas conhecido como “aviamento”. Além deles, ribeirinhos dependiam também dos “regatões”, agentes comerciais que, equipados com barcos, vendiam produtos sobreprecificados às famílias. No contexto da produção madeireira, como conta um morador da RESEX “quem tinha motosserra era patrão”. Esses atores sempre constituíram um grupo social poderoso, e o sistema de produção estabelecido entre eles e ribeirinhos se baseava em relações de poder desiguais.

“As madeiras começaram a quebrar, graças a Deus”²⁴

A fala acima, dita por um dos ribeirinhos entrevistados, faz referência ao período da década de 90. O contexto ambiental internacional da época incentivou um aumento da fiscalização pelo órgão responsável, o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), fazendo com que as empresas caminhassem para o encerramento das atividades na região²⁵. Com o fim da produção de madeira em tora, a madeira passou a ser beneficiada e transformada em prancha, sendo rentável apenas para comercialização local. Ao mesmo tempo, a decadência da seringa e da sorva, ocasionou um fluxo migratório do interior para a cidade, gerando uma demanda de madeira local.

Esse contexto abriu a oportunidade para a proliferação de pequenas serrarias e movelarias, iniciando um processo de transição para o sistema de produção de madeira encontrado atualmente na sede do município. Recorrendo à madeira para complementar a renda, muitas famílias passaram, então, a vender diretamente à esses novos atores no

²⁴ DUARTE, Francisco (2016).

²⁵ A queda no número de indústrias madeiras na Amazônia, após uma década e meia em elevação, se deu, segundo Hummel (2001) em função de mudanças estruturais motivadas pelo plano real e pela preocupação com o tema da exploração das florestas tropicais, onde a Amazônia se destaca.

município. Concomitantemente a isso, o fluxo migratório para a cidade, gerava também outra demanda: a de terra na área, urbana do município²⁶.

“Mexer com terra era mexer com conflito”²⁷

A realidade por trás da frase acima, proferida por um dos entrevistados, motivou a criação, em 1984, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Lábrea. Anos mais tarde, já na década de 90, a demanda por terra motivou a criação de dois Projetos de Assentamento (PA) à beira da Transamazônica, o PA Umari, em 1996, e o PA Pacιά, em 1999. Com apoio de organizações como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea (STTRL)²⁸ e da Igreja, através da CPT aproximadamente 150 lotes foram distribuídos majoritariamente entre famílias da cidade, mas também à ribeirinhos.

Esses assentamentos foram dos últimos na modalidade “convencional”²⁹ a serem criados na Amazônia. Isso porque, no final da década de 80, esse modelo de assentamento começou a ser criticados pela sua relação com o desmatamento³⁰, pouca fixação dos assentados e baixo retorno do investimento público, como relatou um dos entrevistados, funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Manaus (SANTOS, Ronaldo, 2016). O INCRA, órgão responsável pela criação e implementação dos assentamentos, foi, dessa forma proibido de desapropriar e adquirir terras em áreas com cobertura florestal primária na Amazônia³¹.

À época, embora a questão ambiental já estivesse presente, ainda não havia a opção da criação de Reservas Extrativistas (RESEX), pois o Sistema Nacional de Unidades de

²⁶ A população de Lábrea que caiu a partir de 1992, quando tinha 33.052 habitantes, voltou a aumentar em 1996, contando com 27.416 nesse ano, tendo aumento exponencial de 2000 a 2007, quando se encontrou com 26.909 habitantes. Atualmente estima-se que Lábrea conte com 44.071 habitantes (IBGE, 2016b).

²⁷ LOPES (2016).

²⁸ Lopes (2016) ressaltou que a própria criação do STTRL, em 1979, foi uma estratégia de resistência dos ribeirinhos e agricultores do município, para evitar a tomada de terra por pessoas “vindo de fora” do município. Outra estratégia de resistência era o fechamento da estrada.

²⁹ As demais modalidades de assentamento são: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF). O Projeto de Assentamento (PA) é comumente chamado de “tradicional”, mas para distinguir das demais modalidades e evitar o risco de associação com “comunidades tradicionais”, conforme alertado por um dos entrevistados, adotamos aqui o termo “convencional”.

³⁰ De acordo com Schneider e Peres (2015), os assentamentos na Amazônia representam 5,3% da área total da região, mas contribuem com 13,5% da conversão da terra em atividades agropastoris.

³¹ Portaria MEPP nº 88, de 6 de outubro de 1999 (BRASIL, 1999b). Exceção era feita a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), modalidade de assentamento destinado à populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas (BRASIL, 1996).

Conservação (SNUC) estava em discussão. Aprovado no ano seguinte, em 2000, o SNUC regulamentou a criação das unidades de conservação (UCs), que passaram a ser uma alternativa para a reforma agrária na Amazônia. Eram também uma das estratégias governamentais para frear o desmatamento, concentrado no “arco do desmatamento”³², mas avançando para a região norte e oeste, onde Lábrea estava inserida.

Foi esse contexto, então, que possibilitou a criação de duas RESEX em Lábrea, não sem muito conflito, como relatou um dos entrevistados, agente da CPT: “durante a criação do assentamento não houve briga, mas na RESEX sim” (LOPES, 2016).

“[...] se eles continuassem apoiando as RESEX [o prefeito] não compraria o feijão [...]”³³

O boicote à compra do prefeito, trazida acima pela fala de um dos entrevistados, foi de que reagiu à atuação do governo federal. Como estratégia governamental, a criação de UCs fazia parte do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)³⁴, lançado em 2004, como resposta às pressões internacionais e da sociedade civil devido às altas taxas de desmatamento na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo, porém, os ribeirinhos viam na criação de Reservas Extrativistas (RESEX) uma forma de garantir o seu território.

O IBAMA, antes atuando no município na fiscalização, passou a atuar na criação das UCs, como órgão responsável à época por essa tarefa, através do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT). A criação das RESEX em Lábrea foi um marco histórico no município, pois desestabilizou as relações estabelecidas pelo sistema de aviamento, como relatou o ex-gestor da RESEX do Rio Ituxi: “[...] naquela época, o Purus nos lembrava o Juruá há 100 anos atrás” (PACHECO, 2016).

A proposta inicial era a criação da RESEX em uma área muito grande, que ameaçava aquelas relações e mexia com diversos interesses. Alguns “patrões” eram políticos locais, e os que não, mantinham relações estreitas com eles. Assim, estes atores, de um lado, se uniram na resistência contra as RESEX. De outro, os ribeirinhos também contavam com outros aliados, além do IBAMA: localmente o STTRL, o a CPT, o Grupo de Trabalho

³² Região compreendida entre o norte de Rondônia e Mato Grosso, sul do Pará e oeste do Maranhão.

³³ Santos, Jerfferson (2016).

³⁴ Decreto s/nº, de 03 de Julho de 2003 (BRASIL, 2003a); Decreto s/nº de 15 de março de 2004 (BRASIL, 2004a); e Decreto nº 7.957, março 2013 (BRASIL, 2013).

Amazônico (GTA) e de forma mais incipiente, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), atualmente Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Sua movimentação também foi apoiada financeiramente pela ONG ambientalista World Wide Found (WWF). A posição dos atores nesse momento era clara, como relatado abaixo pelo ex-gestor da RESEX do Ituxi:

[...] o processo todo foi conduzido, a partir desse instante, com uma definição muito clara, da posição dos atores. Então tinha os padrões, e o poder público local, numa resistência muito grande; a demanda, e os movimentos, se organizando cada vez mais para fazer com que a demanda caminhasse (PACHECO, 2016).

No mesmo ano de criação do SNUC, foi feito o primeiro pedido formal de criação das RESEX, que ficaria “engavetado” até 2005. Neste ano uma série de eventos importantes á conjuntura ocorreram: o assassinato da irmã Dorothy Stang, uma ativista ambiental que trabalhava em assentamentos no Pará; a delimitação de uma Área de Limitação Provisória Administrativa (ALAP)³⁵ numa região na qual Lábrea se incluía; e a chegada de um servidor ao CNPT de Manaus, que desengavetou os processos no IBAMA, enviando um pedido formal para a criação das RESEX à Brasília, em novembro daquele ano.

Nos dois anos seguintes, ocorreram duas modificações administrativas importantes no governo federal. Acompanhando a tendência de incorporação da questão ambiental, foi criado o primeiro setor de meio ambiente no INCRA, e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio)³⁶, órgão que absorveu as atribuições do IBAMA relacionados às UCs, passando a ser o seu “órgão gestor”. O ano de 2006 foi determinante para a história criação das RESEX em Lábrea, pois foi realizada a audiência pública que legitimaria o processo, como relatam abaixo dois entrevistados que, como funcionários do IBAMA, participaram ativamente do processo:

Depois de várias idas e vindas, a gente chegou ao dia da consulta pública, que foi pra mim, um dos momentos mais marcantes, porque foi aonde a gente viu o resultado de todo o trabalho que a gente fez, ser exposto pra sociedade de Lábrea. Eu nunca esqueço, na hora que a gente abriu para as pessoas se inscreverem [...] todo mundo queria falar. E aí, quando a gente pensa nisso em relação ao que a gente encontrou lá nos primeiros dias, é fantástico, como essa mudança aconteceu. E tinha uma resistência muito grande, eles enfrentaram esse povo todo assim [...] (PACHECO, 2016).

³⁵ A região, sob influência da BR-319, foi considerada uma Área sobre Limitação Administrativa Provisória (ALAP) (BRASIL, 2006b). Este instrumento legal se aplica à regiões sob rápido desmatamento associado a conflitos fundiários e sociais, e está ancorada tanto no PPCDAm e no Plano Amazônia Sustentável (PAS).

³⁶ Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007a).

A sorte é que estávamos eu e o Léo na mesma época. [...] Nessa época, Vanderleide, Zé Maria I e Pastor foram muito importantes, porque eles foram chamados sozinhos [...] pra tentar convencer eles a convencerem os outros a ter uma RDS³⁷. Mas daí nenhum gostou da ideia (SANTOS, Jerfferson, 2016).

Assim, após alguns anos e muitas investidas contra³⁸ foram decretadas em Lábrea, em maio e julho de 2008 a RESEX Médio Purus e a RESEX do Rio Ituxi, respectivamente³⁹. Apesar das estratégias governamentais garantirem uma queda nas taxas do desmatamento até 2012, no entanto, ele seguia em ritmo acelerado na região sul do Amazonas, uma das suas novas fronteiras, situação evidenciada pela inserção de Lábrea na lista do MMA, em 2007.

“O governo federal [...] chamou a responsabilidade para si [...] culminando na Operação Arco Verde”⁴⁰

Com o objetivo de propor medidas e coordenar ações que visassem à redução dos índices de desmatamento, o PPCDAm repercutiu inicialmente através de fiscalizações pela “Operação Arco de Fogo”. No entanto, a política tinha três eixos norteadores de ações: (i) ordenamento territorial e fundiário; (ii) monitoramento e controle ambiental; e (iii) fomento à atividades produtivas sustentáveis. Sendo assim, e devido às repercussões da primeira, em 2009 foi decretada a Operação Arco Verde (OAV)⁴¹.

Ela foi consolidada após o governo federal aterrissar em 43 municípios da lista do MMA, dentre eles, Lábrea, em outubro daquele ano, na busca da integração dos três níveis governamentais, em uma agenda de compromissos entre instituições contra o desmatamento (BRASIL, 2010a). Na ocasião, formou-se uma “Comissão de Monitoramento” das ações, que passou a se reunir periodicamente. No entanto, pouco depois, em março de 2010, ocorreu a “Operação Matrinxã”, uma fiscalização do ICMBio, que multou as serrarias e movelarias da cidade, por utilizarem madeira ilegal da RESEX Médio Purus, ocasionando inclusive o fechamento de algumas delas.

³⁷ A situação relatada por essa fala trata da existência da possibilidade de criação de uma RESEX federal ou uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) estadual.

³⁸ A história da criação dessas UCs foi reconstituída em detalhes pelos atores envolvidos, e sistematizada por Aleixo (2011a; 2011b).

³⁹ Decreto s/nº de 08 de maio de 2008 (BRASIL, 2008b); decreto s/nº, de 05 de junho de 2008 (BRASIL, 2008a).

⁴⁰ Quintino (2016).

⁴¹ Decreto nº 7.008, de 12 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009b).

“Um episódio que é crucial pra entender o conflito é a Operação Matrinxã”⁴²

A fiscalização gerou uma mobilização dos atores da cadeia produtiva, contra o ICMBio. Dentre eles, os donos das pequenas serrarias e movelarias, mas também alguns políticos locais que trabalhavam com a extração de madeira: “a primeira pessoa multada foi o prefeito, depois o maior empresário da cidade” (FRANCO, 2016). Articulados por um radialista local, que nas eleições daquele ano se tornou vereador, uma multidão de pessoas foi à praça pública e, em seguida à casa da servidora do ICMBio que aplicara às multas.

[...] O protesto aconteceu depois que a equipe fechou serrarias, movelarias e aplicou multas por falta de comprovação da origem da madeira. [...] Ao menos 2.000 pessoas foram para as ruas protestar contra a operação (BRASIL, Katia, 2010).

Ainda que os interesses por trás do episódio pudessem ser diversos, esses atores legitimaram o mobilizador da manifestação como porta-voz na audiência pública realizada na câmara municipal no mesmo dia, condenando a fiscalização com argumentos usados anteriormente na época da criação da RESEX. Assim, para justificar a situação, ele fez alusão não apenas à atuação do órgão fiscalizador, a qual julgava “preconceituosa”, mas também às RESEX, alegando que estas contribuía com a pobreza no município, por impedir atividades produtivas, como observado abaixo, em seu discurso, proferido em audiência pública, na Câmara de Vereadores de Lábrea (PENHA, 2010):

[...] Somos brasileiros. A constituição, doutora, é para todos. [...] Eles podem até saber mais do que nós. Eles podem morar em Brasília, em São Paulo. Eles podem ser mais importantes do que nós. Mas sangue de brasileiro eles não tem mais do que nós. [aplausos e ovações] [...] Ninguém na história desse município preservou mais do que nós. [...] E agora nossos filhos vão morrer de fome? Simplesmente porque os governos federais ‘achou’ que no devido direito, de fazer do nosso município tudo unidade de conservação. Porque a nossa casa tá dentro de uma Reserva, aqui na cidade, aqui na cidade. [...] eu represento essa classe, aqui de modo geral. Eu tô falando por eles, eu sou a voz deles [algum dos presentes confirmou em voz alta, “é verdade, é verdade”], e nós não vamos arredar o pé um milímetro, doa a quem doer [ovações e aplausos].

Da mesma forma, a posição dos atores no conflito, também se assemelhou àquela da consulta pública para a criação das RESEX. O grupo de políticos que foi à Lábrea

⁴² Franco (2016).

para participar da audiência, apoiaram os argumentos levantados em nome dos interesses locais. Dentre eles um deputado estadual e a secretária de meio ambiente do Estado. A gravidade do episódio resultou em ações e condenações na justiça, como observado no trecho abaixo retirado de uma nota de assessoria de imprensa do MPF, à época (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, 2012):

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) processou a secretária estadual de Meio Ambiente (SDS), Nádia Ferreira, o prefeito do município de Lábrea, Gean Campos de Barros, o ex-diretor-presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Graco Diniz Fregapani, o deputado estadual Adjuto Afonso, além de três vereadores de Lábrea, servidores públicos e líderes comunitários, em duas ações de improbidade administrativa. O grupo é acusado de intimidar e constranger servidores públicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a deixarem o município e não autuarem infratores de crimes ambientais na cidade durante a realização da Operação Matrinxã, entre os dias 9 e 10 de março de 2010.

Sem se mostrar com o vigor dos argumentos contra as RESEX, contudo, uma das reivindicações latentes na ocasião foi a legalização da produção madeireira, e os pequenos moveleiros e serradores que participaram, exigiam também a obtenção de PMFS, pelos moveleiros, ação afirmada como compromisso na agenda da OAV. Aos olhos dos atores locais, essa, caminhava lentamente.

“[...] as instituições de Lábrea absorveram essa agenda, que a principio era do governo federal, e se organizaram para demandar essas políticas [...], mas...

...o governo [...] veio com aquele aparato todo, pirotécnico e depois saiu [...]” (FRANCO, 2016).

“A sociedade civil não foi abordada pela OAV. Eles pensavam que a prefeitura ia liderar a agenda, mas ela não andou [...]” (ALEIXO, 2016).

Tendo em vista a urgência das questões e a morosidade do governo, a “Comissão de Monitoramento” das ações da OAV sugeriu então a criação de um “Comitê Gestor Local” da política no município, que logo se desdobrou em reuniões temáticas. Foram formados então, quatro Grupos de Trabalhos (GTs): regularização fundiária; extrativismo e agricultura familiar; pesca; e madeira, este último tendo como objetivo abastecer o município com madeira legal. Este último, como relatou Aleixo (2016) “[...] era um GT de extrema urgência, porque o ‘x’ do conflito que teve em Lábrea foi a questão madeireira”.

Essa configuração foi acordada e pautada por atores que participavam do “Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável” (PDLS), do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), ONG que atuava desde 2009, em sete municípios do sul do Amazonas. Cada GT tinha uma organização responsável pela mobilização do grupo, e o IEB ficou responsável pelo GT Madeira.

“A gente chamava de GT Madeira, mas na cabeça da gente estava o manejo florestal comunitário”⁴³

Formado inicialmente por oito organizações, ao longo dos anos outras foram agregadas ao GT, e, no total, aproximadamente 25 organizações estiveram articuladas a ele, a maioria em reuniões e atividades fixas. Dentre elas, órgãos governamentais dos três níveis; associações comunitárias e ONGs atuantes no município; bem como instituições de ensino. Dado o contexto, e pela sua busca pela legalização da produção de madeira ser anterior à criação da RESEX, a associação dos ribeirinhos, esteve presente desde a formação do GT. A associação dos assentados, por sua vez, incorporou-se posteriormente ao grupo. O papel desempenhado pelo IEB foi considerado por todos os entrevistados de grande importância. Um dos colaboradores da ONG relatou a “missão” da organização a do “convencimento”, alegando que a participação espontânea no grupo era por “necessidade” (FRANCO, 2016). Outro colaborador analisa da seguinte forma o seu papel (ALEIXO, 2016):

Nosso caminho foi no sentido de montar uma arquitetura institucional em Lábrea que pudesse costurar esses atores. Havia processos que se cruzavam e juntamos todo mundo para criar sinergia.

Nesse contexto, formaram-se no GT três iniciativas, organizadas em torno de territórios específicos, e lideradas pelas associações comunitárias representantes das comunidades neles inseridas. Ao longo de cinco anos, essas associações trabalharam em sua organização interna, capacitação, construção de parcerias, e mobilização de recursos para terem aprovados PMFS em seus territórios. Em 2014, foram aprovados PMFS de duas das três iniciativas, sendo uma delas o caso ribeirinho. No caso dos assentados, o processo seguiu em andamento, mas sem êxito até o momento de finalização dessa pesquisa. As informações relacionadas a ambas as iniciativas encontram-se no quadro 8.

⁴³ Aleixo (2016).

QUADRO 8 - Caracterização geral dos casos.

	Caso dos Assentados	Caso Ribeirinho
Modalidade fundiária	Projeto de Assentamento (PA)	Reserva Extrativista (RESEX)
Criação	1999	2008
Área do território	5.100 ha	776.940 ha
Moradores	129 famílias cadastradas; 80 assentadas, em lotes individuais. Capacidade total para 305 famílias.	150 famílias, distribuídas em 18 comunidades.
Organizações formais	Uma associação comunitária, representativa dos assentados, criada em 1999.	Duas associações comunitárias, dentre elas a “associação-mãe” da RESEX, criada em 1997.
Órgão gestor	Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).
Gestão compartilhada	Não está prevista a criação de espaços de gestão compartilhada, apenas a participação dos assentados na gestão territorial (art. 2º da IN nº 15/2004; BRASIL, 2004b).	Conselho Deliberativo (Lei nº 9.985/2000; BRASIL, 2000), criado pela Portaria ICMBio nº 113, de 04 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010e).
Modelo de manejo florestal	Manejo Florestal Comunitário (MFC) em Reserva Legal (RL).	Inicialmente Manejo Florestal Familiar em Pequena Escala, em áreas privadas; posteriormente Manejo Florestal Comunitário (MFC), em áreas públicas (RESEX).
Área de manejo	Aproximadamente 1.700 ha	Aproximadamente 1.400 ha
Órgão licenciador	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)	Inicialmente Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Posteriormente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Fonte: elaboração própria.

Uma vez devidamente contextualizados, elaboramos os estudos de caso a seguir, a partir dos processos de obtenção de PMFS pela associação representativa das comunidades da RESEX do Ituxi, o “caso ribeirinho”; e da associação representativa do PA Pacia, o “caso dos assentados”. Ainda que consideremos aqui o termo “processo” em seu sentido literal, pela fala dos entrevistados percebemos a sua relação com as dificuldades intrínsecas ao mesmo, o que permitiu analogias como, as que nos relatou Franco (2016): “Fazíamos a analogia que trabalhar com madeira era igual tirar carta de motorista, tem todo um processo. Seu Manoel foi quem fez essa analogia uma vez [...]”.

3.2. Processo de obtenção do PMFS: o caso ribeirinho

A associação dos ribeirinhos foi criada em 1997 com o objetivo de representar as famílias que moravam no rio Ituxi, onde atualmente encontra-se a RESEX de mesmo nome; trabalhar pela melhoria na qualidade de vida dessas famílias; e pela conservação do meio ambiente. Criada posteriormente, a RESEX do Rio Ituxi, é uma Unidade de conservação (UC) de uso sustentável, que tem como órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Sendo uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, tem como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Nela vivem atualmente ao redor de 150 famílias, em 18 comunidades, cujas principais atividades produtivas são a coleta da castanha, extração do óleo de copaíba e produção de farinha de mandioca.

3.2.1. A madeira e o PMFS

Ainda que exercesse papel econômico complementar para as famílias, a madeira esteve no cerne na criação da RESEX do Rio Ituxi, pois era o principal interesse de madeireiros e “grileiros”⁴⁴, do sul de Lábrea. A região do Ituxi era farta em espécies madeireiras, que caminhavam à escassez e a um maior controle do Estado, devido à dinâmica do desmatamento. Porém, dado que também era farta de espécies extrativistas das quais as famílias dependiam, a grilagem se tornou uma ameaça à sua sobrevivência. Somado ao avanço da organização das comunidades, e questionamento do sistema de relações de poder, às quais outras 97 comunidades do rio “vizinho”, o Purus, também estavam submetidas, essa conjuntura, criou uma conjuntura favorável para a reivindicação da RESEX.

A organização das famílias em comunidades ocorreu a partir da chegada à Lábrea, em 1995, de um pastor evangélico, que se tornaria a principal liderança do Ituxi. Antes da criação da associação os ribeirinhos encontravam-se dispersos às margens do rio. Isoladas, as famílias do Ituxi dependiam dos “patrões” e “regatões”, tanto para comprar víveres de sobrevivência quanto para a produção e comercialização de seus produtos. Ao se deparar com esta realidade, ele assumiu a “missão” de organizar as famílias para transformá-la: “a gente quando nasce já vem com a missão do ventre da mãe” (SOUZA, 2015). É da seguinte forma que ele nos descreve a sua chegada ao rio Ituxi (SOUZA, 2015):

⁴⁴ Pessoas que se apropriam ilegalmente de terras públicas.

Quando eu cheguei lá pra fazer o trabalho vi uma situação que me doeu. Me vi no seringal. Vi os patrões entrando na casa dos moradores tomando o que eles tinham comprado. Disse que não tinha como conviver com uma situação daquelas.

Ele iniciou um trabalho de alfabetização e convenceu as famílias a se unirem em comunidades. Criou a associação para reivindicarem os seus direitos, e, posteriormente, como seu presidente, assumiu a reivindicação da RESEX como bandeira para mudar o cenário com o qual se deparou em sua chegada. A ideia de obter um PMFS surgiu, então, ao longo desse período, quando os ribeirinhos entenderam que com a RESEX não poderiam mais trabalhar de forma “clandestina”⁴⁵. Além disso, eles enxergavam o potencial de aumentar a renda com a produção madeireira, como nos relatou (SOUZA, 2015):

Quando eu fundei a associação foi com o objetivo de fortalecer a área produtiva do rio Ituxi. [...] Muitos se queixavam que não gostavam de trabalhar com o extrativismo, que queriam trabalhar com madeira mesmo. [...] era boa parte das pessoas, e se não tivesse oportunidade de trabalhar a coisa legal eles entrariam com produto ilegal.

Assim, surgiram os primeiros PMFS no caso ribeirinho, antes da criação da RESEX, quando auxiliados pelo órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Estado, dez famílias elaboraram planos de manejo de pequena escala (PMFSPE), em suas áreas individuais, ainda de domínio do Estado do Amazonas. No entanto, com a criação da RESEX em 2008, devido aos princípios e restrições legais que essa modalidade fundiária trazia, contrastante com os planos de manejo elaborados, eles tiveram que ser cancelados. Esse momento é considerado pelos ribeirinhos o primeiro retrocesso do processo. Daí em diante, a associação passou a se mobilizar junto ao governo federal para conseguir aprovar um PMFS comunitário, como nos relatou um dos ribeirinhos (MACIEL, Ludmilson, 2015):

Depois que criou a reserva, criou um problemazinho maior, devido a ser área da União, deu uns altos e baixos e depois melhorou. Saiu a Reserva e não podia mais ser clandestino, mas a gente já sabia que ia ser dessa forma.

Na ocasião, os ribeirinhos contaram uma vez mais com o órgão de ATER estadual, na elaboração do novo PMFS, agora comunitário, e com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), outro órgão governamental, para o estudo de viabilidade econômica, exigido

⁴⁵ Durante as entrevistas percebemos que os termos “ilegal” e “clandestino” forma utilizados para referir-se à extração de madeira sem um PMFS, mas de maneira distinta pelos atores. O primeiro de forma a enfatizar a produção madeireira no contexto da intervenção Estatal, e o segundo, normalmente utilizada para os atores inseridos na atividade, associada à sua função econômica, mas não legitimada pelo Estado.

no processo. Não obstante, esse momento representou o segundo retrocesso da experiência, pois o primeiro documento foi descartado e o segundo apontou a iniciativa como inviável.

Somado a isso, em 2012, o domínio da terra na área escolhida continuava a ser um problema, sendo contestado por uma empresa privada: “foi um balde de água fria para os manejadores” (QUINTINO, 2016). Os ribeirinhos tiveram, então, que escolher outra área, pois, mesmo com a criação da RESEX, os títulos de propriedade naquelas áreas onde haviam sido elaborados os PMFSPE, e em outras de mais fácil acesso e com maior potencial econômico, permaneciam sem desapropriação. Somado a isso, nos anos seguintes, com a mudança na estrutura administrativa do MMA, somado à alta rotatividade dos chefes da RESEX⁴⁶, foram fatores que ajudaram na morosidade do processo.

3.2.2. O ICMBio e a legislação sobre MFC⁴⁷

[...] em 2009 a gente já pautou [...] pra trabalhar com a madeira legal, [...] e a resposta foi um “não”, duro na cara mesmo. Porque a reserva estava recém-criada, não tinha IN, era RESEX... (DUARTE, Francisco, 2016).

Com a criação do ICMBio, em 2007, as competências legais sobre na análise e aprovação de PMFS em UCs tiveram que ser revistas e negociadas com o órgão anteriormente responsável, o IBAMA. A instrução normativa que regulamentava o MFC em RESEX foi criada no ano de 2011⁴⁸. O frescor da normativa sobre MFC, a existência de poucas iniciativas em UCs⁴⁹, e a divisão de competências entre órgãos do Estado, faziam do processo de obtenção de PMFS um objeto em construção. Esse contexto, somado à base participativa da RESEX, fez do caso dos ribeirinhos uma “experiência piloto”, portanto mais flexível e que incluiu diversos atores nas discussões sobre o procedimento interno no ICMBio. No relato abaixo, de um servidores do ICMBio, podemos verificar esse fato (SANTOS, Carlos Eduardo, 2016):

⁴⁶ De 2010 a 2012, foram designados três servidores diferentes para chefe da RESEX, havendo um momento intermediário, de quase um ano, onde o cargo ficou desocupado.

⁴⁷ A IN trata especificamente de “manejo florestal comunitário” (MFC), sem incluir a categoria “familiar”, pelo entendimento que ela regula o manejo florestal em três categorias de UCs: em RESEX, Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (FLONAS), destinadas à “povos e comunidades tradicionais”, beneficiárias dessas UCs, como consta no art. 2º da IN ICMBio nº 16/2011 (BRASIL, 2011).

⁴⁸ Instrução normativa ICMBio nº 16, de 04 de agosto 2011 (BRASIL, 2011).

⁴⁹ Atualmente, segundo Santos, Carlos Eduardo (2016) encontram-se em execução 10 PMFS em UCs federais na Amazônia, contemplando duas Florestas Nacionais (FLONA do Tapajós e FLONA do Purus); e três Reservas Extrativistas (RESEX Verde para Sempre, RESEX Chico Mendes e RESEX do Rio Ituxi).

A Ana do IFT [Instituto Floresta Tropical] tinha algumas salvaguardas [...]. Então [...] o plano [de manejo florestal sustentável] foi aprovado, quando estava tudo OK, é que eles iam fazer todo o investimento, tudo, para fazer o primeiro POA. Uma forma de operar totalmente diferente de como as empresas fazem.

Porém, ao mesmo tempo em que a novidade do tema criava uma oportunidade maior para a intervenção no processo, gerava também uma demora no mesmo. A cautela com que o ICMBio tratava o tema foi quebrada, no entanto pela urgência do momento, pela Operação Matrinxã, que colocou Lábrea como prioridade na agenda do órgão. Foi somente após o conflito gerado, e na chegada de um antigo servidor do IBAMA, que havia participado da criação das RESEX, agora como chefe da mesma, pelo ICMBio, que o processo voltou a avançar. Para enfrentar os desafios que se apresentaram a partir daí, a experiência do novo servidor foi essencial. Ele nos relatou da seguinte forma, a maneira como o órgão passou a ver o MFCF na RESEX do Ituxi (PACHECO, 2016):

[...] quando eu fui convidado [...] tinha tido toda aquela confusão e tinha uma proposta. [...]. As pessoas do ICMBio de Brasília que estavam a frente viram que uma das saídas pra resolver essa tensão que ficou, era fazer o manejo florestal comunitário [...].

Em intenso diálogo com o órgão gestor e com as comunidades, e baseado em seu conhecimento e experiência na burocracia do governo, ele conseguiu chegar a um parecer técnico sem impedimentos fundiários legais para a realização do MFC na área escolhida, algo que parecia uma tarefa impossível. Além disso, após o “balde de água fria” levado pelos ribeirinhos, ele articulou outras organizações para participarem do processo, e, no âmbito do GT Madeira, algumas se comprometeram a elaborar um novo PMFS e um Plano de Negócios.

3.2.3. Inserção no GT Madeira e conflitos internos

A associação e o ICMBio não podiam financiar sozinhos a elaboração desses documentos, mas conseguiram apoio de organizações externas e das comunidades, que ofereceram contrapartida de trabalho. Assim, a parceria com três organizações não governamentais influenciou particularmente o sucesso deste caso⁵⁰: o Instituto Floresta Tropical (IFT), que trabalhou na elaboração do PMFS, um dos pioneiros na formação do

⁵⁰ Na ocasião, as três organizações recebiam recursos financeiros de fundos comuns, destinados à conservação ambiental, e com foco na Amazônia, e desenvolviam um ou mais projetos em conjunto.

manejo florestal no Brasil; o IEB, participante ativo da formulação das políticas públicas relacionadas ao MFCE; e o *Conservation Strategy Fund* (CSF), ONG que trabalha com a promoção e capacitação de ferramentas econômicas para a conservação. No entanto, ainda que articuladas junto ao GT Madeira, essas parcerias caminhavam independentemente dele, como nos contou Duarte, Francisco (2016), ex-presidente da associação, em sua entrevista:

A discussão dentro do conselho era bom para a comunidade, uma discussão mais interna, a do GT madeira não, envolvia muitas instituições. Todo mundo participava ali. Era a divulgação, o compromisso e compartilhando informações.

Assim, a inserção dos ribeirinhos e a organização das atividades no GT Madeira facilitou o desenvolvimento de ações conjuntas, evitando sobreposições, e a distribuição dos gastos do processo entre os atores. No entanto, como relatado, não era o único espaço que os ribeirinhos contavam para trabalhar a iniciativa do seu PMFS. Como parte dos instrumentos legais de uma RESEX, eles tinham também um Conselho Deliberativo⁵¹, que, segundo Quintino (2016) era de onde saía o direcionamento da ação:

[...] no conselho, eles pautavam esses GTs. [...] Saíam encaminhamentos dos conselhos [...] O Conselho é primordial nesse sentido, de pautar uma coisa que eles estão discutindo, que é uma agenda [...].

Foi nesse espaço que as associações puderam encaminhar seus conflitos internos. Embora com bons resultados alcançados, ao longo de quase 20 anos de atuação, a associação foi questionada. Outra associação surgiu e iniciou um movimento de oposição, questionando a sua legitimidade como representante das comunidades e detentora do PMFS. Como observamos no trecho abaixo, destacado da ata de uma das reuniões do conselho, esse ponto foi à votação e, com apoio da maioria dos representantes das comunidades, a APADRIT seguiu na condução do processo (ICMBio, 2011):

O terceiro ponto de deliberação se referiu a aprovação ou não da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi - APADRIT ser a detentora do plano de manejo comunitário, sendo aprovada com 22 votos dos presentes, por unanimidade.

⁵¹ “[...] espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais” (Lei nº 9.985/2000; BRASIL, 2000). No Ituxi foi criado pela Portaria ICMBio nº 113, de 04 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010e).

Esse fato é visto por muitos ribeirinhos como um dos principais desafios do seu processo, como observado na entrevista de um deles (MACIEL, Ludmilson, 2015): “acho que o mais difícil já passou: os conflitos das comunidades. Foi uma barreira que encalhou o barco [...]”. Esse desafio foi superado após um intenso processo de reuniões e discussões. Depois de respaldarem a APADRIT como detentora do PMFS, decidiram então formar um grupo que seria neutro, apenas com pessoas envolvidas na atividade madeireira e no processo, para facilitar a operacionalização das atividades. Criaram então, uma identidade para a iniciativa, que passou a se chamar “Projeto Angelim” e se autodenominaram “Grupo de Manejadores”. Apoiadas pelo IEB, os manejadores, estabeleceram regras, elaboraram um regimento interno, e decidiram continuar apoiando a associação como detentora do PMFS.

Assim, após seis anos de criação da RESEX e quatro da formação do GT, em um processo marcado por disputas externas e internas, avanços e retrocessos, e construção de parcerias, a associação ribeirinha alcançou sua primeira meta. Em janeiro de 2014, o PMFS do Projeto Angelim foi aprovado, marcando uma nova etapa na história da RESEX.

3.3. Processo de obtenção do PMFS: o caso dos assentados

A associação dos assentados, por sua vez, foi fundada em 1999 como organização representativa dos moradores de um Projeto de Assentamento (PA), com objetivos de representar seus associados, trabalhar para a melhoria da sua qualidade de vida, e receber subvenções do governo em seu nome. O PA foi criado no mesmo ano, com uma área de aproximadamente 5.320,45 ha, e gestão atribuída ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O assentamento possui atualmente 129 famílias cadastradas, mas aproximadamente 80 efetivamente assentadas, em lotes individuais.

3.3.1. A madeira e o PMFS

A criação do PA Pacιά, em 1999, da mesma forma que no caso da RESEX, também envolveu a mobilização das organizações locais, principalmente o STTRL e a Igreja católica (através da CPT). Contudo, a área escolhida pelo governo federal, às margens da BR-230 (“Transamazônica”) não era ocupada e não havia conflitos de interesse. Senda essa estrada o resultado dos projetos de colonização ordenada na ditadura militar, a área sobre a qual se criou o PA Pacιά já havia sido demarcada muito antes de sua criação. Considerando-se a falta de recursos e burocracia normalmente envolvidas na execução de tarefas desse tipo

pelo Estado, não foram pensadas alternativas à criação de um Projeto de Assentamento convencional (PA). A criação de modalidades coletivas, como os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs), já existentes à época, exigiria novos trabalhos de campo, desperdiçando que já tinha sido feito, e era direcionada às comunidades. Da mesma forma, a escolha da área se deu por excluindo-se as fazendas e terras indígenas, que ocupavam a maior parte da região.

Os principais mobilizadores da criação do assentamento foram um casal da Igreja, e a ocupação do assentamento se deu de forma individual, como previsto pela sua modalidade. Na seleção das famílias que receberiam os lotes, foram contempladas majoritariamente pessoas da cidade, mas alguns ribeirinhos também. No entanto, poucos permaneceram na área, e um dos entrevistados estimou que a composição atual do assentamento seja de 60% de novos moradores, que entraram pela venda de lotes. Rodrigues (2016), assentado e ex-presidente da associação, nos relatou essa situação:

Até 2004, a gente se perguntava o que estávamos fazendo dentro do assentamento, no meio do mato, onde a única coisa que o pessoal conseguia fazer era caçar. Aí o pessoal começou a sair de lá. Nessa época ainda tinha o INCRA, que ajudava bastante, mas que fechou em 2006. O último projeto que o INCRA fez no assentamento foi o ‘Luz para Todos’, em 2008, quando as vendas de lotes começaram.

Como à época da criação do assentamento a questão ambiental já era latente, o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) elaborado na época, contemplou o manejo florestal como atividade produtiva. Contudo, a atividade só viria ser discutida com mais frequência dentro do órgão na década seguinte, devido a uma série de fatores conjunturais.

3.3.2. O INCRA e a legislação sobre MFCF

A incorporação da questão ambiental pelo INCRA começou a ganhar força na década de 90, quando os assentamentos da reforma agrária começam a ser relacionados ao desmatamento. Em 2004, o Ministério Público Federal (MPF) elaborou uma Ação Civil Pública (ACP) responsabilizando o órgão, e o Tribunal de Contas da União (TCU) vinculou a utilização de recursos públicos ao desmatamento. Isso fez com que pela primeira vez, em 2006, se estruturasse um setor ambiental no INCRA: “havia uma sensibilidade para questões ambientais, um movimento político institucional” (SANTOS, Ronaldo, 2016).

Em 2009, com o lançamento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF)⁵², o INCRA passou a ser, junto com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), os executores dessa política, mesmo sem uma “institucionalidade” e “trajetória” no tema, como sugere um dos entrevistados (AMARAL NETO, 2016): “trouxeram para implementar a agenda, instituições como o INCRA, que não tinham expertise nem trajetória institucional relacionada ao tema”. A justificativa para isso foi o fato de que grande parte das florestas públicas de produção estava inserida nos assentamentos de reforma agrária⁵³.

Foi nesse contexto, que começou a ser formulada a normativa relacionada a operacionalização de PMFS em assentamentos, sendo lançada em 2010, a Instrução Normativa (IN) INCRA nº 061/2010 (BRASIL, 2010b). Essa IN, construída sem participação de diversos atores envolvidos no tema, teve, porém, uma vida curta: foi revogada pela Portaria nº 505/2010, e substituída pela IN 065 (BRASIL, 2010c), em dezembro do mesmo ano. Isso ocorreu, influenciado pela elaboração de um estudo do IEB, em parceria com outras instituições, que constatou uma série de problemas na execução da norma⁵⁴. Amaral Neto (2016), um dos autores do estudo, relatou da seguinte forma o ocorrido:

As concessões florestais⁵⁵ não decolaram. Com o aperto do comando e controle na Amazônia [...] houve a restrição com que se fizesse manejo – ou melhor, com que se fizessem saques – nas florestas como se fazia antes [...] as florestas comunitárias, assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e territórios quilombolas são a ‘bola da vez’ [...] Os assentamentos se tornaram alvo da pressão, da cobiça, do aliciamento dessas empresas, e lá foram desenvolvidas todas as práticas possíveis e imagináveis – parte delas relatadas naquele documento [...] e o INCRA ficou muito acuado.

Todas essas ações culminaram em 2012 no lançando do "Programa Assentamentos Verdes" (PAV)⁵⁶, que tinha como um dos seus eixos o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis em áreas com cobertura vegetal. Somado ao fato de que o PA Pacia era uma das principais fontes de madeira ilegal em Lábrea, a conjuntura era favorável para que o MFCF no assentamento saísse do planejamento do PDA e voltasse a ser

⁵² Decreto nº 6.874, de 05 de junho de 2009 (BRASIL, 2009a).

⁵³ Le Tourneau e Bursztyn (2010) destacam também que, especificamente na Amazônia, que detém menos de 15% da população rural do país, abriga quase 55% dos lotes distribuídos pelo INCRA.

⁵⁴ Amaral Neto; Carneiro; Miranda (2011).

⁵⁵ As concessões florestais previstas na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006) são uma das formas de regulamentação ao acesso ao recurso madeireiro pelo Estado (BRASIL, 2006c).

⁵⁶ Portaria INCRA nº 716, de 27 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012a).

discutido⁵⁷. Diferentemente do caso ribeirinho, no entanto, nenhum desses fatores parece ter influenciado o resultado das ações, conduzindo-as para a obtenção de um PMFS, neste caso, como apontou Santos, Ronaldo (2016), servidor do INCRA no Amazonas:

Os impactos do PPCDAm em assentamentos foram muito poucos. [...] Em relação ao TAC, ele não afetou o INCRA Amazonas porque o órgão conseguiu convencer que, nos moldes que ela estava sendo colocados, não fazia sentido. As causas do desmatamento eram distintas. Os números de Apuí, por exemplo, eram altos, mas não em comparação ao território do município.

3.3.3. Inserção no GT Madeira e conflitos internos

Os assentados se uniram às demais iniciativas do GT Madeira, na busca pela legalização da sua produção apenas em 2012. Sua inserção se deu articulada pelo IEB junto com a associação dos moveleiros, que enxergavam na operacionalização de um PMFS no assentamento uma possibilidade a mais na produção de madeira legalizada⁵⁸, tornando-se a terceira iniciativa do GT, junto à dos ribeirinhos e das pequenas serrarias e movelarias. Até 2011, portanto doze anos após a criação do PA, o assentamento encontrava-se em pleno movimento de expansão, e mesmo que o MFCE estivesse previsto desde a sua criação, a atividade não havia sido implementada. Contradizendo a situação da maioria dos PAs na região, uma grande área do assentamento encontrava-se ainda florestada, e o INCRA tinha planos de assentar mais famílias nessa área.

Assim a proposta lançada era retomar a elaboração de um PMFS comunitário em reserva legal (RL)⁵⁹ constituída em bloco, na área florestada destinada a futuros lotes. Dessa forma, da área de conversão do uso do solo, os lotes que tivessem atingido os 20% permitidos pela lei, poderiam usar o resto, como uma espécie de compensação. Ademais, isto facilitaria o licenciamento ambiental do PA, como condição negociada com o órgão responsável, dado que este trâmite ainda não tinha regulamentação. Em entrevista, o ex-presidente da associação, e principal mobilizador da ideia no assentamento, afirmou que entendia não haver mais espaço para a produção ilegal, e que houve boa recepção da ideia

⁵⁷ Ele foi discutido anteriormente nas consultas públicas, quando da criação do assentamento, segundo consta no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA) (INCRA, 2001).

⁵⁸ Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB (2011).

⁵⁹ Área localizada dentro de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar a conservação ambiental, aliando o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) (BRASIL, 2012b).

pelos demais assentados, pois significava “que eles teriam mais área para desmatar”⁶⁰ (RODRIGUES, 2016). O servidor entrevista do INCRA do Amazonas confirmou essas motivações (SANTOS, Ronaldo, 2016), conforme o trecho a seguir:

A ideia de tentar fazer a reserva em bloco [...] não é [...] pra fazer plano de manejo ou preservar. Não é o primeiro objetivo, pelo menos lá no Pacιά. Lá a gente viu que os lotes eram muito pequenos [...].

Independentemente das motivações, a ideia já estava posta, o processo iniciado e dois caminhos eram possíveis para a elaboração do PMFS: o primeiro, através de uma licitação pelo INCRA, e o segundo através de articulações no âmbito do GT Madeira. No mesmo ano em que a associação Terra Jubilar se manifestou sobre a intenção de realizar o MFCF, o INCRA já havia realizado uma licitação para a elaboração de PMFS comunitários em outros três assentamentos, dos quais dois foram aprovados pelo órgão ambiental em um período de aproximadamente um ano após a sua elaboração⁶¹. O segundo caminho seria através da parceria com organizações do GT Madeira, algumas delas inclusive já trabalhavam com o órgão em outros assentamentos.

No entanto, a participação dos assentados no GT era esparsa e o INCRA paralisou o processo devido a denúncias de haver extração ilegal com envolvimento dos assentados. Para continuar apoiando o processo, o órgão gestor exigiu garantias de que a extração ilegal acabaria. Sua preocupação, desde o início, era implementar o MFCF em assentamentos que apresentassem uma “organização social e política” capaz de levar adiante a atividade de forma legal, como consta em uma das atas de reunião sobre o tema⁶².

As denúncias que acarretaram a paralisação do processo no INCRA evidenciaram um conflito também existente entre grupos no assentamento. Neste caso, um grupo defendia a obtenção de um PMFS, mas, tinha a extração de madeira como atividade econômica essencial, seguia na atividade ilegal. O outro alegava que o PMFS privilegiaria poucas pessoas, e via com desconfiança motivações políticas, vinculadas a atores locais, na

⁶⁰ No caso do assentamento, houve um conflito de sentidos entre o termo “desmatamento” que utilizamos e o entendimento do entrevistado em duas ocasiões. O “desmatamento” a que nos referíamos era ao não autorizado, derivado da exploração madeireira, mas eles entenderam como o “desmatamento” permitido e determinado pelo Estado aos assentados para que eles ficassem com os lotes. No capítulo seguinte, esse fato é incluído na análise.

⁶¹ (INCRA, 2010). Cabe ressaltar aqui que esse pode ser considerado um tempo razoavelmente rápido para o Amazonas. Em seu trabalho de dissertação, Koury (2007) analisou uma experiência de MFCF no Estado que aproximadamente 17 meses para terem seus PMFS aprovados.

⁶² IEB (2011).

ação. Isso ocasionou primeiramente uma disputa pela diretoria da associação, posteriormente, em 2015, a formação de outra associação para seguir na busca pela obtenção do PMFS.

Dessa forma, diferentemente do caso ribeirinho, o processo dos assentados não avançou. Houve uma dificuldade no acesso a informações mais detalhadas sobre este caso. A existência de um sentimento de desconfiança entre atores, e com a pesquisadora⁶³, impediu uma reconstituição mais detalhada dos conflitos existentes.

3.4. Domínio e mobilização de recursos

No item anterior, apresentamos os dois casos de obtenção de PMFS pelas associações comunitárias. Neste, para fins de comparação, identificamos o domínio e a mobilização de recursos envolvidos na ação (quadro 9). Consideramos como recursos envolvidos, aqueles necessários para a superação dos desafios da “etapa de desenvolvimento do MFCE”, isto é, até a aprovação de um PMFS (HAJJAR et al., 2011).

QUADRO 9 - Recursos em domínio e mobilizados nos casos em análise.

DESAFIO	RECURSOS ENVOLVIDOS	
	Caso ribeirinho	Caso dos assentados
Regularização fundiária	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos fundiários: inicialmente modalidade de PMFS individual contrastante com a RESEX. Depois, modalidade coletiva da RESEX coerente com o PMFS comunitário; - Recursos florestais: existência de floresta conservada, mas de difícil acesso; - Recursos legais: existentes e parcialmente implementados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos fundiários: modalidade individual contrastante com o PMFS comunitário, mas possibilidade de trabalho na Reserva Legal; - Recursos florestais: acesso facilitado, mas floresta vulnerável; - Recursos legais: existentes e implementados.
Aquisição de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento e habilitação profissional para o MFCE: recurso não dominado, mas mobilizado pela associação; - Entendimento sobre a burocracia para obter um PMFS: dominado parcialmente; - Recursos legais: em construção, sobre bases inclusivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento e habilitação profissional para o MFCE: recurso não dominado e não mobilizado pela associação; - Entendimento sobre a burocracia para obter um PMFS: não dominado; - Recursos legais: em construção, sobre bases pouco inclusivas.
Capital adequado	Recursos financeiros insuficientes para a elaboração do PMFS, e acesso à crédito inexistente. Mobilização de recursos através de parcerias.	Recursos financeiros insuficientes para a elaboração do PMFS, e acesso à crédito inexistente. Estagnação do processo na etapa anterior ao PMFS.
Capacidade organizacional	<ul style="list-style-type: none"> - Lideranças: presentes na criação da RESEX, durante sua implementação e no processo de obtenção do PMFS. - Ocorrência de conflitos internos e utilização de espaços coletivos para sua resolução. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lideranças: ausentes na criação do assentamento, ao longo de sua implementação e no processo de obtenção de PMFS. - Ocorrência de conflitos internos. - Redes: formação de parcerias na criação do assentamento e pontualmente ao longo do

⁶³ Entendemos que isso se deveu ao envolvimento e posição anterior da pesquisadora no processo, mas que esse fato não prejudicou a análise, sendo incorporado como parte dos dados.

	- Redes: formação de parcerias como estratégia fixa utilizada pela associação comunitária através da participação em espaços coletivos para isso.	tempo. Desconfiança como elemento de relação entre os atores e ausência de espaços coletivos para resolução deste problema.
--	---	---

Fonte: elaboração própria.

Regularização fundiária

O desafio da regularização fundiária para o MFCF se relaciona ao reconhecimento formal da terra e seu direito de uso em nome dos atores. Na superação deste desafio identificamos os recursos envolvidos como aqueles fundiários, incluindo a existência e o acesso à terra; os florestais, a existência de área florestal conservada, com potencial econômico de extração madeireira; bem como os recursos legais, incluindo a existência e implementação de uma legislação que garantissem a segurança fundiária e o uso dos recursos pelos atores.

A situação dos recursos fundiários e florestais era “inversamente proporcional” entre os casos. No ribeirinho o acesso à área de manejo era difícil, mas havia a presença de espécies madeireiras comerciais atraentes para o mercado local. No caso dos assentados, o fácil acesso à área possibilitou a extração ilegal da madeira com maior valor, reduzindo o potencial econômico da atividade. Já os recursos legais que determinavam o domínio da terra e uso de seus recursos nessas áreas (RESEX e PA), e a documentação exigida para a obtenção do PMFS, não impediram os processos, mas apresentaram características distintas. No caso ribeirinho, esperava-se que com a criação da RESEX a regularização fundiária seria um desafio superado, mas apresentou-se como um constante obstáculo. Tanto na tentativa anterior à sua criação, quando os PMFS individuais foram invalidados porque contrastavam com a modalidade fundiária coletiva; quanto posteriormente, na morosidade da desapropriação, prevista por lei, dos títulos fundiários privados.

No caso dos assentados, a modalidade individual dos lotes, que poderia ter sido um problema técnico para o MFCF, não o foi, pois a proposta era a elaboração da atividade em área coletiva contínua, delimitada como Reserva Legal (RL). Sendo a RL um instrumento de conservação previsto por lei em assentamentos, a burocracia necessária foi resolvida pelo INCRA, que almejava com isso, o cumprimento de suas funções institucionais. Ademais, isto facilitaria o licenciamento ambiental do PA, pois era condição imposta pelo órgão licenciador responsável, dado que este tramite ainda não tinha regulamentação.

Assim, o desafio da regularização fundiária foi superado em ambos os casos, mesma havendo grande diferença na contestação do domínio da terra e nos conflitos dele

decorrentes. Ausente no caso dos assentados, essa questão foi superada no caso ribeirinho através da sua “capacidade organizacional”.

Aquisição de conhecimento

Quanto ao desafio de aquisição de conhecimento, dois recursos são apontados por Hajjar et al. (2011) como importantes: o conhecimento e respectivas habilitações profissionais para o MFCE, de acordo com a legislação; e o entendimento da burocracia necessária para a aprovação de um PMFS. Nos dois casos, as associações eram destituídas do conhecimento técnico e habilitação profissional exigida, e tampouco dispunham de recursos financeiros para a contratação de um profissional. Consideramos, portanto, que estavam em igualdade quanto ao não domínio desses recursos. Porém, na condição de “comunidades tradicionais” e “agricultores familiares”, poderiam mobilizá-los junto ao Estado, através de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) gratuita⁶⁴.

Este era, contudo, apenas um dos caminhos pelo qual as associações poderiam recorrer. O outro seria a construção de parcerias com organizações que dominassem tais recursos, especificamente por articulações através do GT Madeira, espaço em que ambas estavam inseridas. No entanto, apenas os ribeirinhos o fizeram, estabelecendo parcerias, em um período de dez anos, com quatro organizações, governamentais e não governamentais. Nesse mesmo período, o INCRA realizou uma licitação pública para a elaboração de PMFS em outros três assentamentos no Amazonas, dos quais dois foram aprovados. Enquanto isso, no PA Paciaá, o processo dos assentados permanecia estagnado.

No entendimento da burocracia necessária para o MFCE, por sua vez, ribeirinhos pareciam ter vantagem, pela experiência inicial com PMFS individuais. Contudo, esse fato não garantiu o domínio necessário deste recurso para a elaboração do PMFS comunitário, pois poucas pessoas haviam participado e havia diferenças significativas entre os processos, devido à mudança de jurisdição e instituições envolvidas. O que influenciou particularmente no domínio desse recurso foram, assim, dois fatores: a parceria com ONGs que promoveram atividades de capacitação para o MFCE; e o entendimento sobre a burocracia do Estado de forma geral, devido à experiência participativa de criação e implementação da RESEX.

⁶⁴ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010d).

Este último com particular relevância, pois no caso da RESEX, a normativa sobre MFCF em construção, somado à base participativa da modalidade fundiária, fizeram deste caso uma “experiência piloto”, mais flexível e inclusiva entre os atores envolvidos. Já a construção da normativa em assentamentos, ocorreu de forma pouco inclusiva pelo INCRA, apresentando resultados negativos em outros assentamentos na Amazônia. No PA Pacιά, a normativa não foi colocada em prática, mas tampouco discutida pelos assentados.

Capital adequado

Em relação ao capital “adequado”, os recursos envolvidos se relacionam aqueles necessários para investimento em infraestrutura, equipamentos e atividades para a elaboração de um PMFS, incluindo a contratação de um profissional habilitado para tal, caso necessário. Por um lado, ribeirinhos e assentados, não dispunham desses recursos, e não tinham como acessar créditos específicos para esse fim. Por outro, ambos poderiam ter acesso a recursos do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), pelo menos em teoria. No caso dos assentados, especificamente, a IN do INCRA previa recursos para o desenvolvimento da atividade⁶⁵. Além disso, outra possibilidade era a articulação junto ao GT Madeira, devido a presença de ONGs que dispunham de recursos específicos para iniciativas de conservação na região Amazônica, através das quais esses recursos poderiam ser mobilizados.

Assim, no caso ribeirinho, os recursos aportados foram proveniente do Estado em parceria com ONGs participantes do GT Madeira, com as quais o ICMBio já trabalhava. Houve também uma contrapartida de trabalho das comunidades e a mobilização de recursos pelas redes de atores locais. No caso dos assentados, o processo ficou indefinido antes que houvesse a necessidade destes recursos.

Capacidade organizacional

Nos três primeiros desafios analisados, entendemos que o domínio dos recursos pelas associações não apresentou diferenças substanciais entre os casos. O que se destacou, contudo, foi a mobilização dos recursos não dominados, no caso ribeirinho, o que não observamos no caso dos assentados. Associamos tal mobilização ao quarto desafio da etapa de desenvolvimento do MFCF, a “capacidade organizacional”, definido por Hajjar et al.

⁶⁵ Ressaltamos aqui que o acesso à esses recursos é um grande desafio, relacionado à implementação das políticas públicas que os preveem.

(2011) como a capacidade das comunidades se organizarem para o MFCCF. Embora os autores não detalhem os recursos envolvidos nesse desafio, identificam a presença de lideranças como recurso para superá-lo. Somado a isso, identificamos também como recurso importante, as relações com organizações que dominavam os demais recursos necessários. Além disso, como elemento que poderia ter dificultado a organização para a realização de atividades, observamos a presença de conflitos entre grupos e questionamento das associações que lideravam o processo, em ambos os casos. No caso ribeirinho, entretanto, a existência de espaços coletivos, especificamente o Conselho Deliberativo da RESEX, instância prevista por lei para o compartilhamento da gestão da unidade de conservação com o Estado, conferiu transparência ao processo, possibilitou a discussão de pontos polêmicos e deliberação importantes como a escolha da área de manejo, quem participaria da iniciativa e como seria a repartição dos benefícios da produção.

Já o espaço que os assentados tinham para isso se resumiu às reuniões da associação, que, por sua vez, tinha sua legitimidade questionada. Apenas após a realização de uma assembleia geral e mudança da diretoria, o diálogo com o INCRA e o processo foram retomados. O GT Madeira, por sua vez, teve papel importante para acelerar a dinâmica do processo, e, através dele a associação ribeirinha manteve uma estratégia de formação de parcerias para a mobilização dos recursos que não dominavam. No caso dos assentados isso não ocorreu.

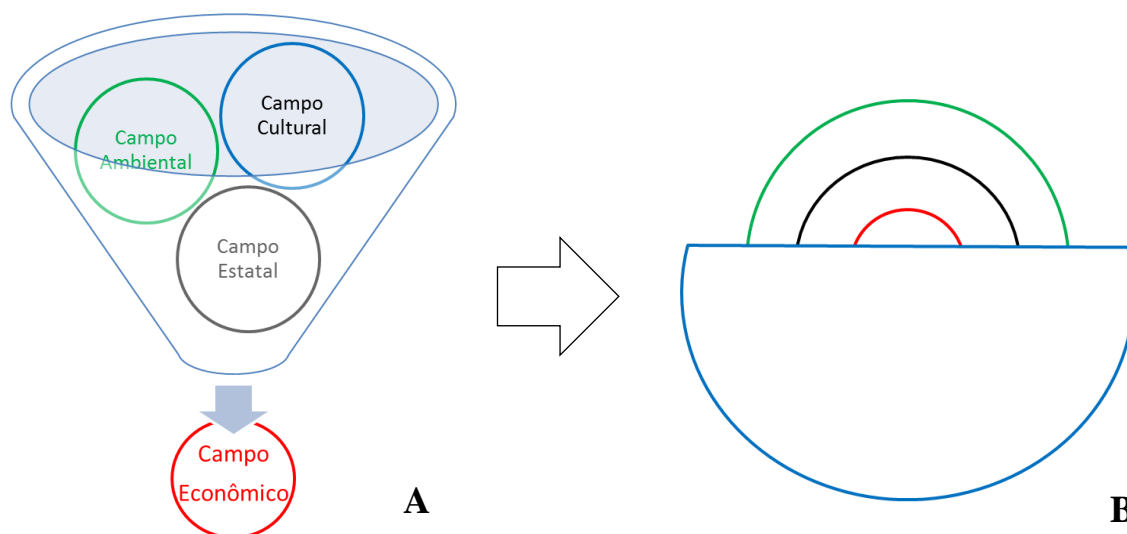
Estes resultados corroboram o de outros estudos, onde a “capacidade organizacional” é tida como elemento importante para o êxito do MFCCF. No entanto, apenas a análise de recursos aqui empreendida, utilizada para comparar e diferenciar os casos, não é suficiente para explicar os elementos que influenciam em seus resultados. Assim, argumentamos que os resultados que encontramos nesta análise de recursos devem ser desenvolvidos, e, nesse sentido, as categorias trazidas pela abordagem de CAEs são especialmente úteis para esse fim. No próximo capítulo, dessa forma, além de fazer uma análise do campo em que a processos ocorrem, analisamos também a ação, questionando também o que existe por trás desse elemento “organizacional” aqui identificado. Trazemos uma síntese das conclusões do estudo, limitações e possibilidades para o seu aprofundamento.

CAPÍTULO 4 – FLORESTA OU CAMPO? A LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MADEIREIRA EM UM CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Sob a luz da abordagem de CAEs, entendemos que a compreensão dos processos de obtenção de PMFS analisados, enquanto ação, bem como seus resultados, ultrapassa os limites visíveis da técnica, uma vez inseridos em um ambiente mais amplo, e enquanto espaço social (BOURDIEU, 1985). Adicionalmente, segundo Fligstein e McAdam (2012), um dos principais aportes dessa abordagem, em comparação à outras, é um olhar menos “campocêntrico”. Nesse sentido, os processos podem ser influenciados por outros campos, sejam distantes ou próximos.

Sendo assim, sugerimos aqui que o campo em questão no presente estudo insere-se em um contexto de crise da ordem econômica estabelecida, devido à preocupação ambiental no final do século, que repercutiu em Lábrea enquanto município central na questão do desmatamento. Este campo, dessa forma, é influenciado pela sua relação com os campos cultural, ambiental e estatal, como tentamos representar na figura 5, imagem “A”. Trata-se de um sub-campo econômico, o da produção de madeira em Lábrea, onde se encontram os processos em análise, influenciados por uma série de elementos revelados com o auxílio da teoria (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Na figura 5, imagem “B”, ilustramos essa mesma relação através da metáfora das “bonecas russas”, utilizada por Fligstein e McAdam (2012), para representar essa inter-relação e a influência entre os campos.

FIGURA 5 – Representação dos campos cultural, ambiental e estatal influenciando o campos econômico em questão (A); e a inter-relação entre os campos aludida como uma “boneca russa”.



Fonte: elaboração própria.

Nos casos analisados, acreditamos que tais elementos tenham sido principalmente dois: a existência (ou ausência) de estruturas de governança e a mobilização de recursos. O primeiro, podendo ser explicado pela influência de outros campos e do Estado na ação; o segundo, pela atuação de atores socialmente hábeis. Apresentamos a seguir algumas reflexões que apontam nessa direção.

4.1. Análise do campo

Como aponta Fligstein (2013), uma crise acontece quando as relações se desestabilizam, e as “concepções de controle” não mais fornecem valores para legitimar os princípios do campo. Em Lábrea, as concepções de controle, ou seja, os significados coletivos compartilhados, estabilizadores das relações (FLIGSTEIN, 2013), eram aquelas baseadas na ocupação da terra e extração dos recursos naturais, através das relações estabelecidas pelo sistema de aviação.

Desde o final da década de 80, no entanto, uma série de fatores influenciou a contestação de ditas concepções na Amazônia como um todo, culminando na formação do movimento dos seringueiros no Acre, e na criação do conceito de Reservas Extrativistas, incorporado posteriormente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (ALLEGRETTI, 2008). A construção social dessa política, como relata Allegretti (2008), se deu motivada na luta pela terra, e através da formação de alianças entre o movimento dos seringueiros e o movimento ambientalista internacional. A busca pela criação das RESEX em Lábrea, da mesma forma, iniciou a partir do questionamento de ditas concepções, que passaram a se mostrar insuficientes para manter a estabilidade das relações locais.

Os “patrões”, “regatões” e políticos locais de Lábrea, alguns dos quais possuindo ambas as designações, impunham a “sua visão, interesses e significados a partir da vantagem obtida pela dominância dos recursos” (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011). Entendemos que, fazendo parte de um campo econômico (BOURDIEU, 2005) o domínio desse tipo de recurso, ou seja, o controle dos meios de produção e comercialização, que convertem recursos naturais em capital econômico (ESPADA; SOBRINHO, 2015) lhes conferia tal vantagem. As principais estratégias utilizadas no momento de criação das RESEX, que foram a retenção dos recursos dos quais os ribeirinhos dependiam, e a coerção, são ilustradas por Fligstein (2013) como estratégias resultantes da posição de incumbentes, corroboram a leitura desses atores como incumbentes do campo.

Os ribeirinhos, por sua vez, em desvantagem quanto àquele capital, se encontravam na condição de “desafiantes” do campo, ocupando posições menos privilegiadas. O questionamento das concepções de controle que estabilizavam a relação entre esses grupos; as ameaças aos recursos naturais dos quais dependiam; e a atuação do Estado contra o desmatamento na região; criaram a oportunidade política para a proposta de criação da RESEX, como visão e articulação alternativas àquelas existentes (FLIGSTEIN, 2013). Enxergamos nesse processo, um “episódio de contenção”, experimentado como tal como “uma ruptura clara e distinta na rotina social e política tida como certa” de Lábrea (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; p. 176; tradução e grifo nossos)⁶⁶.

A formação de uma coalização política, ocorreu num processo com características similares àquele ocorrido no seio do movimento dos seringueiros, no Estado do Acre, uma década antes. Neste caso, ela se deu entre ribeirinhos e organizações de base, como o STTR e a CPT, mas principalmente, e de forma contrastante com aquele, com atores governamentais. Diferentemente do processo em comparação, o ocorrido em Lábrea, se desenvolveu num momento em que a questão ambiental havia sido incorporada pelo Estado, e, as políticas florestais, em nível mundial, já discutia o conceito de “governança florestal global” (FRÉCHETTE; LEWIS, 2011). Assim, as reivindicações dos ribeirinhos se encontravam tão alinhadas com os seus interesses, afinal, a criação de UCs era uma das estratégias do governo federal contra o desmatamento, que, de certa forma, fragilizaram o limite entre os atores, como relatado por um dos entrevistados (SANTOS, Jerfferson, 2016):

[...] Eu acho que Lábrea, naquela época, era o município mais forte com relação a movimentos sociais. Todos eram unidos, tanto CNS, o CPT... o IBAMA na época foi considerado movimento social [...]

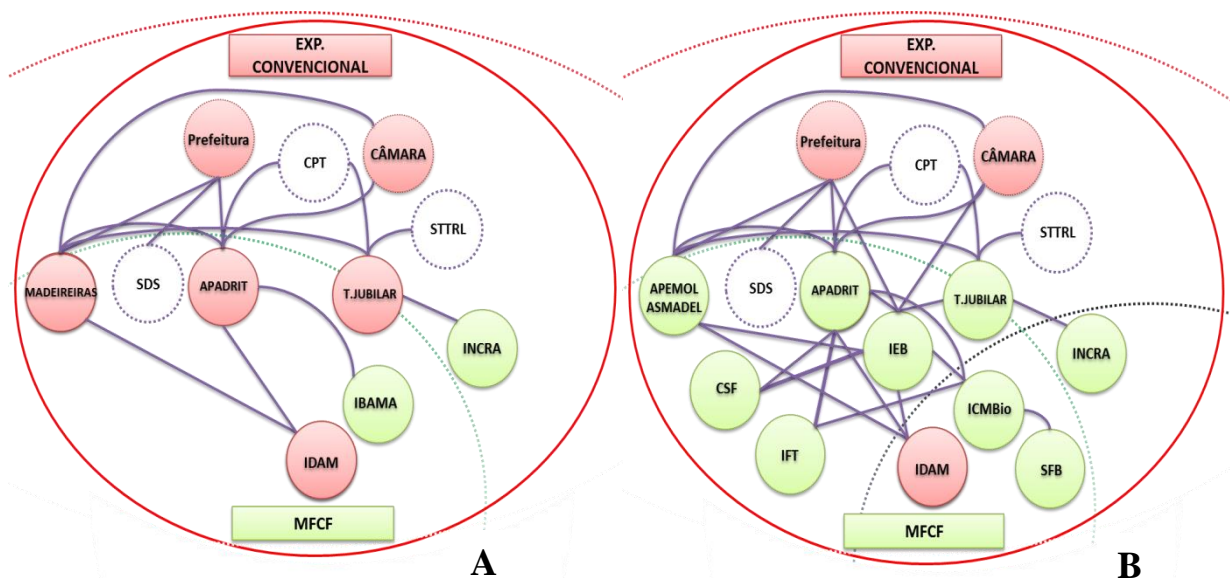
Quando analisamos a história recente de Lábrea, por sua vez, encontramos um contexto pouco mudado, apesar da continuidade da mesma crise que atribuímos à transformação do campo econômico. Uma das formulações que podemos fazer, a partir da legalização da produção madeireira, é a de que a criação da RESEX não alterou completamente as relações de poder local. Isso porque, mesmo que a criação do assentamento e, posteriormente, da RESEX, ocasionaram uma redistribuição dos recursos, fazendo com que assentados e ribeirinhos tivessem domínio sobre parte deles (a terra e os recursos naturais a ela associados), as demais etapas de geração de valor continuaram sob o domínio de outros

⁶⁶ Ressaltamos aqui os termos “experimentado” e “rotina”, pois como defendemos mais adiante essa ruptura pode ser contestada, caracterizando-se como uma ruptura parcial e não estruturante.

atores, padrões e regatões, mantendo-os como incumbentes do campo, e agregando novos, como os pequenos serradores e moveleiros⁶⁷.

Admitimos, então, que a “Operação Matrinxã”, funcionou como um “choque exógeno”, que impulsionou a ação (FLIGSTEIN; McADAM, 2012), mas trouxe à tona um conflito já existente, decorrente de assimetrias de poder e como forma de acomodação dos grupos afetados por ela. Na figura 6, a imagem “A” representa a configuração do campo da produção de madeira em Lábrea anterior à criação das RESEX (episódios de contenção) e à Operação Matrinxã (choque exógeno). A imagem “B”, por sua vez, representa a influência do campo estatal (meio-círculo pontilhado em preto), a partir da criação da RESEX, com a chegada do ICMBio e novos atores do campo ambiental (meio-círculo pontilhado em verde). Percebemos aqui, duas diferenças quanto à situação anterior: o reposicionamento de alguns atores, incumbentes se aliando aos desafiantes do campo; e a atuação do Estado, que passou a desempenhar um papel central na dinâmica local.

FIGURA 6 – Configuração do campo em análise antes (A) e depois (B) da influência do Estado em Lábrea.



Fonte: elaboração própria.

O primeiro reposicionamento que observamos foi o das pequenas serrarias e movelarias de Lábrea. Como parte dos incumbentes, também detentores do capital econômico

⁶⁷ Essa afirmação poderia ser contestada no caso dos produtos agroextrativistas não madeireiros de Lábrea, uma vez que a criação de uma cooperativa de comercialização foi criada em 2008 com essa finalidade, mas é particularmente apropriada no caso da madeira.

na produção madeireira, afetados pelas “novas” regras da produção madeireira, esses atores foram a base de legitimação para a manifestação contra o governo federal, na figura do ICMBio. No momento posterior à manifestação, entretanto, alguns desses atores, aliaram-se ao governo federal, tornando-se participantes do GT Madeira. Fligstein (2007) contempla esse movimento, quanto afirma que incumbentes podem se aliar aos desafiantes, ajudando a produzir mudanças no campo. Observamos também uma mudança no discurso dos grupos políticos locais, como o do ex-prefeito de Lábrea, quando escreveu uma carta à Casa Civil, na ocasião da criação da RESEX; e posteriormente, em seu posicionamento, em Audiência Pública em Brasília, sobre o conflito da Operação Matrinxã:

Quero [...] protestar contra todas e quaisquer reservas que venham a prejudicar a população carente de meu município. (BARROS, Jean, 2006; in ALEIXO, 2011a).

“Faço um apelo [...] que se crie uma comitiva da Comissão para fazer visita a Lábrea e ter realmente conhecimento da nossa realidade [...]. Isso vai fazer com que os senhores possam ver, de fato, a verdade, porque, talvez, diante do que eu venha a falar aqui, novamente seja interpretado como contrário às Unidades de Conservação e às reservas criadas em Lábrea” (BARROS, Jean; em: COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2010).

À semelhança da audiência pública ocorrida em 2006, o confronto ocorreu não apenas entre incumbentes e desafiantes, mas também entre atores governamentais. Havia, então, um alinhamento do governo municipal, nas figuras da Prefeitura e de vereadores, com o governo estadual, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) e deputados estaduais; contra o governo federal, na figura do ICMBio. Essa movimentação pode ser compreendida como uma aliança dos incumbentes, como apontado pelos autores: “em tempos de crise, incumbentes de campos não estatais previamente estáveis, se unem aos seus aliados no campo governamental para tentar restabelecer a ordem” (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; p. 71, tradução nossa).

O conflito entre atores governamentais, por sua vez, não deve causar surpresa. Enquanto Loureiro e Pacheco (1995) atribuem a possibilidade de conflito entre os atores governamentais no campo ambiental à descentralização e autonomia conferida aos Estados e municípios pela Constituição Federal (CF) de 1988; pela abordagem de CAEs ele pode ser explicado natureza do Estado como “um conjunto de campos de ação estratégica” (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; p. 67). A seguir, analisamos o papel deste ator em cada caso e a sua influência sobre os resultados observados nos processos em análise.

4.1.1. O papel do Estado

Fligstein e McAdam (2012) diferenciam o Estado dos demais campos pela sua capacidade de definir as regras de interação no âmbito público, em regiões delimitadas geograficamente, e pelo uso da violência para o cumprimento das regras (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Apesar desse último ponto, e da Operação Matrinxã, que ratificou a atuação governamental no âmbito ambiental baseada em comando e controle, a estratégia central do Estado para o cumprimento das regras da produção madeireira, na sede de Lábrea, foram ações afirmativas.

Dessa forma, uma das proposições que nos guiou inicialmente foi a de que, o GT Madeira, coletivo de organizações surgido no âmbito do PPCDam, teria exercido um papel central e influenciado diretamente os resultados da ação, tendo em vista que duas das três associações que dele participaram, tiveram PMFS aprovados. Nesse sentido, a abordagem de CAEs nos permitiu elaborar algumas reflexões sobre o seu possível funcionamento como uma unidade interna de governança (UIG).

4.1.1.1. GT Madeira: uma unidade interna de governança?

Segundo Fligstein (2011), as unidades internas de governança (UIG) são “organizações responsáveis pela supervisão do cumprimento das regras do campo”, facilitando sua harmonia e reprodução. Mesmo internas, dialogam diretamente com atores governamentais e não governamentais de outros campos, e servem de ligação ao ambiente externo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Nesse sentido, entendíamos inicialmente que a “Comissão de Monitoramento” das ações da OAV; posteriormente o “Comitê Gestor Local”; e finalmente os GTs, dentre os quais o GT Madeira, cumpriria esse papel. Destacamos a base para essa proposição, na passagem formulada por Fligstein e McAdam (2012; p 78; tradução nossa), que alegam que, “em algumas ocasiões, as UIGs são impostas em um CAE por atores estatais, normalmente para conter o poder de um ou mais incumbentes, e para criar condições mais equitativas para todos os membros”.

Contudo, apesar de ter sido importante na aprovação dos PMFSs como catalisador dos processos, não enxergamos no GT Madeira um espaço de manutenção dos interesses dos atores incumbentes, um dos papéis atribuídos às UIGs, nem para o caso ribeirinhos, nem no caso dos assentados. Além disso, segundo os entrevistados, mesmo que o GT tenha sido criado por ocasião da OAV, foram os atores da sociedade civil de Lábrea que dele se apropriaram, não sendo tampouco, um espaço de manutenção dos interesses estatais.

Uma exceção poderia ser feita, contudo, à terceira iniciativa do GT, a dos moveleiros e pequenas serrarias, sobre a qual esboçamos algumas reflexões, embora não tenhamos tido como foco aprofundar a sua análise aqui.

Ainda que a conjuntura fosse comum às três iniciativas participantes, favorecendo a adesão à legalização da produção madeireira, somente neste caso o GT Madeira parece ter sido essencial. Foi através das articulações realizadas no âmbito do GT, que os moveleiros mobilizaram os recursos necessários para a obtenção de PMFS. Isso pode ter ocorrido por duas razões: pelo fato desses atores terem exercido papel central na Operação Matrinxã, sendo este o choque exógeno que desencadeou a ação, e o GT Madeira um de seus resultados; ou pela possível atuação do IEB como um ator social hábil coletivo, como sugerimos mais adiante, na falta de estruturas de governança neste caso. No caso dos ribeirinhos o processo seguia em paralelo ao GT, e no dos assentados ele não avançou.

Nesse sentido, acreditamos que a diferença entre os três casos possa residir no papel desempenhado pelo Estado, configurando relações distintas. De acordo com a percepção dos atores quanto a obtenção de um PMFS categorizamos três situações. A primeira, dos pequenos moveleiros e serrarias, que designamos como a dos “os desacreditados”. Eles haviam tentado se legalizar anteriormente sem sucesso, e, enquanto atores que desempenhavam a atividade ilegalmente, mantinham relações conflituosas com o Estado. Contudo, enxergaram no GT Madeira uma chance de obter um PMFS, como de fato ocorreu. Por sua vez, havia a iniciativa dos assentados, “os abandonados”, tanto na contravenção da exploração ilegal, quanto nas ações de fomento às atividades sustentáveis no assentamento. E, finalmente, a dos ribeirinhos, “os esperançosos”, cuja história reflete diretamente as transformações ocorridas em Lábrea e no campo ambiental, e que mantinham relações muito próximas e de cooperação com o Estado.

Os desacreditados:

[Seu Manoel] trabalha no ramo da movelaria há aproximadamente 15 anos, mas diz que está desanimado. Queria que não houvesse falsas esperanças, que os órgãos públicos dissessem ‘sim, continuem trabalhando’ ou ‘não, parem de uma vez’ (ANDRADE, 2010).

Os abandonados:

Fomos nós, com a CPT, que começamos o assentamento... passamos um ano. Na época preencheu os 149 lotes, e teve uma época que o INCRA ajudou, mas depois foram embora. (ALBUQUERQUE, Nivaldo, 2016).

Os esperançosos:

Até hoje tem dado certo graças a Deus, já fizemos o pátio, três km de estrada... daqui pro final do mês vai dar certo. Tivemos o plano de manejo do pirarucu também, o pouco que serviu, mas deu certo. (MACIEL, Ludmilson, 2015).

Excluindo o GT Madeira como elemento central de influência nos resultados dos casos em análise, dessa forma, a questão sobre quais seriam tais elementos permaneceu. Somado a isso, a posição equivalente entre ribeirinhos e assentados como desafiante do campo, e a análise comparativa dos recursos nos sugeriu que a diferença entre eles estaria em sua “capacidade organizacional”. Esse resultado foi ao encontro de diversos estudos sobre MFCF que destacam a organização das comunidades como característica presente nos grupos que obtêm êxito. Adicionalmente, nos abriu uma importante reflexão, pois argumentamos que, apesar de útil operacionalmente, tal categorização limitou a apreensão da realidade.

Operacionalizamos, assim, as categorias da abordagem de CAEs, na comparação entre os casos, para tentar compreender o que seria tal “capacidade organizacional” dos grupos, e percebemos que as principais diferenças foram entre as estruturas de governança existentes e a mobilização dos recursos em cada um. Por estrutura de governança, entendemos as relacionadas aos modelos fundiários associados: a RESEX e o PA, como expomos no item seguinte. Quanto à mobilização de recursos, fazemos algumas reflexões, mais adiante, associando a ação à atuação de atores socialmente hábeis.

Baseado na argumentação que desenvolvemos até este ponto, poderíamos ser mal interpretados sobre um direcionamento intencional da análise para o caso ribeirinho em detrimento do caso dos assentados. No entanto, a ampliação do olhar para a influência de outros campos e do Estado explica não apenas o destaque conferido ao primeiro caso, como também um dos elementos que os diferencia: as estruturas de governança das modalidades fundiárias de cada caso, que se diferencia sobremaneira entre eles.

Dessa forma, a seguir recorreremos brevemente à história de cada modalidade fundiária⁶⁸. Como justificativa para isso, fazemos nossas as palavras proferidas por Maristela Bernardo⁶⁹ no seminário “Desafio da Gestão Participativa na Implementação de Unidades de Conservação na Área de Influência da BR 319”, organizado pelo IEB em parceria com o ICMBio, logo após o conflito em Lábrea (BERNARDO, 2010):

⁶⁸ Ressaltamos aqui que, ainda que não seja nosso objetivo primário investigar os pormenores da história, trazemos alguns aspectos relevantes, para tentar brindar uma melhor compreensão da ação e dos resultados observados.

⁶⁹ Jornalista e socióloga contratada pelo IEB como consultora para o evento.

É interessante voltarmos alguns passos nas questões concretas que nos preocupam neste momento para pensar um pouco mais sobre a natureza do Estado, pois mesmo que esse tema não esteja explícito em nosso cotidiano, está presente nele de forma muito relevante.

4.1.1.2. Estruturas de governança: caso ribeirinho

O conceito de Reservas Extrativistas (RESEX) nasceu no “I Encontro Nacional dos Seringueiros”, realizado em 1985, onde estes discutiam diversos temas, dentre os quais formas de frear o desmatamento e garantir legalmente a posse das terras em que trabalhavam (ALLEGRETTI, 2002)⁷⁰. Inspirado no conceito das reservas indígenas, a ideia trazida pelo conceito, como destaca Allegretti (2002), era a de ter um “seringal sem patrão”: com as estruturas e forma de uso do espaço do antigo seringal tradicional; mas tendo na organização econômica e social elementos novos, pela ausência da relação dos sistemas de aviamento.

A ação dos seringueiros para a construção desse conceito, junto à de outros grupos sociais da Amazônia⁷¹, surgiu em oposição ao modelo tradicional de reforma agrária existente no país, que não contemplava as suas necessidades; e, ao mesmo tempo, em oposição às relações estabelecidas no sistema de aviamento, e ao desmatamento, tendo nessa fusão uma característica inovadora. Como observa Allegretti (2008; p. 40), a modalidade fundiária da RESEX pode ser considerada “a síntese de um processo de conciliação entre os campos da reforma agrária e ambiental, que se encontravam em lados opostos” (ALLEGRETTI, 2002)⁷².

As RESEX são, assim, fruto da emergência do campo ambiental no final do século XX, especificamente da demanda dos seringueiros pelos seus direitos sobre a terra⁷³, um conceito construído socialmente por esses grupos, e em relação com o contexto em que se inseriam. Os instrumentos e políticas públicas associadas à institucionalização dessa modalidade fundiária foram desenvolvidos de forma a universalizar as conquistas alcançadas

⁷⁰ Para uma referência detalhada sobre todo o processo, consultar a tese de doutorado de Mary Helena Allegretti (ALLEGRETTI, 2002).

⁷¹ Extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros e quebradeiras de coco babaçu. Nesse sentido, poderíamos também questionar se a própria definição dessas categorias sociais, como a dos “ribeirinhos”, “populações tradicionais” ou “extrativistas”, em relação a outros atores, como os assentados, facilitaria a obtenção de um PMFS. Ainda assim, diversos estudos, ao longo do tempo, continuam relatando as dificuldades encontradas mesmo por esse grupo no processo, atentando para o fato de que tal proposição precisaria ser aprofundada (WHALDOFF; VIDAL, 2015; HAJJAR et al, 2011), podendo ser tema para futuras pesquisas.

⁷² Allegretti (2002) tem no conceito a inauguração de um novo paradigma.

⁷³ Como destaca Allegretti (2008; p.40), apenas indígenas e quilombolas tinham direitos fundiários garantidos pela CF-88.: “as demais comunidades rurais, especialmente as que vivem em florestas e na condição de posseiros, tiveram que conquistar o direito de obter o reconhecimento dos direitos de posse em modalidades apropriadas às características econômicas, ambientais e culturais que apresentam”.

(ALLEGRETTI, 2008). Além disso, no momento de sua formulação a conjuntura era de intenso debate sobre a redemocratização do Estado, e esse fato não passou despercebido. A demanda por “controle social” foi um dos cinco pontos da “Carta de Curitiba”, documento que sintetizou as recomendações finais do evento⁷⁴ para criação de uma metodologia de implantação dos “assentamentos extrativistas”, em oposição ao processo que vinha sendo desenvolvido pelo INCRA, através de Projetos Extrativistas⁷⁵ (INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA, 1988; em: ALLEGRETTI, 2002; p. 726):

[...] 5. O projeto de implantação de Reservas Extrativistas, na medida em que vincula aspectos ambientais, econômicos e sociais no desenvolvimento da região, deve ser considerado como parâmetro de análise sobre formas adequadas de garantia de toda a floresta – patrimônio da nação brasileira e da humanidade.

Complementarmente, a institucionalização das RESEX no SNUC incorporou instrumentos de participação provenientes de discussões que ocorriam também no campo ambiental, sobre as UCs. O conceito legal de UC no país reconheceu tanto seu caráter de estratégia de conservação quanto como ferramenta de gestão territorial, ou seja, “de gestão das relações de poder definidas no espaço, incorporando o conceito científico de território” (SILVA, 2001; apud SANTOS, Anthony, 2008). Assim, o SNUC prevê dois mecanismos de participação na gestão das UCs: a consulta pública e os conselhos gestores, que no caso da RESEX, são deliberativos (BRASIL, 2000; SANTOS, Anthony, 2008).

Nesse contexto, o processo principal de obtenção do PMFS no caso ribeirinho, como vimos, foi desenvolvido a partir do conselho deliberativo da RESEX, e, dessa forma, paralelamente ao GT Madeira, que exerceu um papel complementar. Foi naquele espaço que ocorreram as principais deliberações, articulações e resolução de conflitos sobre o PMFS. A partir dessa constatação, refletimos se, neste caso, os Conselhos Deliberativos teriam funcionado como uma UIG, de acordo com as funções que essas estruturas desempenham.

Segundo Fligstein e McAdam (2012), as funções básicas de uma UIG são as de conexão com atores de campos externos e de pressão política (“*lobbying*”), mas podendo também exercer funções de: (i) rotinas administrativas; (ii) provedoras de informações, tais

⁷⁴ Seminário “Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia”, realizado em Curitiba, de 12 a 16 de setembro de 1988 (ALLEGRETTI, 2002).

⁷⁵ As primeiras Reservas Extrativistas foram criadas pelo INCRA, na modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, mas como ainda não havia tido uma discussão pelo movimento dos seringueiros sobre a metodologia de criação, houve um receio de descaracterização da proposta original (ALLEGRETTI, 2002). Como afirma Allegretti (2002), o CNS articulou essa discussão e continuou denominando a sua proposta pelo nome original com o objetivo de distingui-la da oficial.

como câmaras de compensação; (iii) de regulamentação, supervisionando comportamentos e a conformidade às regras do campo; (iv) de coação (“*enforcement*”), aplicando sanções; (v) e de certificação, acreditando as organizações de um campo. Os conselhos deliberativos, como constituintes das RESEX, exercem pelo menos duas dessas funções: a de conexões com atores de campos externos, uma vez que agregam a diversas organizações; e a de regulamentação, sem constituírem-se órgãos legislativos, ou seja, com poderes de criação, modificação ou extinção originariamente de direitos e obrigações (BRASIL, 2000; 2002; SOUZA, Felipe, 2012).

No entanto, como observam Fligstein e McAdam (2012; p. 14; tradução nossa), as UIGs são “internas ao campo e distintas de estruturas estatais externas que possuem jurisdição sobre todos, ou algum aspecto do campo de ação estratégica”. Juridicamente, as UCs possuem um regime especial de administração pública, a gestão compartilhada com a sociedade civil, ou co-gestão (BORDERNAVE, 1994; apud SOUZA, Felipe, 2012). Seus conselhos gestores, no caso da RESEX, deliberativo, são “órgãos do Poder Executivo com poderes e funções especiais”, conferidas pelas normas da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) (BRASIL, 1981; SANTOS, Anthony, 2008).

Nesse sentido, entendemos que estes espaços são, como aponta Santos, Anthony (2008; p. 79), instrumentos de democracia direta, que atuam “na regulamentação de direitos e obrigações já postos, além de atuar como fórum qualificado de informação, participação na tomada de decisões e mediação de conflitos”, e, assim, parte de uma estratégia de governança pública. De forma complementar, no entanto, quando associadas às RESEX tornam-se, juntas a elas, “mecanismos de governança ambiental” (UGARTE; FERREIRA; 2010).

Argumentamos, contudo, que mesmo constituindo-se como parte de estruturas de governanças, nem o conselho deliberativo, nem a RESEX poderiam, neste caso, ser considerados UIGs, por não serem internos ao campo em análise (o sub-campo da produção de madeira em Lábrea), mas do campo ambiental em que se constituíram. Nesse sentido, diferenciamos os “instrumentos” ou “mecanismos” de governança, das UIGs, entendendo que instrumentos de governança possam ser desenvolvidos e aplicados em qualquer momento e situação de um campo, como no caso do GT Madeira.

As UIGs, por sua vez, como destacam Fligstein e McAdam (2012; p. 205; tradução nossa) “normalmente são criados em momentos de estabilização ou reacomodação do campo”, para “ajudar a institucionalizar e estabilizar as práticas e rotina do campo”. Como

resultado de práticas políticas de grupos com distintos interesses, tanto a instituição da RESEX quanto a do manejo florestal, tiveram esse papel, e se encontram alinhadas no campo ambiental pela sua incorporação nas práticas do Estado (ALLEGRETTI, 2008; BAVISKAR, 2001). Ressaltamos aqui que, embora “a relação direta entre movimentos e órgãos governamentais resulta bastante produtiva na criação de mecanismos de governança ambiental” (UGARTE; FERREIRA, 2010), Fligstein e McAdam (2012 p. 14; tradução nossa), afirmam que apesar da “retórica legitimadora que motiva a criação” das UIGs, elas não tem como propósito servir como árbitros neutros nos conflitos entre incumbentes e desafiantes, normalmente reforçando “a perspectiva dominante” e protegendo “os interesses dos operadores históricos”. Cabe destacarmos aqui que esses espaços não são neutros e a sua presidência compete ao órgão gestor (art. 17; BRASIL, 2002). Assim, as características do ICMBio também são importantes para entender a condução do processo aqui analisado.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi criado em 2007 (BRASIL, 2007a), como desmembramento do IBAMA, e como autarquia federal responsável pela gestão das UCs. Antes da sua criação, o IBAMA apresentava diretorias com objetivos e visões distintas e, em alguns casos, conflituosas em relação às concepções ambientalistas, notadamente em relação a discussão sobre a permissividade do uso dos recursos e presença humana nas UCs⁷⁶. Assumindo em partes a estrutura e pessoal do primeiro, assim, o ICMBio também incorporou essa discussão dentro do órgão (MENEZES; SIENA, 2010), como confirmado pelo tratamento dado à questão do MFCF no órgão, comentado em uma das entrevistas (PACHECO, 2016):

Roberta Andrade: [...] como é que foi dentro do órgão? [...] porque você falando assim parece que existia um consenso forte do manejo florestal dentro do órgão, mas não é bem assim, né? [...] eu tô perguntando isso porque [...] – pode ter sido uma percepção do presidente na época -, mas teve uma reunião que eu participei, junto com o pessoal do Ituxi que o [Roberto] Vizentin [presidente do ICMBio à época] falou assim ‘é, vocês tão querendo transformar todos os ribeirinhos em madeireiros’ [...] e se isso, de alguma forma [...] não ficou oculto, por causa da situação que vivia Lábrea, e dessa

⁷⁶ Essa questão remonta à oposição conhecida na área ambiental como “conservacionismo” e “preservacionismo”, o primeiro relacionado a uma maior permissividade e interação homem-ambiente e a segunda com um olhar mais restrito sobre o tema. A criação, em 1992, do CNPT, na estrutura do IBAMA, pode ser considerada uma disputa vencida pelo primeiro grupo, pois, como considerado por Allegretti (2002; p. 743) foi o “passo definitivo que faltava para transformar as Reservas Extrativistas em política pública”; e por Toni (2004; p. 3) como um estímulo ao Estado, para sua contribuição no estabelecimento de uma “governança ambiental efetiva”.

pressa que o pessoal tinha de entregar esse produto, que era o plano de manejo [...].

Leonardo Pacheco: [...] tinha uma resistência grande sobre manejar madeira em RESEX [...] sempre houve essa resistência, né [...] de vários atores, sociedade civil, governo também, né, de que ‘ah, porque RESEX é pra produtos não madeireiros [...] mas é um recurso que tá lá, os caras exploram ilegalmente [...].

Apesar de considerarmos como elemento que proporcionou as condições objetivas para o êxito no caso ribeirinho, essa sutil contradição entre os objetivos primários de uma RESEX, e a forma como as populações extrativistas desenvolvem suas atividades econômicas, evidencia, contudo, a insuficiência da presença de estruturas de governança como explicação para os resultados neste caso. Como observa Toni (2004), as agendas das organizações que compuseram o movimento inicial de criação das RESEX se tornaram mais específicas. Dessa forma, “contrariando um grande otimismo inicial, hoje é evidente que as agendas ambientalistas e daqueles que lutam pelo desenvolvimento de setores mais pobres da população rural não são idênticas, apesar de terem muito em comum” (TONI, 2004).

Complementarmente, existem também algumas críticas em relação ao papel centralizador que o ICMBio desempenhava, em relação ao IBAMA. A partir da criação das coordenações regionais (CRs) e de núcleos de gestão integrada (NGIs) essa característica foi atenuada (FERREIRA; PEREIRA, 2011). No caso da RESEX do Rio Ituxi, a UC é vinculada à CR-1, de Porto Velho (RO)⁷⁷, mas o fluxo de informações e decisões relativas ao PMFS era diretamente entre a RESEX e um departamento específico do órgão em Brasília, a Coordenação de Produção e Uso (COPROD/ICMBio). Como observamos no fluxograma para aprovação do PMFS neste caso, havia uma estrutura concreta de diálogo (o Conselho Gestor) e o gestor (ou chefe) da RESEX possui uma posição importante (anexo C).

Dessa forma, tanto em relação à falta de consenso no órgão, quanto à comunicação com os ribeirinhos, a atuação estratégica de certos atores, como desenvolvemos adiante, foi também um elemento chave para o resultado observado nesse caso. Como observam Irving et al. (2006) apud Santos, Anthony (2008), as lacunas inerentes aos processos de democracia participativa, possibilitam a atuação de grupos em prol do seus interesses, por vezes em detrimento do interesse público. Segundo esses autores, seu maior ou

⁷⁷ Apesar do território da RESEX pertencer de forma integral ao Estado do Amazonas, a organização espacial do sul do Estado faz com que Lábrea seja mais acessível ao Estado de Rondônia, sendo também mais influenciado pelas dinâmicas territoriais da região, como já colocamos anteriormente.

menor sucesso depende da “mobilização comunitária em torno de projetos comuns e sua inclusão efetiva nos processo de gestão” (IRVING et al., 2006; apud SANTOS, Anthony 2008; p.78).

4.1.1.3. Estruturas de governança: caso dos assentados

Como não poderia ser diferente, pois, como colocamos, as estruturas existentes no caso ribeirinho nasceram em oposição a elementos presentes no caso dos assentados; neste, o que observamos foi um quadro muito distinto quanto às estruturas de governança. O instrumento único de gestão e coordenação do PA Pacιά se resumiu ao seu PDA, e algumas reuniões ocorreram eventualmente no assentamento, com a presença de técnicos da superintendência do INCRA de Manaus (SR-15). Complementarmente, os espaços de que dispunham para a discussão de condução do PMFS e dos conflitos existentes, se resumiram às reuniões da associação, que por sua vez, tinham sua legitimidade questionada tanto por assentados, quanto pelo próprio órgão gestor. Admitimos assim, que as estruturas de governança do PA eram inexistentes, o que pode ser melhor compreendido resgatando a história a qual se vincula.

A base para o estabelecimento da reforma agrária no país, da mesma forma que a ocorrida na Amazônia, foi também a partir da pressão da sociedade civil organizada em movimentos sociais sobre o Estado (MITIDIERO JUNIOR, 2011). Esses movimentos também tinham como demanda a realização da Reforma Agrária⁷⁸, mas eram movimentos provenientes do campo. A conjuntura em que se formaram era muito diferente do caso ribeirinho, imprimindo características distintas às suas estruturas, sobre as quais tecemos algumas considerações.

De acordo com Allegretti (2008), uma diferença entre os movimentos tradicionais de demanda por terra do movimento dos seringueiros é que a forma de organização dos primeiros possuía uma característica de controle clientelista por forças políticas locais, e um modelo sindical reivindicativo moderno, não seguido pelo segundo (ALLEGRETTI, 2008; p. 41). Os assentamentos, da mesma forma, possuem uma estrutura condizente com a história da reforma agrária no país, sendo uma modalidade de regularização

⁷⁸ Cabe ressaltar que, parte dos grupos sociais que se formaram posteriormente na Amazônia possuem suas origens justamente neste movimento do campo, ocorrido em outras partes do Brasil. A colonização da Amazônia constitui-se, em parte, como resposta do Estado às demandas pela reforma agrária.

fundiária com lotes individuais e de propriedade privada⁷⁹. Como lembra Leite (2004) apud Fatorelli e Mertens (2010; p 404), existe historicamente no país um “processo de passagem de terras do domínio público ao domínio privado”. Especificamente na Amazônia, a terra sempre foi uma categoria econômica, e, como tal, “tomada privadamente, numa apropriação geomercantil, seletiva e socialmente hierarquizada e de maneira concentrada” (BENTES, 1996, p. 169; apud FATORELLI; MERTENS, 2010; p.404).

Os projetos de assentamento convencionais (PAs), da forma como são implantados atualmente, contudo, foram normatizados pela IN INCRA n° 15, de 30 de março de 2004 (BRASIL, 2004b). Este modalidade de assentamento e as demais surgidas após o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), em 2003, absorveram, dessa forma, dispositivos legais para promover a função ambiental desses territórios, em oposição à estratégia de desmatamento, adotada historicamente pelo INCRA⁸⁰ (ALENCAR et al., 2016).

O INCRA, por sua vez, como órgão gestor dos assentamentos, é fruto da mesma história, sendo uma instituição que possui “uma trajetória descontínua e, por vezes ambígua, reflexo do tratamento que os assuntos relacionados à terra têm no nosso país” (MACHADO, 2008; p. 33). Sua história reforça um paradigma de organização marcada pela centralização e manipulação institucional segundo interesses específicos⁸¹, de relevante importância no entendimento de sua atuação. Para ilustrar, desde que foi criado, em 1970, o INCRA trocou 7 vezes de subordinação, passando por cinco Ministérios diferentes e sendo por uma vez extinto e recriado (MACHADO, 2008).

Formados em outro momento histórico, e parte de um Campo distinto ao das UCs, assim, tanto os assentamentos quanto o INCRA, diferentemente daquelas, não trazem a questão ambiental desde a sua base, mas sim como aspecto incorporado posteriormente à

⁷⁹ Ressaltamos que, apesar do que o senso comum possa difundir, o lote em um projeto de assentamento não é doado, ele deve ser pago em vinte anos pelo assentado. Enquanto não obtém o título de domínio (TD) ou “definitivo”, o Estado deve estabelecer um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), mesmo documento obtido, mas de forma coletiva, pela associação de uma RESEX.

⁸⁰ A associação desses territórios com o desmatamento não consiste em uma novidade, dado que a conversação de floresta para usos agropecuários era a forma de justificação da propriedade da terra (PACHECO, 2009; apud FATORELLI; MERTENS, 2010).

⁸¹ Paula (2005) apud Machado (2008; p. 33) cita duas passagens históricas que exemplificam essa manipulação. A primeira em 1982, quando o órgão passa de subordinado do Ministério da Agricultura (MA) ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), como forma de “centralizar na União os assuntos fundiários e esvaziar suas funções nos estados, pouco antes das eleições estaduais, já que a ditadura vislumbrava a vitória da oposição na maioria dos estados”, preservando assim o controle do poder central sobre decisões relativas ao tema. A segunda, em 1984, quando passa do (extinto) MEAF ao MA novamente, passagem na qual o autor vislumbra a “subordinação aos interesses dos latifundiários foi facilitada pelo regime de pessoal que passou a ser de direito privado, descaracterizando suas atividades como típicas de estado”.

estruturas já consolidadas. Podemos citar como exemplos dessa incorporação a criação de modalidades alternativas de assentamentos⁸²; a criação e implementação de instrumentos ambientais nas políticas de reforma agrária⁸³; e a tentativa de mudança institucional sobre a gestão desses territórios. Como exposto, apenas em 2006 se estruturou o setor ambiental no INCRA, e em 2010 foi criado o Programa Assentamentos Verdes (PAV). Sobre a questão da governança trazida pelo Programa, um dos entrevistados comenta (AMARAL NETO, 2016):

[No Pará] a gente tem um espaço de governança muito interessante que é o Programa Municípios Verdes (PMV), e dentro desse programa tem um grupo de trabalho que se chama ‘assentamentos’, que na época deveria ser ‘assentamentos verdes’. [...] nunca mais teve reunião, porque não tem matéria, não tem uma formulação do INCRA clara pra isso [Programa Assentamentos Verdes]. [...] embora o INCRA tenha uma instrução normativa que regulamente o manejo, ao mesmo tempo [...] ele não consegue conceber uma ação [...] uma estratégia [...].

Em oposição a essa fala, no entanto, Fatorelli e Mertens (2010) esclarecem que, apesar das medidas de combate ao desmatamento que o INCRA tomou após a divulgação da lista do MMA (BRASIL, 2007b), o órgão priorizou suas ações no licenciamento ambiental dos assentamentos. Essa foi, então, a sua estratégia, baseando-se em critérios quantitativos (o número de licenciamentos implantados), como forma de monitoramento. Entendemos assim, que a agenda de atividades produtivas sustentáveis, da qual o MFCF fazia parte, ficou relegado a um segundo plano, sendo atrelado ao licenciamento. No caso específico do PA Paciaá, como já exposto, esses foram os termos de “negociação” com o órgão ambiental responsável.

A incorporação de questões ambientais pelo INCRA não trouxe consigo a questão da governança. Como indicadores desse fato podemos citar os resultados negativos dos acordos entre empresas e comunidades para a execução do MFCF, causado pela assimetria de poder entre os atores, relatado no estudo que estimulou o órgão a rever sua normatização sobre MFCF (AMARAL NETO; CARNEIRO; MIRANDA, 2011); e a

⁸² Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs), criados pela Portaria INCRA nº 627/1987 (BRASIL, 1987), e revogado pela Portaria INCRA nº 268/1996 (BRASIL, 1996); Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), modalidade criada pela Portaria INCRA nº 477/1999 (BRASIL, 1999a); e Projetos de Assentamento Florestais (PAFs), modalidade criada pela Portaria INCRA nº 1.141/2003 (BRASIL, 2003b).

⁸³ Resolução CONAMA nº 237, que exige o licenciamento ambiental para estabelecimentos agrícolas (BRASIL, 1997); e a resolução CONAMA nº 387/2006, que “estabeleceu diretrizes e procedimentos de gestão ambiental para orientar e disciplinar o uso e a exploração dos recursos naturais, assegurada a efetiva proteção do meio ambiente, de forma sustentável nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária” (BRASIL, 2006d).

propagação de uma cultura organizacional centralizadora⁸⁴, apreendida em falas de técnicos do órgão, presentes na passagem de uma ata de reunião, sobre a reformulação da IN sobre MFCF em assentamentos (INCRA, 2010; grifos nossos):

[...] Rubens [GTA/FBOMS] – solicitar ao conselho diretor/INCRA que a **IN seja colocada em consulta pública**. Que o INCRA utilize os 90 dias definidos na ordem de serviço para a revisão, de forma que todos tenham acesso. [...]

Geraldo/IBAMA – é importante colocar em **consulta pública**.

Hélio/SR-15 – **Não concorda completamente com as consultas públicas, pois esse processo pode ser muito demorado.**

Márcio/SR-27 – a IN foi revogada e nesse período **o INCRA está descoberto.**

Sugerimos aqui também que os efeitos da insuficiência de estruturas de governança podem variar dependendo da situação. Diferentemente de assentamentos que ultrapassaram a etapa de aprovação do PMFS e começaram a executar as atividades do MFCF, relatados no estudo supracitado, o efeito disso no PA Pacιά, se fizeram sentir de forma passiva. No primeiro, enquanto os assentados se submeteram aos interesses das empresas com as estabeleceram parcerias, no caso em análise acreditamos que a insuficiência dessas estruturas deixou o processo vulnerável às redes locais, como desenvolvemos adiante. A IN 061/2010 previu um capítulo de “supervisão” da atividade pelo órgão gestor (BRASIL, 2010b), e segundo o estudo supracitado, havia uma tendência ao envolvimento do órgão nas atividades do assentamento (AMARAL NETO; CARNEIRO; MIRANDA, 2011; p. 74):

A análise da instrução normativa 61/2010 permite concluir que o INCRA está buscando formas de participar mais ativamente do manejo florestal em projetos de assentamento. Esse é um fator positivo se esse envolvimento for acompanhado de recursos humanos e financeiros suficientes para atender as demandas e oportunidades para essa atividade nos projetos de assentamento na Amazônia.

No entanto, tal supervisão se resumiu a “verificação ao respeito das normas”, e a submissão de algumas atividades à aprovação do órgão. Não existiam estruturas de diálogo nos processos, como no caso ribeirinho, como podemos observar nos fluxogramas do

⁸⁴ No sentido oposto, por exemplo, Ronaldo Santos (INCRA) destacou em sua entrevista que a entrada de novos servidores no INCRA do Amazonas foi um fator que ajudou a estruturar o Serviço de Meio Ambiente no órgão: “a pressão externa foi importante, mas havia uma sensibilidade dos técnicos do INCRA com essa questão [...] especialmente da turma que [...] entra em 2004, é um pessoal que estava se formando no início dos anos 2000. É inegável que eles tinham impacto do mundo e do Brasil, [...] das questões socioambientais na sua formação. A sensibilidade deles, frente a essas questões que a gente está discutindo, era outra com relação ao pessoal que já estava na casa há 20, 30 anos”.

processo de aprovação do PMFS nos dois casos (anexos C e D; respectivamente). Em suma, a inexistência de estruturas de governança ajuda a explicar tanto a falta de efetividade das ações ambientais do INCRA, mesmo com uma conjuntura favorável à implementação de políticas ambientais, dentre as quais o MFCE; quanto os resultados negativos observados; além do baixo impacto das ações do PPCDAm em assentamentos, como relatado por um dos entrevistados (SANTOS, Ronaldo, 2016). Nesse sentido, também poderiam ser explicadas divergências institucionais com outras organizações do campo ambiental. Mesmo presente no município e trabalhando em outros assentamentos na região Amazônica, por exemplo, o IEB teve ressalvas em apoiar a implementação do MFCE no PA Pacιά (FRANCO, 2016): “o IEB não queria fazer o papel do Estado. Poderíamos ter feito o trabalho do INCRA, mas ficamos com medo de virar o ‘balcão dos assentados’ [...] Nos limitamos a fazer esse papel de mediação”.

Nesse contexto, assumimos que estabelecer um sistema de governança nesses territórios, configura-se uma tarefa difícil. Enquanto isso, espaços como os conselhos deliberativos das RESEX, que assumimos como possíveis UIGs do campo ambiental emergente; ou de “instrumentos de governança” do campo em análise, são apontados como meio para melhorar a implementação e efetividade das políticas ambientais, tais como o MFCE⁸⁵ (AMARAL NETO et. al, 2013; FATORELLI; MERTENS, 2010). Dado o caráter público que assumem as florestas e o meio ambiente, assegurados pela Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 225, entendemos que, a introdução de novas formas de governança florestal⁸⁶ seja possível apenas pela ação do Estado, corroborando a argumentação desenvolvida por Gueneau e Drigo (2013).

Para finalizar, e não obstante toda a argumentação desenvolvida nesse aparte, ressaltamos que apenas a existência (ou ausência), de estruturas de governança não explicaria completamente a diferença dos resultados entre os casos. Na prática, observamos tanto organizações de outras RESEX que tentam obter PMFS, sem sucesso; quanto iniciativas “exitosas”⁸⁷ em assentamentos. Nesse contexto, evidenciamos a importância da análise integral da ação: não apenas a situação e a relação entre campos, mas também o domínio e a

⁸⁵ Amaral Neto et al. (2013) chega a sugerir que a implementação do MFCE poderia ser um meio, em detrimento de um fim, da governança florestal.

⁸⁶ Destacamos aqui a distinção aqui entre “florestas” e “plantações florestais”, estas últimas como bens privados.

⁸⁷ Cabe ressaltar que “êxito” aqui refere-se à aprovação de PMFS.

mobilização dos recursos pelos atores. Para isso, a operacionalização do conceito da habilidade social (FLIGSTEIN, 2007) se mostrou fundamental, como argumentamos a seguir.

4.2. Análise da ação

4.2.1. “Capacidade organizacional” e mobilização de recursos

De acordo com a abordagem de CAEs, a mobilização de recursos é a forma na qual os atores, em posições desprivilegiadas do campo (desafiantes), teriam para garantir vantagem no campo. Tanto na prática quanto na teoria, no caso do MFCF, essa mobilização e, consequentemente grande parte do êxito das iniciativas é normalmente atribuída à “capacidade organizacional” das comunidades. Nos casos analisados isso não foi diferente, como observamos nos trechos apresentados a seguir, relacionados ao caso ribeirinho e dos assentados, respectivamente (ESPADA, 2016; IEB, 2011; grifos nossos):

[...] o primeiro contato que eu tive com a RESEX do Ituxi, **eu vi um grande potencial**. Fizemos uma oficina e **senti um tecido social fortalecido, preparado para uma discussão mais robusta para o MFCF**, e uma vontade de fazer as coisas funcionarem legalmente.

A **principal preocupação** do Setor de Meio Ambiente [do INCRA] é do bom manejo, ou seja, nenhum dos assentamentos conta com **assessoria técnica e política** capaz de fazer com que a coisa transcorra da melhor maneira. O que preocupa a superintendência, cuja tendência é somente implementar [PMFS] onde exista **densidade organizativa capaz de fazer a coisa acontecer**.

No primeiro trecho, destacado de uma entrevista do caso ribeirinho, vemos uma vinculação positiva entre o elemento “social” e o êxito do MFCF. Já no segundo, retirado da ata de uma reunião ocorrida no caso dos assentados, notamos uma insegurança em relação ao processo, e a vinculação do sucesso da iniciativa com a “densidade organizativa”. Da mesma forma, também referenciado em outros termos, tal argumento é corroborado por outros estudos, que atribuem ao elemento da “capacidade organizacional” o êxito do MFCF⁸⁸. Assim, quanto ao processo não exitoso, a nossa segunda proposição era a de que ele não teria avançado principalmente devido a problemas de “organização social” dos assentados. Os recursos necessários para a aprovação de um PMFS, como observamos, se mostraram

⁸⁸ Destacamos aqui apenas alguns, como exemplo: “capacidade organizacional” (HAJJAR et al., 2011; AMARAL NETO et al., 2013); “capital humano” e “capital social” (WHALDOFF; VIDAL, 2015); “organização social” (AMARAL; AMARAL NETO, 2005); “capacidade de organização local” (PAGDEE, KIM, DAUGHERTY, 2006); “capacidade comunitária” (PACHECO, P., 2012).

similares aos do caso ribeirinho, com exceção deste. Questionamos, então, aqui, o que estaria por trás desse elemento “organizacional”.

Parece existir uma espécie de “mito” envolvendo o conceito da “capacidade organizacional” para o MFCF, que se revela na fala de Bernardo (2010), reproduzida mais adiante. Refletindo sobre a atuação do Estado, em um evento organizado pelo IEB, ela tratou sobre a atuação de servidores públicos sem respaldo institucional do Estado. Na ocasião, apesar da referência específica ao episódio do conflito em Lábrea, após a Operação Matrinxã, entendemos que a reflexão valha também para a organização social das comunidades, no caso do MFCF. Como colocou a socióloga, na ocasião (BERNARDO, 2010):

É muito perceptível que os que estão na ponta do processo são responsabilizados de maneira individualizada ou em grupo pelo esgarçamento da ação do Estado em instâncias superiores. São cobrados por estruturas que não existem, por coerências desfeitas entre o discurso e prática, governo após governo; pela distância entre a universalidade das leis e normas e a falta de igualdade e a impunidade no seu cumprimento.

Foi nesse sentido, que consideramos primeiramente, a existência (ou não) de estruturas de governança, como elemento objetivo que influenciou na “capacidade organizacional” das comunidades. Especialmente para o MFCF, por ser uma estratégia externa às comunidades⁸⁹, e por possibilitarem a coordenação entre os atores e seus respectivos interesses. Contudo, acreditamos também que a organização das comunidades dependa de outro elemento: a capacidade de mobilização de recursos, influenciada pela existência de atores socialmente hábeis (FLIGSTEIN, 2007).

4.1.2. Caso ribeirinho

Como já colocamos, a análise de recursos que realizamos no capítulo anterior, serviu para estabelecer os parâmetros iniciais de comparação entre os casos. Nela, identificamos os recursos importantes, considerando aqueles necessários para a obtenção de um PMFS. De caráter mais objetivista, no entanto, acreditamos que essa análise, tenha se mostrado incompleta sem conseguir abranger a totalidade dos recursos importantes para a ação. Assim, quando definimos que o campo em estudo trata-se do sub-campo da produção madeireira em Lábrea, e como tal, parte de um campo econômico em transformação,

⁸⁹ A característica externa do manejo pode ser evidenciada na fala de um dos ribeirinhos entrevistados: “Quando **‘chegou o manejo’**, conta, ele e seu primo Ezequias continuaram a trabalhar com a madeira” (MACIEL, Edmilson, 2016; grifos nossos).

influenciado por um campo ambiental emergente, identificamos adicionalmente, além do capital e recursos materiais, associados à produção madeireira; aqueles simbólicos, associado à questão ambiental, como importantes para uma análise integral.

Dessa forma, apontamos que, inicialmente, o domínio dos recursos materiais era exclusivo daqueles atores que controlavam a matéria prima, os meios de produção e a comercialização dos produtos, representando, em seu conjunto, o capital econômico. Como colocamos, no entanto, essa distribuição de recursos parece não ter sido suficiente para alterar totalmente as relações de poder. Por um lado, o domínio do capital econômico, contrapunha padrões, regatões e políticos, associados ao poder local de Lábrea, na condição de incumbentes; àqueles que não o dominavam (ou dominavam parte dele), os ribeirinhos e assentados, enquanto desafiantes. Por outro, como procuramos demonstrar no capítulo 3, o domínio (ou não domínio) dos recursos materiais necessários para a obtenção de um PMFS era similar entre os casos, mas não garantiu os mesmos resultados na ação, sendo a mobilização dos recursos não dominados um diferencial entre os casos.

Essa mobilização e a utilização vantajosa dos recursos e regras, de acordo com Fligstein e McAdam (2010; p. 46), ocorre através da habilidade social, a capacidade “de induzir cooperação por meio da criação de significados compartilhados e identidades coletivas (quadros)”, que pode também ser entendida como um recurso (DENIER, 2010; FLIGSTEIN, 2007). Nesse sentido, a presença de atores chamados de “lideranças”, fato ocorrido apenas no caso ribeirinho, foi o que nos guiou primeiramente para a identificação de atores socialmente hábeis. Esse termo foi associado a cargos de responsabilidades, e o diferenciamos dos atores socialmente hábeis a partir de suas estratégias. Assim, identificamos a presença desses atores apenas no caso ribeirinho, e em pelo menos três situações.

O primeiro ator que identificamos como socialmente hábil, foi o pastor que organizou os ribeirinhos em comunidades, fundou a associação e iniciou os processos de criação da RESEX e de obtenção dos PMFS. Pudemos observar sua atuação de forma mais evidente na ocasião da criação das RESEX, pois o início da situação de crise do campo econômico, através do questionamento das concepções de controle e da desestabilização das relações, imprimiu uma dinâmica favorável ao reposicionamento dos atores.

Como destaca Fligstein (2007), os desafiantes devem ser capazes de convencer e orientar a ação dos atores para estabelecer a sua visão, através do recurso da habilidade social. Como ator socialmente hábil, ele foi responsável por convencer as comunidades do

Ituxi a criar uma RESEX, quando aquelas se encontravam divididas devido às relações que ainda mantinham, e o discurso dos incumbentes, como apontado por Aleixo (2011a; p. 38):

[...] houve muita dificuldade em convencer a todos, o que criou, inclusive, uma divisão no Ituxi naquele momento. Sob o argumento de que ‘as reservas travam o desenvolvimento do município’, políticos, patrões, fazendeiros e grileiros de Lábrea formaram uma aliança contra a RESEX [...] influenciaram muita gente com inverdades.

Identificamos também a presença de um ator socialmente hábil na esfera governamental. Um dos elementos que nos chamou a atenção foi o fato de que o primeiro pedido para a criação da RESEX datava do ano 2000, mas a reivindicação ganhou força apenas em 2005, conforme relatado por um dos entrevistados (SANTOS, Jerfferson, 2016). Esse foi o ano de articulação para a criação da ALAP na região que se inseria Lábrea; mas também o ano da chegada de um novo servidor ao IBAMA em Manaus, que impulsionou a criação da RESEX. Posteriormente, em 2010, tendo a situação da Operação Matrinxã como choque exógeno, este mesmo servidor ajudou a encaminhar o processo de PMFS dos ribeirinhos. A emergência da situação, relatada por ele, fez com que o ICMBio o designasse criteriosamente para o cargo de gestor da RESEX (PACHECO, 2016):

Tinha [...] um ruído muito grande na relação do ICMBio com outros atores. O ICMBio precisava de alguém que tivesse uma capacidade de lidar com essa situação, de uma forma um pouco mais diplomática. Aí eu fui convidado para ser chefe de lá e fui.

Nessa função, ele arquitetou uma estratégia distinta da utilizada anteriormente para a elaboração de PMFS na RESEX. Ao perceber que o significado dado pelos ribeirinhos à obtenção de um PMFS era apenas o de legalização da produção madeireira, em detrimento de uma formulação mais ampla concebida pelo conceito de MFCF, ele apostou na formação e capacitação dos ribeirinhos, num processo mais demorado do que o esperado. Ele conseguiu agregar à iniciativa parceiros com conhecimento sobre MFCF, e ao mesmo tempo melhorar o fluxo de comunicação entre ribeirinhos e ICMBio, como nos contou em sua entrevista (PACHECO, 2016):

Quando eu cheguei lá eu percebi que as pessoas não tinham muita ideia do que era o manejo florestal. [...] Aí eu me assustei. E ao mesmo tempo tinha uma cobrança muito grande [...] Aí eu falei ‘se vocês querem fazer a coisa rodar do jeito que está lá, não contem comigo!’. Até aquele momento a gente tinha pouquíssimas iniciativas com manejo florestal em RESEX. [...] era um momento muito precioso, a gente não podia desperdiçar aquilo porque o governo tinha que dar uma resposta rápida [...] Eu coloquei isso, e falei ‘ó, vou pra lá, faço a coisa rodar, mas eu quero fazer da minha forma’.

Por fim, identificamos em um político local o terceiro ator social hábil atuando no caso ribeirinho, mas de forma contrária ao processo, da mesma forma que atuara na criação da RESEX. Através de seu programa em uma rádio local⁹⁰, ele foi o principal mobilizador da manifestação contra o ICMBio, e se elegeu vereador mais tarde naquele mesmo ano. Como relata um dos entrevistados (FRANCO, 2016): “[...] ele é um orador muito bom, e como os moveleiros não tinham uma liderança pra falar na frente, ele se intitulou seu representante”.

Quando comparamos o caso ribeirinho com o dos assentados, por sua vez, o fato de não observarmos a atuação de atores socialmente hábeis poderia ser explicado pela ausência do recurso da habilidade social, dado que a conjuntura era favorável à obtenção do PMFS. No entanto, outra explicação poderia ser a atuação de atores socialmente hábeis operacionalizando o quadro dominante, dos incumbentes do campo, contrários à legalização da atividade madeireira. Acreditamos que a segunda proposição seja a mais provável, e amparamos esse argumento em dois fatores: na inexistência de estruturas de governança; e pela natureza dos conflitos que observamos neste caso, como detalhamos a seguir.

4.1.3. Caso dos assentados

Tanto o caso ribeirinho quanto o dos assentados apresentaram conflitos e disputas internas, mas assumimos que a sua natureza foi distinta. No primeiro, tratava-se de dois grupos disputando pela posição de liderança do processo, e os conflitos existentes foram encaminhados principalmente através do Conselho Deliberativo da RESEX, proporcionando as condições objetivas favoráveis à “organização social” para a obtenção do PMFS.

Já no caso dos assentados, entendemos que a disputa representou um confronto entre quadros, e o espaço que estes dispunham para discussão, se resumiu às reuniões da associação, que, por sua vez, tinha sua legitimidade questionada⁹¹. Acreditamos que a inexistência de estruturas de governança neste caso, teria deixado os assentados mais suscetíveis à influência de redes locais, ligadas à produção ilegal de madeira. Estas, muito

⁹⁰ O programa era o “Meio Ambiente em Ação”, que foi fechado na época do conflito, apresentado por Sebastião Braga.

⁹¹ Ressaltamos aqui, que os elementos que conferem “legitimidade” em um campo podem não ser os mesmos para outro campo. Sendo assim, a “legitimidade” de que tratamos aqui, refere-se àquela associada ao sub-campo da produção de madeira em Lábrea, influenciada pelo campo ambiental, dado que analisamos a ação, ou seja, a obtenção de um PMFS. Em nenhum momento nas entrevistas, por exemplo, a diretoria da associação Terra Jubilar foi questionada sobre sua integridade na distribuição dos benefícios do INCRA, ou ao andamento de outros projetos relacionados ao assentamento.

ativas, como nos contou o atual gestor da RESEX, quando chegamos em Lábrea para iniciar a coleta de dados (ANDRADE, 2016a):

[Joedson] contou sobre uma fiscalização de madeira que fizeram no começo do ano, quando os vereadores [...] foram até o ICMBio com os autuados pedir explicações, pois ‘os autuados sobreviviam disso’. Ele ‘falou francamente’ com os vereadores. Lembrou que antigamente o discurso era de que as reservas atrapalhavam o desenvolvimento do município, mas que atualmente tem pessoas já trabalhando com madeira manejada e serrarias legalizadas, que quando houver a fiscalização não terão problemas. Incentivou os vereadores a correrem atrás de ajudar nesse sentido, ao invés de desconstruir toda a ação em torno da legalização com a justificativa de que esse é o ganha-pão dos seus eleitores. Depois disso, houve ainda uma reunião na câmara, onde ele expôs os mesmo argumentos, reiterando uma vez mais que os políticos deveriam trabalhar no sentido oposto ao que vinham fazendo.

Nesse sentido, outros estudos também destacam a influência das redes de atores envolvidos na produção ilegal (MEDINA, POKORNY; CAMPBELL, 2009) como um desafio ao MFCF. Amparamos essa interpretação também, tanto no questionamento da legitimidade da associação em liderar o processo; quanto na presença de um sentimento de desconfiança generalizado neste caso. Todos os entrevistados trouxeram à tona o conflito interno existente, ora atribuindo causas políticas, como a interferência de vereadores na ação; ora devido a interesses pessoais, questionando a contradição entre motivações particulares por trás da obtenção de um PMFS, e o discurso do bem coletivo, como destacamos abaixo.

[Heraldo] disse que o assentamento está dividido entre as linhas, uma parte das famílias apoia a associação nova⁹² [...] e outra a associação Terra Jubilar. Eles entraram em contato com o INCRA e eles disseram que a associação que consideravam legítima era a deles, pois foi criada junto com o assentamento. Estavam realizando reuniões a cada quinze dias pela associação, mas acharam que era muito e acharam melhor fazer uma vez por mês (ANDRADE, 2016b)

[Francisco] disse que [os demais] não o apoiam [com o PMFS] porque ou [trabalham com outros produtos, como gado], [ou moram na cidade]. Avaliou que existe um conflito de ideias entre as associações, motivado por ação política, pois [um grupo apoia] o atual presidente da câmara (ANDRADE, 2016c).

Essa situação não é diferente de outros assentamentos na região. Como apontou um dos entrevistados, eles costumam ser alvo da “pressão”, “cobiça” e “aliciamento” de

⁹² Uma nova associação foi formada em 2016 pelo ex-presidente da Associação Terra Jubilar, com a justificativa de que a presença de associados não cadastrados pelo INCRA dificultava as ações do assentamento.

atores externos, tanto para a produção de madeira legal quanto ilegal (AMARAL NETO, 2016). Na primeira situação, dado que muitas vezes são as únicas áreas com floresta disponível para a elaboração de um PMFS, pois tem a sua situação fundiária definida (AMARAL NETO et al., 2013). Na segunda, situação ocorrida em Lábrea, pelo fato de quase 80% do território do município consistir em áreas protegidas (TIs e UCs)⁹³, onde existe um controle maior pelo Estado, excluindo-se os assentamentos.

Como apontou um dos assentados, elucidando o fato (ALBUQUERQUE, Nivaldo, 2016): “acho que a Reserva não é boa porque fora dela eu sou liberto. É boa porque preserva, mas tem pessoas que faz o que não deve”. De forma contrária, a maior parte dos ribeirinhos acredita que depois da criação da RESEX a sua vida melhorou. Nesse sentido, não podemos ignorar os aspectos simbólicos envolvidos, e, a seguir, tentamos apontar alguns dos elementos identificados, incorporando na análise a dimensão simbólica da ação.

4.1.3. Recursos simbólicos e quadros

Os bens simbólicos são baseados no conhecimento e reconhecimento, como a imagem de uma marca (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Se por um lado os ribeirinhos traziam um capital simbólico histórico associado ao campo ambiental emergente, de conservação da floresta; no caso dos assentados, ele era distinto e negativo, associado ao desmatamento. Assim, no primeiro caso, entendemos também que tal capital foi um facilitador para a ação dos atores socialmente hábeis, como percebemos na fala do Pastor que liderou a demanda pela RESEX e iniciou os processos de MFCF (SOUZA, Antonio Vasconcelos de; in: ALEIXO, 2011; grifos nosso):

Nós somos **população ribeirinha**, essa floresta é nossa, é de onde nós tiramos nosso sustento, queremos nossa RESEX, porque **ela é tudo pra nós**. Vai nos trazer **paz**, vai nos trazer **dignidade** e vai nos trazer **sossego** e vai **proteger o meio ambiente** [...].

Pela abordagem de CAEs, explicamos a utilização desse capital como um recurso simbólico, através do conceito de quadro (GOFFMAN, 1974), “uma série de conceitos e perspectivas teóricas” (FLIGSTEIN, 2013) operacionalizadas por aqueles atores, para organizar a experiência e guiar a ação dos indivíduos. Assim, mesmo antes de entender completamente o que implicava a legalização da produção de madeira, ou de que se tratava o

⁹³ A área total do município é de 68.229 km². As Tis somam um território de aproximadamente 14.606 km², e as UCs 36.416 km² (BRASIL, 2009c).

“manejo” que reivindicavam, os ribeirinhos tinham em sua demanda um quadro alternativo ao dos incumbentes, o de conservação da floresta; e o associavam ao seu papel de desafiantes e à sua identidade, enquanto seus “guardiões”. Não à toa muitos ribeirinhos se desiludiram ao se deparar com a realidade do MFCF, os seus desafios e contradições.

No caso dos assentados, devemos fazer um último esclarecimento. É comum que o fracasso de muitos projetos coletivos em PAs seja atribuído à contradições existentes, seja entre a característica individual dos lotes e sua relação com o desmatamento; seja entre o uso coletivo e uma cultura “individualista” dos seus beneficiários. Mitidiero Junior (2011; p. 8), por exemplo, concebe esse fato como uma “supremacia da utopia espacial frente às utopias sociais”, como por exemplo, a imposição da estrutura de agrovilas e incentivo à produção de forma coletiva, para grupos sociais caracterizados como “pequenos agricultores”. Em sua entrevista, o servidor do INCRA entrevistado também expôs suas preocupações nesse sentido (SANTOS, Ronaldo, 2016):

[...] no mundo dos sonhos o PAF, ele é muito legal. Só que [...] ao mesmo tempo [...] como não é uma área de - entre aspas - não é de ninguém especificamente, e é de todo mundo [...] a gente faz uma analogia com [...] aquele ditado popular que fala que cachorro que tem muito dono no final passa fome. [...] O que eu quero dizer com isso? Comparando com [...] os lotes individuais [...] em tese eles vão cuidar da área. Tô pensando em desmatamento e retirada ilegal de madeira. No coletivo não. [...] tô levantando uma hipótese aqui, posso tá errado... [...] Hoje eu tô no estado da dúvida.

No entanto, o PA Pacιά possui características que o distingue da realidade da maioria dos PAs. Como afirmaram alguns entrevistados, eles são “ribeirinhos”, ou pessoas da cidade, que mantêm seus lotes para “veraneio”. Seria, assim, difícil atribuir aos seus assentados uma categoria social tal como a de “agricultores familiares” ou de “pequenos produtores rurais” assemelhando-os culturalmente aos assentados de outros PAs. Isso poderia explicar, como, por exemplo, mesmo depois de quase 20 anos de sua criação, o assentamento ainda conservar grande parte de sua estrutura florestal⁹⁴, e, apesar da rotatividade dos beneficiários, existem sistemas agroflorestais implantados em vários lotes, como nos relatou o atual presidente da associação Terra Jubilar (ALBUQUERQUE, 2016):

Por isso estou no [km] ‘26’ hoje em dia: meu ‘lugar’ ia ficar dentro da terra indígena [...] tinha muita coisa plantada: 7.500 pés de planta [...]

⁹⁴ Mas não somente. Outro fato pode ser a dificuldade no acesso, devido às más condições da Transamazônica, causando um efeito de retardar as frentes de expansão do desmatamento, vindas do Estado de Rondônia.

Passei sete anos indo lá quebrar castanha, mas no final minha área não ficou dentro da terra indígena. [...] No assentamento eu limpei meu lote para plantar o açaí, mas o IDAM nunca chegou com as mudas.

Reconhecemos, assim, a possibilidade de uma proximidade cultural entre assentados e ribeirinhos da RESEX do Rio Ituxi, e, por essa razão, entendemos que os elementos que trouxemos com o conceito de campo apontaram para uma direção promissora na explicação sobre os resultados do processo, em detrimento de influências culturais dos grupos em análise. Para qualquer afirmação nesse sentido, contudo, seria necessário um estudo com mais detalhes sobre o tema, englobando tanto a constituição do assentamento, quanto sua dinâmica e transformação. Embora esta seja uma tarefa a qual não nos propusemos aqui, recomendamos como desdobramento dos resultados apresentados.

4.1.4. Parcerias para o MFCF

Hoje eu sou consciente disso [...] Através da organização fica bem mais fácil conseguir as parcerias. As entidades quando veem que você está organizado em grupo, a própria política, eles tem mais interesse. (LIMA, Manoel, 2015).

Se normalmente a “organização” das comunidades é tida como condição para a mobilização dos recursos necessários ao MFCF, como observamos na fala acima; essa ação, no MFCF, por sua vez, normalmente ocorre a partir da formação de parcerias. Nesse sentido, vários estudos tratam sobre a importância das “redes” e “parcerias” para o sucesso das iniciativas (ESPADA; SOBRINHO, 2015; ROS-TONEN et al., 2008; VISSEREN-HAMAKERS; GLASBERGEN, 2007). Assim, uma última reflexão que trazemos é que a importância das parcerias para o MFCF não está desconectada de suas origens, como pode parecer em alguns trabalhos empíricos. Como colocou um dos entrevistados (AMARAL NETO, 2016): “é impossível, hoje, uma comunidade sozinha fazer manejo florestal. Ela, no mínimo, vai precisar de um engenheiro florestal”⁹⁵.

Argumentamos que esse fato se relaciona diretamente com as origens do manejo florestal e a posição dos atores com os quais estamos tratando: as comunidades e grupos familiares. Como conceito criado no campo acadêmico, as regras estabelecidas para o manejo florestal e os recursos necessários para a sua execução pertencem a esse campo, da

⁹⁵ Atualmente, a experiência de MFCF desenvolvida na Floresta Nacional do Tapajós, em Santarém (PA), a mais antiga do Brasil, é a única que atualmente possui pessoas das próprias comunidades que se formaram como engenheiros florestais, atuando na iniciativa.

racionalidade científica, distante da produção madeireira em Lábrea, e, portanto desses grupos. Imbuídos em uma ação com uma racionalidade contrastante com a sua, e destituídos, dos recursos necessários à sua execução, a mobilização de parcerias por esses atores não é apenas “importante”, mas sim fundamental⁹⁶. A atuação de organizações provenientes do campo ambiental, assim, poderia ser vista como uma “ponte” entre os campos, e a sua construção seria também facilitada pelas estruturas de governança existentes.

Nesse sentido, trazemos aqui uma última reflexão: a ideia da atuação do IEB, enquanto ONG pertencente ao campo ambiental, e coordenadora do GT Madeira, como um ator social hábil, mas coletivo. Entendemos que foi a dinâmica que a organização imprimiu ao GT, que permitiu a “sinergia” de atores com interesses aparentemente contrastantes, como apontou um dos entrevistados (ALEIXO, 2016): “o trabalho da gente [...] era fazer ver [...] que a sinergia entre eles era muito mais proveitosa do que o conflito [...]”. Outro colaborador da ONG enxergou tanto a estratégia da organização como a sua posição, como importantes para a sua atuação (FRANCO, 2016):

[...] o nosso papel declarado era ser mediador de processos. [...] tínhamos uma visão do todo, o que ajudava o GT a ter essa mesma visão. [...] A tendência é esses grupos não dialogarem [...] Quem chamaria o [ator] que fazia polêmica? A gente chamou. Não era pra confrontar, era pra ver se tinha um caminho de diálogo [...] Tínhamos contatos pra resolver burocracias também.

A mobilização das redes no âmbito do GT Madeira foi importante no caso ribeirinho; não ocorreu no caso dos assentados; e parece ter sido essencial no caso dos moveleiros, não analisado aqui, como relatou um dos moveleiros, que tentava trabalhar de forma legalizada há quase dez anos, quando foi contemplado com um PMFS em 2014 (LIMA, Manoel, 2016):

Você mesmo sabe que se não fosse a organização e o apoio de vocês [IEB], nós jamais teríamos conseguido aquela área pro plano de manejo. [...] Eu liguei pro IPAAM trinte e três vezes durante um mês. [...] Eles colocaram no ‘data show’ uma transparência algo muito comum, muito simples, muito fácil. Eu lá atrás ouvindo aquilo, foi me atravessando aquela ansiedade de falar. Eu disse ‘vocês sabem que isso que vocês estão colocando aí não é tão fácil, nem tão transparente’ [...] No outro dia elas vieram aqui [...] resolveram ser minhas parceiras. [...] Com dois anos eu consegui. [...] Depois que

⁹⁶ Assim, em detrimento de apenas constatar a importância das parcerias para o MFCF, sugerimos ser importante também entender a gênese do conceito. Isso significaria estabelecer uma relação entre a distância do campo acadêmico e o campo ambiental, e a influencia disso na implementação do MFCF.

consegui recebi uma carta com um tipo de agradecimento por ter sido perseverante, cumprido as exigências e limpando o nome [...]” (LIMA, Manoel, 2016).

Ao estabelecer relações com o ICMBio, os ribeirinhos podiam contar com as relações e quadros operantes no campo ambiental por ele adotado. Os pequenos moveleiros e serradores, por sua vez se beneficiaram das redes e contatos trazidos pelas articulações do IEB, enquanto ator socialmente hábil, no âmbito do GT Madeira. Já o processo dos assentados, como colocamos, parece ter sido influenciado pelas relações locais. A alta rotatividade dos assentados, e a manutenção da extração ilegal de madeira, envolvendo a associação, gerou um ambiente de desconfiança, entre assentados, e com o INCRA.

Devido a limitações de tempo, não conseguimos desenvolver um estudo de redes no presente estudo, mas acreditamos que uma análise desse tipo seria de grande utilidade para corroborar nossos resultados. Complementarmente, sugerimos também que para entender os elementos que influenciam o êxito ou fracasso, de forma geral, na implementação do MFCF atualmente, o entendimento da gênese e das disputadas travadas para a formulação do seu conceito, em detrimento de apenas constatar a importância das parcerias para o MFCF, poderia também ser de grande utilidade.

Considerações finais

Ao idealizar o presente estudo propusemo-nos uma tarefa ambiciosa: compreender os elementos que influenciaram os resultados do processo de obtenção de PMFS por duas associações comunitárias, a partir de uma perspectiva de campo. Mesmo sabendo que perderíamos em profundidade, diante da grande quantidade de dados e do curto tempo que dispúnhamos, optamos pela elaboração de um estudo exploratório. Não nos arrependemos, pois, tendo a abordagem de Campos de Ação Estratégica (CAEs) como ferramenta teórica, acreditamos ter avançado na elaboração de sentido e refletir sobre os processos analisados.

Pela operacionalização da abordagem, entendemos que o campo da produção de madeira em Lábrea refere-se a um subcampo de um campo econômico em transformação, a partir de uma crise advinda da emergência de um campo ambiental. Essa foi a leitura que nos ajudou a compreender as bases na qual se deu a ação, e identificar os elementos nem sempre evidentes por detrás dela. Argumentamos, nesse sentido, que nascido no berço racional do campo científico, o manejo florestal sustentável foi incorporado pelo Estado como

uma estratégia de conservação florestal, nesse contexto de transformações do campo em questão.

Influenciado pela relação entre campos, seus efeitos se fizeram sentir na produção madeireira em Lábrea, primeiramente com uma transformação no sistema de produção; posteriormente com a desestabilização das relações de poder local, possibilitando uma ofensiva dos atores desafiantes, com a criação de duas Reservas Extrativistas (RESEX). Em um segundo momento, como município central na questão do desmatamento na região Amazônica, este sub-campo se encontrou novamente exposto aos efeitos dos dois primeiros. Nessa ocasião, no entanto, entendemos que foi a presença do Estado no município que possibilitou a ação da busca pela legalização da produção pelas associações.

O estudo nos permitiu avaliar algumas proposições iniciais sobre os elementos que teriam influenciado os resultados observados nos dois processos contrastantes de obtenção de PMFS no município de Lábrea: o caso ribeirinho, exitoso; e o caso dos assentados, não exitoso. Entendemos, assim, que a influência do papel do Estado sobre os processos analisados se deu menos pela implementação de uma política pública específica, o PPCDAm, e na constituição de um espaço com o objetivo de regularizar a produção madeireira no município; do que pelo papel por ele desempenhado através das estruturas de governança.

Complementarmente, problematizamos a importância da “capacidade organizacional” das comunidades, e a proposição trazida tanto do senso comum quanto da literatura científica, de que ela influenciaria diretamente os resultados da ação no MFCF. Nesse sentido, e para fins de comparação entre os casos, realizamos uma análise de recursos, e identificamos uma equivalência de posição, dado que, tanto os recursos dominados quanto os ausentes, eram semelhantes. Os resultados nos sugeriram, corroborando a proposição inicial, que a diferença fundamental entre os casos foi a capacidade organizacional” para mobilização dos recursos não dominados. Mas o que estaria por trás desse termo?

Foi também através da operacionalização da abordagem dos “Campos de Ação Estratégica” (CAEs) (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) que relacionamos a “capacidade organizacional” à mobilização dos recursos, através do conceito de habilidade social. Ao comparar os casos, identificamos a atuação de atores socialmente hábeis no caso ribeirinho, mobilizando os recursos não dominados; o que não observamos no caso dos assentados. Inferimos que esse fato poderia ser tanto devido à ausência da habilidade social, quanto pela maior influência das redes locais neste caso, em relação aos ribeirinhos.

Em suma, argumentamos que os processos foram influenciados por três elementos principais: a presença de unidades internas de governança (UIG); de atores socialmente hábeis; e as redes. O primeiro, presente apenas no caso ribeirinho, como elemento advindo de um campo ambiental emergente, que também forneceu os quadros ligados à conservação, operacionalizados por atores socialmente hábeis. De forma oposta, a ausência de uma UIG no caso dos assentados, pode ter sido o elemento que deixou a iniciativa vulnerável à atuação de atores socialmente hábeis, para a operacionalização de quadros contrários a legalização da produção madeireira. Além disso, defendemos aqui que a abordagem de CAEs não apenas demonstrou a sua utilidade para a análise do tema, mas também nos possibilitou um olhar integrado sobre temas discutidos muitas vezes de forma desconectada nos estudos sobre MFCF, como governança e redes.

Dentre as limitações da pesquisa, contudo, evidenciamos principalmente as metodológicas, devido a fragilidade do assunto em questão; e à dificuldade de acesso a informação em um dos casos, devido à nossa posição e inserção anterior a realização do estudo. Nesse sentido, poderia ser interessante um aprofundamento dos aspectos simbólicos e subjetivos da ação. Além disso, dado o caráter exploratório, algumas questões permanecem e outras, surgidas a partir das reflexões elaboradas, não foram analisadas.

Sugerimos assim, à guisa de conclusão, que aprofundar o entendimento sobre a gênese do manejo florestal, relacionando-os aos desafios encontrados pelas associações; analisar a trajetória dos órgãos governamentais; e uma análise de redes; como propostas para futuras pesquisas. Estudos nessa direção seriam de grande valor para ampliar o olhar sobre um tema tão dominado pela técnica e análises racionalistas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Nivaldo Oliveira de. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Casa do entrevistado, Lábrea, Amazonas. 21 de julho de 2016. 1 arquivo .doc. 2p. (80 min.).
- ALEIXO, J. (org.) 2011a. **Memorial da luta pela Reserva Extrativista do Ituxi em Lábrea-AM**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2011a. 82 p.
- _____. (org.) 2011b. **Memorial da luta pela Reserva Extrativista do Médio Purus em Lábrea-AM**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2011b. 94 p.
- ALEIXO, Josinaldo. 2016. Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade. Hotel Oasis, Porto Velho, Rondônia. 11 de julho de 2016. 2 arquivos .3gpp (105 min.).
- ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A. J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. 2016. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. 93p.
- ALLEGRETTI, M. H. 2002. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado). Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília - UnB, 2002.
- _____. 2008. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 18, 2008. 39-59.
- AMARAL NETO, Manuel. 2016. Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade. Sede do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Belém, Pará. 04 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (135min).
- AMARAL NETO, M.; AMARAL, P.; FERNANDES, K.; ARMSTRONG, G. 2008. A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: oportunidades e limites. In: BENSUSAN, N.; ARMSTRONG, G. **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo**. Brasília: Alfa, 2008. p. 309.
- AMARAL NETO, M.; AMARAL, P.; MIRANDA, K.; CARNEIRO, M. S. 2013. O Manejo em Florestas Comunitárias na Amazônia Brasileira. In: CARNEIRO, M. S.; AMARAL NETO, M.; CASTRO, E. M. R. **Sociedade, florestas e sustentabilidade**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB; NAEA, 2013. Cap. 2, p. 43-57.
- AMARAL NETO, M.; CARNEIRO, M. S.; MIRANDA, K. F. 2011. **Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2011. 96 p.
- AMARAL, P., AMARAL NETO, M. 2000. **Manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira: Situação Atual, Desafios e Perspectivas**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, 2000. 58 p.

ANDRADE, Roberta Amaral de. 2010. **Anotações de campo: primeiros contatos com a questão madeireira em Lábrea**. Lábrea, Amazonas: 09 de novembro de 2010. 1 arquivo .doc. 3p.

_____. 2016a. **Diário de campo. Lábrea, Amazonas: 14 de julho de 2016**. 1 arquivo .doc. 1p.

_____. 2016b. **Diário de campo. Lábrea, Amazonas: 26 de julho de 2016**. 1 arquivo .doc. 1p.

_____. 2016c. **Diário de campo. Lábrea, Amazonas: 25 de julho de 2016**. 1 arquivo .doc. 2p.

ARTS, B. 2012. Forests policy analysis and theory use: overview and trends. **Forest Policy and Economics**, 16, 2012. 7-13.

ARTS, B.; BUIZER, M. 2009. Forests, discourses, institutions: A discursive-institutional analysis of global forest governance. **Forest Policy and Economics**, 11, 2009. 340-347.

ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. 2005. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, 45, n. 2, 2005. 52-73.

BABILI, I. H. MTALO, E.; KAJEMBE, G. C.; VAN DER WAL, H. 2015. Institutional change and institutional performance under decentralized forest management in Babati District, Tanzania. **Small-scale Forestry**, 14, 2015. 381-400.

BACCHIEGGA, F.; FERREIRA, L. C. 2014. Uma análise das aproximações e distanciamentos epistemológicos das noções de campo em P. Bourdieu e de arena em E. Ostrom. **Diálogos (Maringá. Online)**, 18, 2004, supl. espec., 49-66.

BAVISKAR, A. 2001. Forest management as political practice: Indian experiences with the accommodation of multiple interests. **International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology**, 1, n. 3-4, 2001. 243-263.

BERNARDO, Maristela. 2010. Palestra proferida no Seminário sobre o Desafio da Gestão Participativa na Implementação de Unidades de Conservação na Área de Influência da BR 319. Versão modificada e ampliada. Humaitá, Amazonas: 17 de março de 2010. Realização: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Apoio: Fundação Moore.

BERTAUX, D. 1980. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, 69, 1980. 198-225.

BONIKOWSKI, B. 2015. The promise of Bourdieusian political sociology. **Theory and Society**, v. 44, n. 4, p. 385-391.

BOURDIEU, P. 1984. **Distinction: a critique of the judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984. 613 p.

_____. 1985. The social space and the genesis of groups. **Theory and Society**, 14, n. 6, 1985. 723-744.

_____. 1986. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. F. **Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

_____. 2003. Algumas propriedades do campo. In: **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim do século, p. 89-94, [1983]. 2003.

_____. 2005. O campo econômico. **Política & Sociedade**, 6, 2005. 15-57.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. 1999. **A profissão do socioólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. 1992. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992. 348 p.

BRASIL, Katia. 2010. Ação contra desmatamento gera ameaças no AM, 16 março de 2010. Disponível em: <<http://gvc.es.com.br/acao-contra-desmatamento-gera-ameacas-no-am?locale=pt-br>>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

BRASIL. 1965. **Lei nº 4.471, de 15 de setembro de 1965; revogada pela Lei nº 12.651, de 2012. Código Florestal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. 1981. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

_____. 1986. **Lei nº 7.511, de 07 de julho de 1986; revogada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7511.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. 1987. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987. Cria a modalidade Projeto de Assentamento Extrativista.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1987/portaria_incra_p627_300787.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. 1994. **Decreto nº 1.282, de 19 de outubro, de 1994; revogado pelo Decreto nº 5.975, de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1282.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. 1996. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Portaria nº 268 de 23 de outubro de 1996. Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista - PAE, em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao-->

/portarias/portarias-de-1996/portaria_incra_p268_231096.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. 1997. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental [...] listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.** Disponível em: <www.mma.gov.br/port/CONAMA/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. 1999a. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Portaria nº 477, de 4 de novembro de 1999. Cria a modalidade de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1999/portaria_incra_p477_041199.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. 1999b. Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF. **Portaria nº 88, de 6 de outubro de 1999. Proíbe a obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal [...].** Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsites/upload/25/Portaria%20MEPF%20n%C3%82%C2%BA%2088,%20de%20de%20outubro%20de%201999.doc>>. Acesso em: 28 abril 2016.

_____. 2000. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 24 de março de 2016.

_____. 2002. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 24 de março de 2016.

_____. 2003a. **Decreto s/nº, de 3 de Julho de 2003. Institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para os fins que especifica e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9922.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. 2003b. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Portaria nº 1.141, de 19 de dezembro de 2003. Cria a modalidade de assentamento Projeto de Assentamento Florestal – PAF e dá outras providências.** Disponível em: <<http://portal.imprensanacional.gov.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. 2004a. **Decreto s/nº, de 15 de março de 2004. Altera o Decreto s/nº, de 3 de julho de 2003, [...] e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10133.htm#art2>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. 2004b. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/167-instrucao-normativa-n-15-30032004>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. 2006a. **Decreto nº 5.975, 30 de novembro de 2006. Regulamenta artigos da lei nº 4.471/65, revoga o Decreto nº 1.282/1994 e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5975.htm#art32>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. 2006b. **Decreto s/nº, de 02 de janeiro de 2006. Estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da região de entorno da BR-319 no Amazonas [...].** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10748.htm>>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

_____. 2006c. **Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas [...]; institui [...] o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm#art3vi>. Acesso em: 24 de março de 2016.

_____. 2006d. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e dá outras providências.** Disponível em: <www.mma.gov.br/port/CONAMA/res/res06/res38706.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

_____. 2006e. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Instrução Normativa nº 05, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS nas florestas primitivas [...] o na Amazônia Legal [...].** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/in%20mma%2005-06.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

_____. 2006f. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Instrução Normativa nº 04, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável-APAT, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/in%20mma%2004-06.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2006.

_____. 2007a. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes [...]; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

_____. 2007b. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Portaria nº 28, de 24 de janeiro de 2007. Dispõe sobre os municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações**

prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/portaria_mma_n_28_de_24012008_municipal_prioritarios_para_o_controle_do_desmatamento_na_amaznia_138.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

_____. 2007c. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Instrução Normativa nº 02 de de 18 de setembro de 2007.** Publicada no D.O.U., de 20/09/2007, nº. 182, Seção I, páginas 102-104. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022007.pdf>>. Acesso em 11 de dezembro de 2016.

_____. 2008a. **Decreto s/nº, de 05 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Ituxi, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11613.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2015.

_____. 2008b. **Decreto s/nº, de 08 de maio de 2008. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Médio Purus, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11577.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

_____. 2009a. **Decreto nº 6.874, de 05 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm>. Acesso em: 24 de março de 2016.

_____. 2009b. **Decreto nº 7.008, de 12 de novembro de 2009. Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7008.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

_____. 2009c. **Operação Arco Verde. Caracterização dos 43 municípios prioritários e ações implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente no auxílio à prevenção e ao controle do desmatamento.** Ministério do Meio Ambiente - MMA. Brasília, p. 50.

_____. 2010a. Casa Civil da Presidência da República **Comitê Gestor Nacional da Operação Arco Verde. Relatório de situação - 2010.** Casa Civil da Presidência da República. Brasília-DF, p. 108.

_____. 2010b. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Instrução Normativa nº 061, de 07 de abril de 2010. Revogada pela Portaria INCRA/PINº 505, de 09 de agosto de 2010.** Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_n>

ormativa/IN_61_DT.PDF>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

_____. 2010c. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Instrução Normativa nº 065, de 27 de dezembro de 2010**. Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_65_manejo.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015.

_____. 2010d. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12188.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

_____. 2010e. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Portaria nº 113, de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/RESEX%20Rio%20Ituxi%20AM%20port%20113%20de%2004%2011%2010.pdf>>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

_____. 2011. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Instrução normativa nº 16, de 04 de agosto 2011**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in162011.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2015.

_____. 2012a. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Portaria nº 716, de 27 de novembro de 2012. Institui o "Programa Assentamentos Verdes"**. Disponível em: <<http://portal.imprensanacional.gov.br>>. Acesso em: 24 de março de 2016.

_____. 2012b. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...]; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

_____. 2013. **Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013. Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; [...] altera o Decreto no 5.289, de 29 de novembro de 2004, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7957.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. 2016. **Agrupamentos gerenciais de Unidades de Conservação Federais**. Documento técnico preliminar elaborado pela assessoria de gabinete da presidência do ICMBio. DT nº 2, versão 3. Maio, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/Documentos/ICMBio_UCs_Agrupam_doc_tecn_GabPres_DT_02_v3_2016mai.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

CACCIAMALLI, Thaia. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Shopping Conjunto Nacional, Brasília, DF. 11 de julho de 2016.

CARNEIRO, M. S. 2007. A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, 22, n. 3, 2007. 681-713.

CARRERO, G. C.; NOGUEIRA, O. L. M.; BARROS, H. H. D.; CENAMO, M. C.; SOARES, P. G.; PAVAN, M. N. 2013. **Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do Profloram**. Manaus: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM, 2013. 88 p.

CARVALHEIRO, K. O.; TRECCANI, G. D.; EHRINGHAUS, C.; VIEIRA, P. A.; OLIVEIRA, T. I.; GARANTIZADO, S. M. 2013. **Trilhas da regularização fundiária para Comunidades nas Florestas Amazônicas**. Brasília-DF: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB. Disponível em: <http://www.iieb.org.br/index.php/publicacoes/livros/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

COSTA, Francisco Laurindo da. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Casa do entrevistado, Lábrea, Amazonas. 25 de julho de 2016

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2010. Câmara dos Deputados. **Nota taquigráfica n°: 0510/10 da Audiência Pública realizado no dia 05 de maio de 2010**. Com redação final. 40p.

DE JONG, W.; ARTS, B.; KROTT, M. 2012. Political theory in forest policy science. **Forest Policy and Economics**, 16, 2012. 1-6.

DENIER, N. 2010. An Interview with Neil Fligstein. *McGill Sociological Review*, V. 1, janeiro de 2010, p. 59-65. Entrevista concedida a Nicole Denier. 2010.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. 1983. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, 48, n. 2, 1983. 147-160.

DUARTE, Antonio Monteiro. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT), Lábrea, Amazonas. 13 de julho de 2016. 1 arquivo .doc. 3p. (30min).

DUARTE, Francisco Monteiro. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT), Lábrea, Amazonas. 14 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (94 min.).

ESPADA, A. L. V.; SOBRINHO, M. V. 2015. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, 7, n. 4, 2015. 167-177.

ESPADA, Ana Luiza Violato. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Via Skype. 26 de julho de 2016. 1 arquivo .doc. 5p.

FATORELLI, L.; MERTENS, F. 2010. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, 13, n. 2, 2010. 401-415.

FERREIRA, H. D. S.; PEREIRA, H. D. S. 2011. Gestão ambiental pública no Brasil: políticas, instituições e modelos de gestão das unidades de conservação federais. **Somanlu**, 11, n. 1, 2011. 129-152.

FLIGSTEIN, N. 2007. Habilidade social e a teoria dos campos.. **Revista de Administração de Empresas**, 47, n. 2, 2007. 61-80.

_____. 2011. Understanding stability and change in fields. **Research on Organizational Behavior**, 29, n. 1, 2011. 39-51.

_____. 2013. **Understanding stability and change in fields**. Research in Organizational Behavior, v. 33, p. 39-51, 2013.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. 2011. Toward a general theory of strategic action fields. **Sociological Theory**, 29, n. 1, 2011. 1-26.

_____. 2012. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012. 238 p.

FRANCO, Marcelo Horta Messias. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Casa do entrevistado, Lábrea, Amazonas. 19 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (44 min.).

FRÉCHETTE, A.; LEWIS, N. 2011. Pushing the boundaries of conventional forest policy research: analyzing institutional change at multiple levels. **Forest Policy and Economics**, 13, 2011. 582-589.

FREITAS, E. L. 1994. Alguns aspectos da linguagem científica. **Sitientibus**, 12, 1994. 101-112.

FREITAS, Jeizel Lopes de. 2015. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Lábrea, Amazonas. 16 de julho de 2015. 1 arquivo .doc. 2p.

GIDDENS, A. 1979. **Central problems in social theory: Action, structure, and contradiction in social analysis**. Berkeley: University of California Press, 1979. 294 p.

_____. 1984. **The constitution of society: Outline of the theory of structuration**. Berkeley: University of California Press, 1984. 402 p.

GOFFMAN, E. 1963. **Stigma: Notes on the management of spoiled identity**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1963. 168 p.

_____. 1974. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974. 586 p.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. 1994. Competing paradigm in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: SAGE, 1994. p. 105-117.

GUENEAU, S.; DRIGO, I. G. 2013. Interações entre regulação pública e privada: a influência da certificação florestal privada sobre a renovação da ação pública na Amazônia brasileira. In: In: CARNEIRO, M. S.; AMARAL NETO, M.; CASTRO, E. M. R. **Sociedade, florestas e sustentabilidade**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB; NAEA, 2013. Cap. 1, p. 17-41.

HAJJAR, R.; McGRATH, D. G.; KOZAK, R. A.; INNES, J. L. 2011. Framming community forestry challenges in Brazilian Amazon. **Journal of Environmental Management**, 92, n. 9, 2011. 2159-2169.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. 2003. The three versions of neo-institutionalism. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 58, 2003. 193-223.

HIGUCHI, N. 2010. Perspectivas do manejo florestal sustentável para a Amazônia brasileira. **Hiléia - Revista do Direito Ambiental da Amazônia**, v. 5, n. 8, 2010.

HUMMEL, A. C. 2001. Normas de acesso ao recurso florestal na Amazônia: o caso do manejo florestal madeireiro. Dissertação (mestrado). **Universidade do Amazonas (UA). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)**, Manaus, 2001.

HUMMEL, A. C.; ALVES, M. V. da S.; PEREIRA, D.; VERÍSSIMO, A.; SANTOS, D. **A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados**. Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon. Belém, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/miolo_resexec_polo_03_95_1.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

HUMPHREYS, D. 1999. The evolving forests regime. **Global Environmental Change**, 9, n. 3, 1999. 251-254.

HUSAIN, Z. 2009. Commons and commoners: re-examining community in common pool resources. **Sustainable Development**, 17, n. 3, 2009. 142-154.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2014. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 29, 2014.

_____. 2016a. Brasil em síntese – território. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

_____. 2016b. Cidades. Amazonas, Lábrea. Síntese das informações. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1VAG>>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

_____. 2016c. Áreas Especiais. Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2011. **Ata da 2ª reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Rio Ituxi, realizada no dia 23 de julho de 2011.** Comunidade Floresta; RESEX do Rio Ituxi. Lábrea, Amazonas. 1 arquivo .pdf. 13p.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB. 2011. Sede do INCRA, Manaus, Amazonas. **Relatório de reunião com INCRA, realizada no dia 18 de novembro de 2011. Assunto: MFCF no PA Pacia.** 1 arquivo .doc. 4p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. 2001. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Pacia.** Lábrea, Amazonas. 2001. 120 p.

_____. 2010. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais – DTM. Sede do INCRA, Brasília, DF. **Memória da reunião realizada no dia 16 de setembro de 2010. Assunto: Manejo florestal em projetos de assentamento - OS /INCRA/P/Nº01 de 19/08/2010.** 1 arquivo .doc. 17p.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. 2015. **PRODES Project – Sattelite Monitoring Amazon Forest.** Disponível em: <www.obt.inpe.br/prodes/>. Acesso em: 08 de dezembro de 2015.

KETOKIVI, M.; CHOI, T. 2014. Renaissance of case research as a scientific method. **Journal of Operations Management**, 32, 2014. 232–240.

KOURY, C.G.G. 2007. **Manejo Florestal Comunitário em Terra-firme no Baixo Amazonas: Custos e Entraves da Produção Madeireira.** Dissertação (Mestrado) - Ciências de Florestas Tropicais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2007.

LE TOURNEAU, F.-M.; BURSZTYN, M. 2010. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, 13, n. 1, 2010. 111-130.

LEMOS, M. C.; AGRAWAL, A. 2006. Environmental governance. **Annual Review of Environment and Resources**, 31, n. 1, 2006. 297-325.

LIMA, Adelson Arruda. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade.** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea (STTR), Lábrea, Amazonas. 18 de julho de 2016.

LIMA, J. R.; SANTOS, J.; HIGUCHI, N. 2005. Situação das indústrias madeireiras do estado do Amazonas em 2000. **Acta Amazonica**, 35, n. 2, 2005. 125-132.

LIMA, Manoel Brito. 2015. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade.** Movelaria do entrevistado, Lábrea, Amazonas. 17 de junho de 2015. Gravação em gravador Olympus, Digital Recorder VN-7200 (66 min.).

LOPES, Domingos de Assis. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Casa do entrevistado, Lábrea, Amazonas. 22 de julho de 2016.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. 1995. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-92). **Revista de administração Pública**, 29, n. 4, 1995. 137-153.

LUNA, S. V. 1999. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

MACHADO, J. M. 2008. **PAF Jequitibá: Ponto de Encontro entre a Questão Agrária e Ambiental**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2008. 199 p.

MACIEL, Edmilson Ferreira. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT), Lábrea, Amazonas. 13 de julho de 2016. 1 arquivo .doc. 3p. (35min).

MACIEL, Ludmilson Barros. 2015. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Campus da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Lábrea, Amazonas. 15 de junho de 2015. 1 arquivo .doc. 3p.

MARIZ, L. A.; GOULART, S.; REGIS, H. P.; DOURADO, D. 2005. O reinado dos estudos de caso na Teoria das Organizações: imprecisões e alternativas. **Cadernos Ebape.br**, 3, n. 2, 2005. 1-14.

MARTIN, J. L. 2003. What is field theory? **American Journal of Sociology**, 109, n. 1, 2003. 1-49.

MEDINA, G.; POKORNY, B.; CAMPBELL, B. 2009. Loggers, development agents and the exercise of power in Amazonia. **Development and Change**, 40, n. 4, 2009. 745-767.

MENEZES, D. S.; SIENA, 2010. O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (IMCBio) na Amazônia Legal. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, 17, n. 54, 2010. 479-498.

MIGUEL, P. A. C. 2010. Adoção do estudo de caso na engenharia de produção. In: MIGUEL, P. A. C. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 131-148.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. 2008. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 27a. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 108 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. 2012. **MPF/AM processa secretária do meio ambiente, deputado estadual e prefeito de Lábrea**. Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Amazonas, junho 2012. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/mpf-am-processa-secretaria-de-meio-ambiente-deputado-estadual-e-prefeito-de-labrea-por-improbidade-administrativa>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2016.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. 2011. Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária**, São Paulo, 14, 2011. 4-22.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. 1980. The case for qualitative research. **The academy of management review**, 4, n. 4, 1980. 491-500.

OSTROM, E. 1990. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge [England]. New York: Cambridge University Press, 1990.

PACHECO, Leonardo Marques. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Restaurante Felicità Pizzaria, Brasília, DF. 16 de agosto de 2016. 1 arquivo .tmp (51 min.).

PACHECO, P. 2012. Smallholders and communities in timber markets: Conditions shaping diverse forms of engagement in tropical Latin America. **Conservation & Society**, 10, n. 2, 2012. 114-123.

PAGDEE, A.; KIM, Y.-S.; DAUGHERTY, P. J. 2006. What makes community forest management successful: a meta-study from community forest throughout the world. **Society & Natural Resources**, 19, n. 1, 2006. 33-52.

PENHA, Sebastião Braga da. 2010. **Audiência realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Lábrea, sobre a Operação Matrinxã. Lábrea, Amazonas: 10 de março de 2010**. Vídeo de 1 arquivo .avi. (33min36s).

_____. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Gabinete do entrevistado, Câmara de Vereadores de Lábrea, Amazonas. 21 de julho de 2016. (80 min.).

QUINTINO, Joedson da Silva. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Lábrea, Amazonas. 16 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (105 min.).

RODRIGUES, Francisco Cosme. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Restaurante Luiza Falcão, Lábrea, Amazonas. 19 de julho de 2016. 1 arquivo .doc. 3p.

ROS-TONEN, M. A. F.; VAN HANDEL, T.; MORSELLO C.; OTSUKI, K.; ROSENDO, S.; SCHOLZ, I. 2008. Forest-related partnerships in Brazilian Amazonia: there is more to sustainable forest management than reduced impact logging. **Forest Ecology and Management**, 256, n. 7, 2008. 1482-1497.

SANTOS, Anthony Á. B. 2008. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Brasília: Faculdade de Tecnologia. Universidade de Brasília - UnB, 2008.

SANTOS, Carlos Eduardo Nascimento dos. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Brasília, DF. 11 de agosto de 2016. 1 arquivo .3gpp (44 min.).

SANTOS, Jerfferson Lobato dos. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Manaus, Amazonas. 07 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (92 min.).

SANTOS, Ronaldo Pereira. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Manaus, Amazonas. 06 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (66 min.).

SCHNEIDER, M.; PERES, C. 2015. Environmental Costs of Government-Sponsored Agrarian Settlements in Brazilian Amazonia. **PloS One**, 10, n. 8, 2015.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB. 2016. Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas>>. Acesso em: 24 de março de 2016.

SILVA, Heraldo Rocha da. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Casa do entrevistado, Projeto de Assentamento Pacιά, km 26, Transamazônica, Lábrea, Amazonas. 25 de julho de 2016.

SOTIROV, M.; MEMMLER, M. 2012. The Advocacy Coalition Framework in natural resource policy studies — recent experiences and further prospects. **Forest Policy and Economics**, 16, 2012. 51-64.

SOUZA, Antonio Vasconcelos de. 2015. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Campus da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Lábrea (AM). 16 de junho de 2015. 1 arquivo .doc. 6p.

SOUZA, Felipe, A. Z. de. 2012. **Desafios e perspectivas da participação social nos conselhos gestores de duas unidades de conservação na baixada santista do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2012.

SWARTZ, D. L. 2014. Theorizing fields. **Theory and Society**, 43, n. 6, 2014. 675-682.

TONI, F. 2004. **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento rural no Brasil**. Relatório apresentado ao “Programa Colaborativo de Investigación Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental Y Desarrollo Territorial Rural”. Santiago, Chile, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267203249_Movimentos_Sociais_Governanca_Ambiental_e_Desenvolvimento_Rural_no_Brasil>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

UGARTE, J. C.; FERREIRA, L. C. 2010. **Estrutura e desempenho: O enfoque de redes na governança dos recursos de uso comum**. Trabalho apresentado no “V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS”. Florianópolis, SC: 04 a 07 de outubro de 2010.

VALLE, I. R. 2007. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, 33, n. 1, 2007. 117-134.

VAN HEESWIJK, L.; TURNHOUT, E. 2013. The discursive structure of FLEGT (Forest Law Enforcement, Governance and Trade): The negotiation and interpretation of legality in the EU and Indonesia. **Forest Policy and Economics**, 32, 2013. 6-13.

VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, D. 2014. Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades. **Parcerias Estratégicas**, 19, n. 38, 2014. 13-44.

VIANNA, A. L. M.; ANDRADE, R. A.; GIMENEZ, B. O. 2014. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Madeira no município de Lábrea-AM**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2014.

VILAÇA, Valdeson. 2016. **Entrevista concedida à Roberta Amaral de Andrade**. Casa do entrevistado, Humaitá, Amazonas. 18 de julho de 2016. 1 arquivo .3gpp (67 min).

VISSEREN-HAMAKERS, I. J.; GLASBERGEN, P. 2007. Partnerships in forest governance, 17, n. 3, 2007. 408-419.

VOSS, C. 2009. Case research in operations management. In: KARLSON, C. **Researching Operations Management**. New York: Routledge, 2009. p. 162-195.

WALDHOFF, P.; VIDAL, E. 2015. Community loggers attempting to legalize traditional timber harvesting in the Brazilian Amazon: An endless path. **Forest Policy and Economics**, v. 50, p. 311-318, 2015.

WEBER, N. 2012. Reflections on theories in forest policy: Testing, combining or building? **Forest Policy and Economics**, v. 16, p. 102-108, 2012.

WIERSUM, K. F.; LESCUYER, G.; NKETIAH, K.S.; WIT, M. 2013. International forest governance regimes: Reconciling concerns on timber legality and forest-based livelihoods. **Forest Policy and Economics**, 32, 2013.

WONG, S. 2013. Challenges to the elite exclusion–inclusion dichotomy exclusion–inclusion dichotomy community-based natural resource management. **South African Journal of International Affairs**, 20, n. 3, 2013. 379-391.

YIN, R. K. 2001. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 2a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GLOSSÁRIO

Área sobre Limitação Administrativa Provisória (ALAP): Área de intervenção do Estado, criada por ato administrativo do poder executivo, vinculado a interesses públicos (Fonte: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4533>). Em áreas de desmatamento associado a conflitos fundiários e sociais, esse instrumento está amparado pela Lei nº 11.123 de 4 de julho de 2005, que modifica a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), e pelas políticas do PPCDAm e PAS.

Amazônia legal - A Amazônia Legal foi criada inicialmente como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), pela lei nº 1.806/1953. Atualmente, ela corresponde à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O. Em sua configuração atual, equivale a área de atuação da SUDAM. A finalidade principal é a identificação das unidades político-administrativas do Brasil localizadas na área definida com Amazônia Legal, a qual se habilita a tratamento específico em função de suas características climáticas (IBGE, 2016c).

Áreas protegidas – A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), acordo internacional de 1992, define área protegida como uma área “definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação”. Na legislação brasileira não há um conceito único para área protegida, sendo um termo utilizado em diferentes contextos e com significados específicos (como as matas ciliares e sítios arqueológicos, por exemplo). As unidades de conservação (UCs) podem ser entendidas como um subconjunto das áreas protegidas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Autorização Prévia à Análise Técnica de PMFS (APAT) - ato administrativo pelo qual o órgão competente analisa a viabilidade jurídica da prática de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, com base na documentação apresentada e na existência de cobertura florestal por meio de imagens de satélite (BRASIL, 2006f)

Autorização de exploração (AUTEX) - documento expedido pelo órgão competente que autoriza o início da exploração da UPA e especifica o volume máximo por espécie permitido para exploração, com a validade de 12 meses (BRASIL, 2006)

Assistência técnica e extensão rural (ATER) – serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010; art. 2º da Lei nº 12.188/2010).

Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) – Documento que tem validade pelo tempo que diz no contrato assinado pelo Poder Público Federal ou Estadual junto com a Associação que representa os moradores. Em alguns casos, podem existir contratos assinados entre o governo e as famílias. Essa validade

pode ser renovada ou então pode ter validade indeterminada, quer dizer, para sempre. Depende do contrato. Esse documento dá o direito de uso sobre a terra e seus bens naturais. Não dá direito de vender a terra. Os herdeiros das famílias podem continuar a usar as terras, desde que cumpram as regras do contrato. Por isso, o contrato é muito importante para poder acordar como será o uso da terra, pra garantir quanto tempo as famílias terão de uso dessa terra e também como esse tempo pode ser renovado no futuro (CARVALHEIRO et al., 2013).

Florestas Públicas Comunitárias – florestas habitadas ou usadas por comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária (SFB, 2016).

Florestas Públicas - florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta (art. 3º da Lei nº 11.284/2006) (BRASIL, 2006).

Manejo Florestal Sustentável (MFS) - administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal (art. 3º da Lei nº 11.284/2006) (BRASIL, 2006).

Manejo florestal comunitário e familiar (MFCE) - execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema (Decreto nº 6.874/2009) (BRASIL, 2009).

Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - Modalidade de agrupamento onde as UCs participantes são “planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, estruturando as políticas e ações de conservação da biodiversidade, e de uso sustentável de seus recursos associados, de uma forma mais efetiva e melhor articulada às possibilidades e às pressões que incidem sobre todo o território em conservação”. As NGIs constituem uma “reformulação institucional” de caráter “estruturante”, onde as prioridades de gestão nas UCs são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passam a ser pensadas e executadas para todo o território. No seu desenho organizacional, deve haver a designação de um “chefe de território” e diferentes serviços de apoio definidos conforme as prioridades de ação estabelecidas pelas equipes que integram esse agrupamento. O NGI deve ser formado por UCs contíguas ou próximas, com objetivos de manejo complementares ou similares, que podem ser geridas sob uma mesma perspectiva macro territorial (BRASIL, 2016).

Plano de manejo florestal sustentável (PMFS) - documento técnico básico que contém as diretrizes e procedimentos para a administração da floresta, visando a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, observada a definição de manejo florestal sustentável, prevista no art. 3º, inciso VI, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 (Parágrafo único, art. 2º, Decreto nº 5.975/2006). (BRASIL, 2006).

Plano Operacional Anual (POA) - documento a ser apresentado ao órgão ambiental competente, contendo as informações definidas em suas diretrizes técnicas, com a especificação das atividades a serem realizadas no período de 12 meses (IN MMA nº 05/2006). (BRASIL, 2006).

Reserva Extrativista (RESEX) - área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (art. 18 da Lei nº 9.985/2000) (BRASIL, 2000).

Unidade de Conservação (UC) - espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivo de conservação e limite definido, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2º da Lei n. 9.985/2000) (BRASIL, 2000).

Polo Madeireiro: caracterizado por um município ou o aglomerado de vários municípios onde o consumo de madeira é igual ou superior a 100 mil m³ de madeira em tora por ano (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2015).

Projeto de Assentamento (PA) - Conjunto de ações, em área destinada a reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares (IN INCRA nº 15/2004) (BRASIL, 2004).

ANEXOS

ANEXO A – PROTOCOLO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente protocolo de pesquisa⁹⁷ faz parte da pesquisa realizada no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), sob o título “*Floresta ou campo? Análise da legalização de produção de madeira por associações comunitárias na Amazônia*”.

O objetivo do protocolo é prestar informações e orientar a elaboração dos estudos de caso desenvolvidos para compor a pesquisa, que será desenvolvido no período máximo de dois anos (março de 2015 a março de 2017). Durante esse período, a pesquisa será apoiada com uma bolsa de estudo do Programa da Demanda Social da pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e os custos relativos ao trabalho de campo, financiados por recursos próprios da pesquisadora.

2. Objetivos

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de legalização da produção de madeira, por duas associações comunitárias, no município de Lábrea (AM). Especificamente, se propõe a:

- a) identificar os atores e seus recursos;
- b) identificar as relações potenciais com campos externos;
- c) descrever e comparar os processos levados a cabo pelas associações

3. Caracterização da pesquisa

3.1. **Tipo de pesquisa:** qualitativa e explanatória, utilizando a abordagem de estudos de caso (YIN, 2001).

3.2. **Referencial teórico:** teoria de campos de ação estratégica (CAEs) (FLIGSTEIN & McADAM, 2012)

4. Caracterização dos estudos de caso

4.1. **Tipo de estudo de caso:** estudo de casos múltiplos, longitudinal.

⁹⁷ Adaptado de: MIGUEL, Paulo A. C. **Adoção de estudo de caso na engenharia de produção**. In: MIGUEL, Paulo A.M. (org.). Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 131-148.

4.2. Critério de seleção dos casos: os dois casos foram escolhidos por apresentarem resultados distintos no processo analisado, um com a aprovação de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) (iniciativa exitosa) e outro sem aprovação (iniciativa sem êxito).

4.3. Unidades de análise: associações comunitárias.

Os casos serão analisados a partir do nível organizacional, i.e., da perspectiva das organizações (associações comunitárias) representativas de um grupo de pessoas envolvidas na cadeia produtiva da madeira no município de Lábrea. A primeira associação - Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT) representa os moradores de uma Unidade de Conservação (UC) federal, a Reserva Extrativista (ResEx) do Rio Ituxi. A segunda – Associação Terra Jubilar – representa os moradores assentados do Projeto de Assentamento (PA) Pacia.

5. Procedimentos pré-coleta de dados

Os procedimentos pré-coleta de dados incluirão a organização logística e financeira das atividades de campo, e a organização da coleta de dados. Devido aos altos custos e as dificuldades logísticas relacionadas ao contexto da pesquisa, essa é uma etapa extremamente importante. A coleta de dados em campo se limitará ao município de Lábrea (AM), e eventualmente às cidades de Manaus (AM), Porto Velho (RO) e Brasília (DF). A organização das atividades de campo deverá ser realizada com, no mínimo dois meses de antecedência da execução - realizada preferencialmente nos meses de março a agosto, devido às condições climáticas da região -, e será auxiliada por indivíduos de organizações locais com as quais a pesquisadora possui contato. Para as atividades de campo desenvolvidas no município de Lábrea, a pesquisadora deverá chegar ao local uma semana antes garantir a realização das mesmas.

6. Coleta de dados

A coleta de dados será realizada através de múltiplas fontes de evidências, como recomendação à estudos de caso (YIN, 2001; MIGUEL, 2010).

6.1. Fontes de coleta de dados:

6.1.1. Entrevista em grupo focal;

6.1.2. Observação direta;

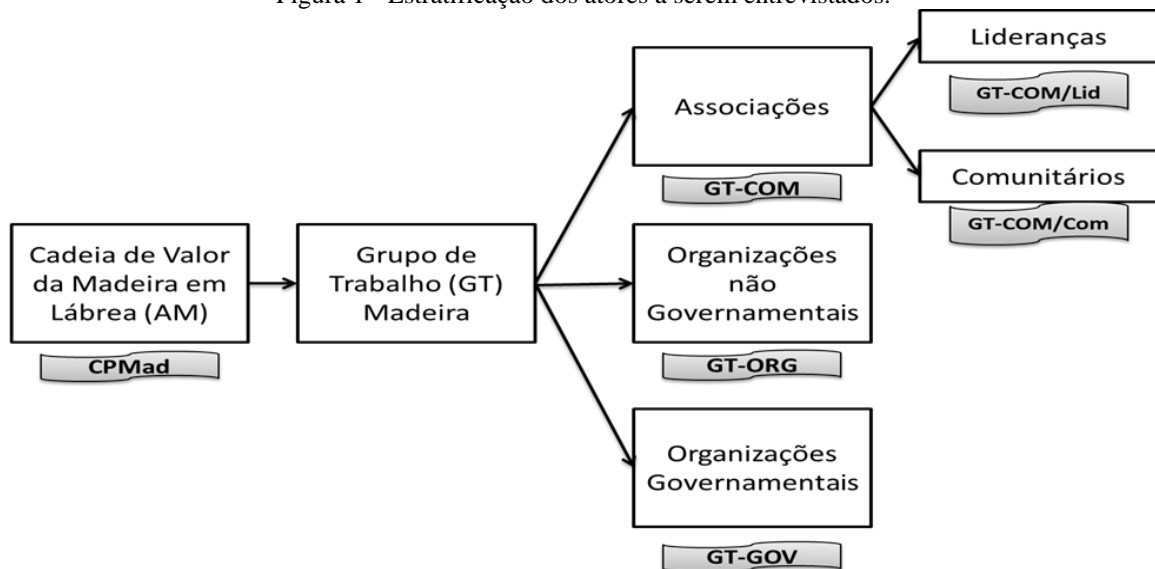
6.1.3. Análise documental.

6.1.4. Entrevistas semiestruturadas

6.2. Seleção de entrevistados:

Para selecionar os entrevistados, realizei uma estratificação dos atores em dois grupos: (01) aqueles incluídos na *CADEIA DE VALOR DA MADEIRA (CMad)*⁹⁸; e (02) aqueles participantes do *GRUPO DE TRABALHO (GT) MADEIRA*. Por sua vez, dividi estes últimos em três categorias, a saber: (a) atores governamentais (*GT-GOV*); (b) atores não-governamentais (*GT-ORG*); e (c) atores comunitários (*GT-COM*), sendo estes últimos divididos entre lideranças (*GT-COM/Lid*) e comunitários (*GT-COM/Com*) (figura 1). Os estratos, juntamente com os elementos de análise relevantes, orientarão as fontes de dados e procedimento de campo (quadro 1).

Figura 1 - Estratificação dos atores a serem entrevistados.



Fonte: elaboração própria

⁹⁸ Adaptado de WWF (2013). **Contextualização do setor florestal local**. Lábrea, AM. Apresentação realizada no seminário “*Diagnóstico da Cadeia de Valor da Madeira no Estado do Amazonas*”. Manaus, novembro/2013.

Quadro 1 – Orientação dos elementos de análise relevantes, procedimentos de campo e fontes de informação.

ÁREA TEMÁTICA	UNIDADE	ELEMENTOS DE ANÁLISE	PRODECIMENTO DE CAMPO/ FONTE(S) DE INFORMAÇÃO
SOCIOECONOMICO	Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Origem/histórico das comunidades (destacar fatos relevantes) • Conflitos territoriais (existência/inexistência; atores envolvidos; causas) • Formas de organização (existência e relação com outras organizações) • Conservação/degradação das áreas de exploração florestal • Histórico do trabalho com a atividade madeireira • Geração de renda (fontes; valores; diversificação) • Tipo e características da área protegida onde será realizada a exploração florestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (GT-COM/Com) • Dados secundários (literatura) • Documentos governamentais • Documentos das organizações
	Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Origem/histórico da Organização (destacar fatos relevantes) • Atuação/atividades realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (GT-COM/Lid)
	Cadeia produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico de ocupação da região • Organização do sistema produtivo • Dados demográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados secundários (literatura) • Observação direta (passeio pela floresta)
POLÍTICO	Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Relação da organização com as comunidades (representatividade) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (GT-COM/Com) • Entrevistas (GT-COM/Lid) • Observação direta (passeio pelas comunidades)
	Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com o Estado (conflito/cooperação) • Interação com os Governos (Federal; Estadual; Municipal) • Relação com outras organizações • Participação no GT Madeira (envolvimento; papéis desempenhados; relações estabelecidas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (GT-COM/Lid) • Entrevistas (GT-GOV) • Entrevistas (GT-ORG) • Entrevista Grupo Focal (GT Madeira) • Documentos das organizações (atas de reuniões; estatutos; entre outros) • Observação direta (participação em reuniões)
	Cadeia Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura/condição dos órgãos reguladores • Políticas Públicas de Manejo Florestal (existência/inexistência) • Implantação de ações/atividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos governamentais • Entrevistas (CPMad)
TÉCNICO LEGAL	Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de regras/acordos previstos na legislação sobre a área protegida em questão (assentamento/unidade de conservação) • Cumprimento das regras/acordos 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (GT-COM/Com) • Entrevistas (GT-GOV) • Documentos governamentais
	Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento das regras de requisitos de legalização da Organização • Legislação florestal específica (manejo florestal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (GT-COM/Com) • Documentos das organizações
	Cadeia Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação florestal abrangente (cadeia produtiva) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas (CPMad) • Documentos legais (legislação pertinente)

Fonte: elaboração própria.

ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Data: ___/___/___ : ___	Início: ___ : ___	Término: ___
Local:		
Observações:		

Procedimentos iniciais - antes de iniciar a entrevista, o(a) entrevistador(a) deve:

- ✓ Apresentar-se, fazer um breve resumo sobre a pesquisa (caráter, objetivos e instituições envolvidas) e solicitar a participação do(a) entrevistado(a);
- ✓ Solicitar a gravação (se necessário).

I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Nome completo (apelido):	3. Sexo: (M) (F)	4. Naturalidade:
2. Idade:		
5. Comunidade/localidade:		
6. Organização:		
7. Cargo:	8. Período de atuação:	

II – ENTENDENDO A ORGANIZAÇÃO

9. Conte a história do manejo florestal em sua organização <ul style="list-style-type: none">✓ Quando e por que foi incorporado?✓ Como se transformou ao longo do tempo?✓ Quais as principais atividades desenvolvidas pela organização no passado e o que desenvolve atualmente?✓ Houve algum acontecimento importante?✓ Foram formadas parcerias? Com quem e como?✓ Aconteceram disputas? Entre quem e por quê?✓ Análise de conjuntura e previsões

III – ENTENDENDO O PROCESSO

10. Conte a história do processo de legalização da produção em Lábrea. <ul style="list-style-type: none">✓ Quando e por que começou a sua organização se inseriu no processo?✓ Houve algum acontecimento importante? Qual e por quê?✓ Houve algum ator mais importante? Quem e por quê?✓ Foram formadas parcerias? Com quem e como?✓ Aconteceram disputas? Entre quem e por quê?✓ Quais os próximos passos?

VI - PERGUNTAS DIRECIONADAS

O(a) entrevistador(a) poderá direcionar algumas perguntas preparadas de antemão ou surgidas no contexto da entrevista, de forma a aprofundar sobre determinado tema, ou conseguir informações adicionais não contempladas até então.

VII - OPINIÕES E INTERPRETAÇÕES

O(a) entrevistador(a) poderá pedir a opinião ou interpretação do entrevistado(a) em alguma ponto específico caso julgue necessário.

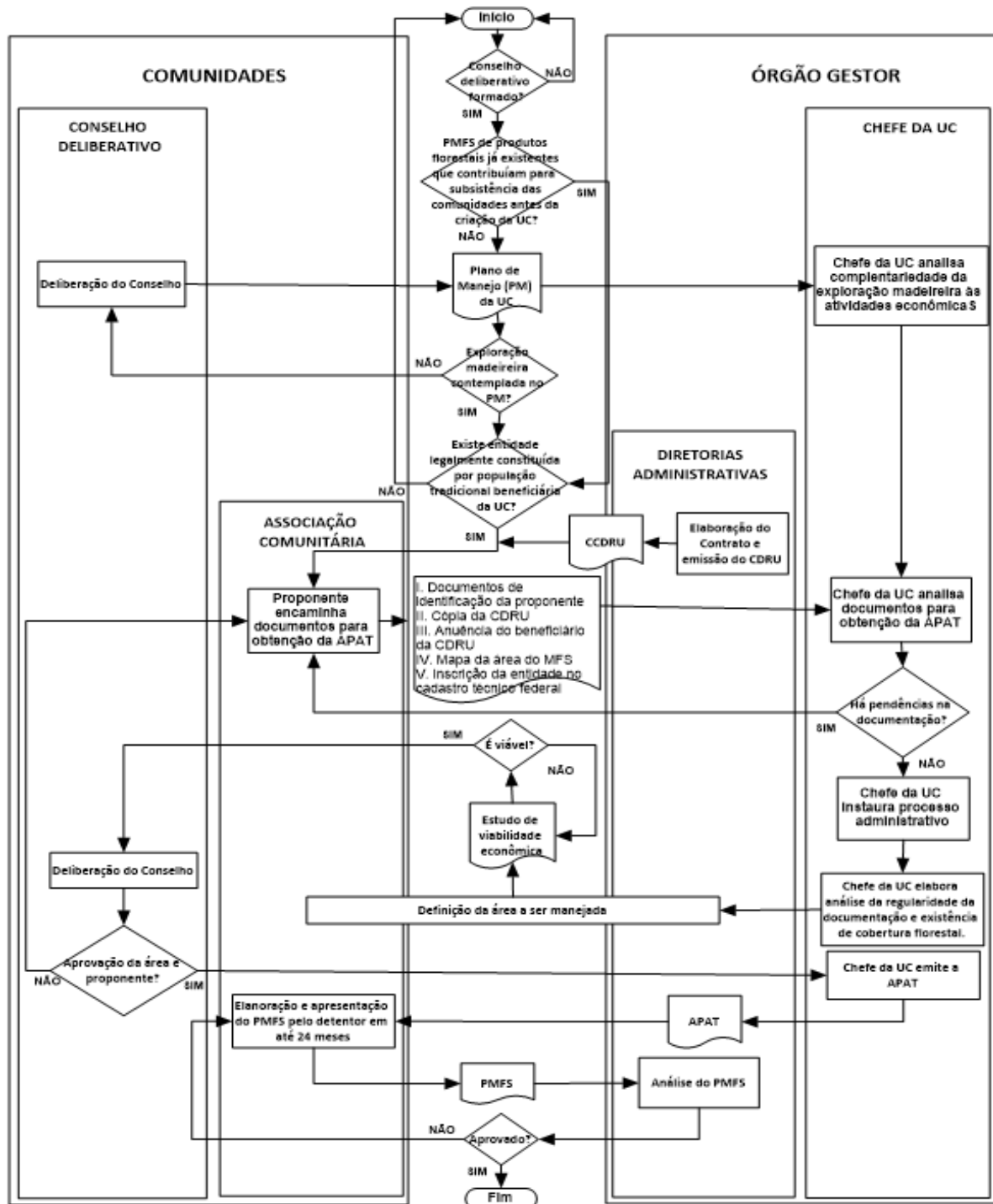
VIII - COMENTÁRIOS ADICIONAIS

O(a) entrevistador(a) deverá abrir um espaço para eventuais comentários, informações ou perguntas que o(a) entrevistado(a) queira acrescentar à entrevista.

Procedimentos finais – ao finalizar a entrevista, o(a) entrevistador(a) deve:

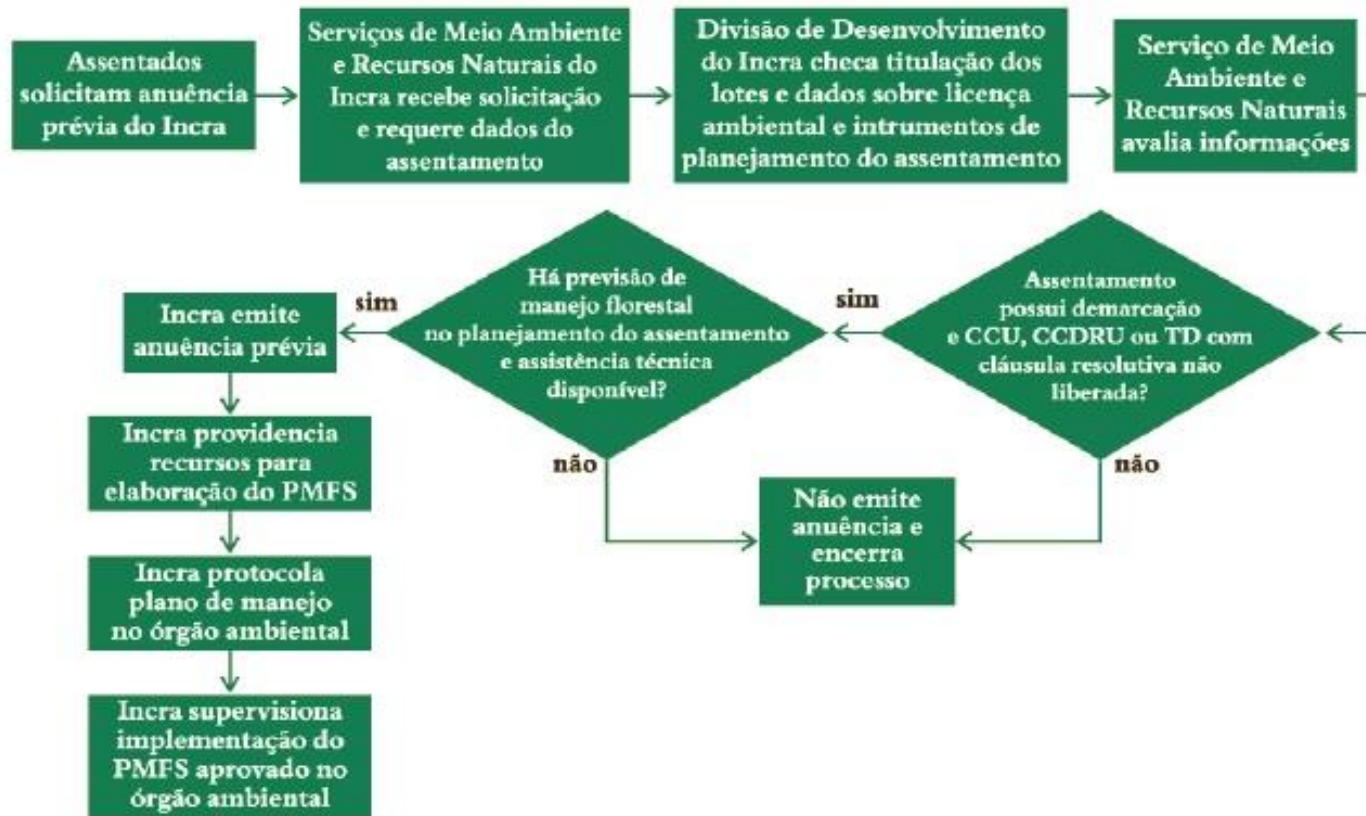
- ✓ Agradecer a participação do(a) entrevistado(a);
- ✓ Solicitar a indicação de novos entrevistados;
- ✓ Esclarecer eventuais dúvidas.

ANEXO C – FLUXOGRAMA DE APROVAÇÃO DE PMFS EM RESEX



Fonte: elaboração própria, baseada em Brasil (2011).

ANEXO C – FLUXOGRAMA DE APROVAÇÃO DE PMFS EM PA PELA IN INCRA 061/2010)



Fonte: Amaral Neto; Carneiro; Miranda (2011; p. 73).